



**UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL
CAMPUS CERRO LARGO
PROGRAMA DE PÓS - GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO E
POLÍTICAS PÚBLICAS
CURSO DE MESTRADO**

LUCIANA VALQUÍRIA KREMIN MAI

**FOME, SUBJETIVIDADE E CIDADANIA: AS VICISSITUDES DOS
PROGRAMAS DE TRANSFERÊNCIA DE RENDA NO BRASIL.**

**CERRO LARGO,
2020.**

LUCIANA VALQUÍRIA KREMIN MAI

**FOME, SUBJETIVIDADE E CIDADANIA: AS VICISSITUDES DOS
PROGRAMAS DE TRANSFERÊNCIA DE RENDA NO BRASIL.**

Dissertação de mestrado, apresentada ao programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento e Políticas Públicas, da Universidade Federal da Fronteira Sul, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Desenvolvimento e Políticas Públicas.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Serli Genz Bölter.

Coorientador Prof. Dr. Carlos José Naujorks

CERRO LARGO,

2020

UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL

Av. Fernando Machado, 108 E
Centro, Chapecó, SC - Brasil
Caixa Postal 181
CEP 89802-112

Bibliotecas da Universidade Federal da Fronteira Sul - UFFS

Mai, Luciana Valquíria Kremin
FOME, SUBJETIVIDADE E CIDADANIA: AS VICISSITUDES DOS
PROGRAMAS DE TRANSFERÊNCIA DE RENDA NO BRASIL / Luciana
Valquíria Kremin Mai. -- 2020.
133 f.

Orientadora: Dr^a Serli Genz Bólter
Co-orientador: Dr. Carlos José Naujorks
Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal da
Fronteira Sul, Programa de Pós-Graduação em
Desenvolvimento e Políticas Públicas, Cerro Largo, RS,
2020.

1. Estado da Arte. 2. Fome Zero. 3. Políticas
Públicas. 4. Programa Bolsa Família. 5. Psicanálise. I.
Bólter, Serli Genz, orient. II. Naujorks, Carlos José,
co-orient. III. Universidade Federal da Fronteira Sul.
IV. Título.

Elaborada pelo sistema de Geração Automática de Ficha de Identificação da Obra pela UFFS
com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).

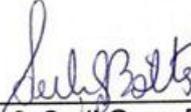
LUCIANA VALQUÍRIA KREMIN MAI

FOME, SUBJETIVIDADE E CIDADANIA: AS VICISSITUDES DOS PROGRAMAS DE TRANSFERÊNCIA DE RENDA NO BRASIL.

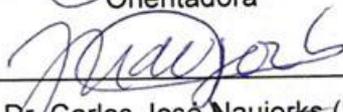
Dissertação apresentada ao programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento e Políticas Públicas da Universidade Federal da Fronteira Sul – UFFS. Para obtenção do título de Mestre em Desenvolvimento em Políticas Públicas, defendido em banca examinadora em 10 / 03 / 2020

Aprovado em: 10 / 02 / 2020

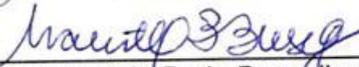
BANCA EXAMINADORA



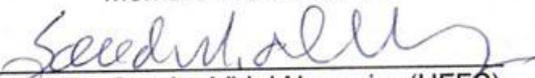
Profª. Drª. Serli Genz Bölter (UFFS)
Orientadora



Prof. Dr. Carlos José Naujorks (UFSC)
Coorientador



Profª. Drª. Maristela Borin Busnello (UNIJUÍ)
Membro titular externo



Prof. Dr. Sandra Vidal Nogueira (UFFS)
Membro titular interno

Prof. Dr. Lívio Osvaldo Arenhart (UFFS)
Membro suplente

Cerro Largo/ RS, Março de 2020.

Aos pesquisadores que acreditam
num Outro mundo possível.

AGRADECIMENTOS

À Serli Genz Bølter por me acolher com generosidade, afeto, saber e humanidade.

Ao meu coorientador Carlos José Naujorks, foram imensas as contribuições, os apontamentos e o acolhimento.

À Professora Lala Lenzi Nodari por ter contribuído desde o princípio, desde a graduação em psicologia com muitas ideias e utopias.

À Nairana Melo uma grande amiga e parceira de produções.

Ao Mateus Baldissera em retribuição e afeto.

À minha Mãe Maria Kremin, que teima, teima, teima e teima nessa vida... que mesmo sem nunca ter estudado e diz que não gosta de estudar, mas, que se tivesse a chance de estudar seria veterinária. À ela que não compreende o que de fato eu tanto estudo. “Mas, o que que tu tanto estuda guria? Eu não sei o que tu vai ser agora, já é psicóloga, de certo vai ser doutora, então... Mas, e o emprego? Depois disso tudo, acho que vai trabalhar em Brasília, só pode”. Querida da minha mãe que veio da roça para cidade e com 67 anos trabalha de diarista e sonha em se aposentar, mas até o momento ainda não conseguiu.

À Stéfani Korb, minha casa e minha vida, que agradeço imensamente pela cumplicidade e companheirismo.

À Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio Grande do Sul (FAPERGS) e à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) pela bolsa de pesquisa.

A Fome/2

“Um sistema de desvinculo: *Boi sozinho se lambe melhor...* O próximo, o outro, não é seu irmão, nem seu amante. O outro é um competidor, um inimigo, um obstáculo a ser vencido ou uma coisa a ser usada. O sistema, que não dá de comer, tampouco dá de amar: condena muitos à fome de pão e muitos mais à fome de abraços”.

Eduardo Galeano – O Livro dos Abraços.

RESUMO

No mundo, atualmente, são milhões de famintos, ou seja, milhões de pessoas que sofrem orgânica e subjetivamente com a fome. Estima-se que um sexto da população mundial padece de fome, com projeção de aumentar este índice nos próximos anos. A presente dissertação propõe, a partir da linha teórica apresentada, uma reflexão sobre as políticas sociais de combate a fome no Brasil e suas implicações com dois conceitos, subjetividade e cidadania, a partir de um estudo de Estado da Arte, que investiga o banco de teses e dissertações da CAPES a partir do ano 2006 a 2016, ano em que foi feita a primeira avaliação do Programa Fome Zero. Neste estudo resgatamos brevemente o contexto famélico do Brasil a partir do olhar de Josué de Castro e procuramos compreender quais foram os marcos referenciais das políticas de combate a fome no Brasil. Resgatamos a construção do Programa Bolsa Família, como se constituiu e como funciona o PBF. Traçamos algumas críticas levantadas a partir da análise das dissertações e teses e promovemos um percurso teórico multidisciplinar.

Palavras-Chave: Estado da Arte. Fome Zero. Políticas Públicas. Programa Bolsa Família. Psicanálise.

ABSTRACT

Currently, there are millions of hungry people in the world, that is, millions of people who suffer organically and subjectively from hunger. It is estimated that one sixth of the world population suffers from hunger, with the projection of increasing this index in the coming years. This dissertation proposes, based on the presented theoretical line, a reflection on social policies to fight hunger in Brazil and its implications with two concepts, subjectivity and citizenship, based on a study of the State of the Art, which investigates the database CAPES theses and dissertations from 2006 to 2016, the year in which the first evaluation of the Zero Hunger Program was made. In this study, we briefly recover the familial context of Brazil from the perspective of Josué de Castro and try to understand what were the benchmarks of policies to combat hunger in Brazil. We rescued the construction of the Family Bag Program, how it was created and how the PBF works. We draw some criticisms raised from the analysis of dissertations and theses and promote a multidisciplinary theoretical course.

Keywords: State of Art. Zero Hunger. Public Policy. Family Grant Program. Psychoanalysis.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Ilustração 1 - População atendida pelo PBF.....	32
---	----

LISTA DE TABELA

Tabela 1 – Filtros de Pesquisa.....	43
Tabela 2 – Categorias.....	46

LISTA DE SIGLAS

AID – Associação Internacional de Desenvolvimento
BID – Banco Interamericano de Desenvolvimento
BIRD – Banco Internacional para a Reconstrução e o Desenvolvimento
BNDES – Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social
CADÚNICO – Cadastro Único para Programas Sociais
CEB – Comunidade Eclesial de Base
CEF – Caixa Econômica Federal
CEPAL – Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe
CNAS – Conselho Nacional de Assistência Social
CNBB – Confederação Nacional dos Bispos do Brasil
COEP – Comitê de Entidades Públicas no Combate à Fome e pela Vida
CONANDA – Conselho Nacional da Assistência Social
CONSEA – Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional
COPO – Conselho Operativo do Programa Fome Zero
CUT – Central Única dos Trabalhadores
FAO – Food and Agricultural Organization
FAT – Fundo de Amparo dos Trabalhadores
FGTS – Fundo de Garantia por Tempo de Serviço
FHC – Fernando Henrique Cardoso
FIESP – Federação das Indústrias do Estado de São Paulo
FMI – Fundo Monetário Internacional
FNDE – Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação
FNAS – Fundo Nacional de Assistência Social
IBASE – Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas
IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IBM – Instituto do Banco Mundial
IBOPE – Instituto Brasileiro de Pesquisas de Opinião
IDE – Instituto de Desenvolvimento Econômico
IDH – Índice de Desenvolvimento Humano
IEA – Instituto de Estudos Avançados da Universidade de São Paulo.
INESC – Instituto de Estudos Socioeconômicos

INSS – Instituto Nacional do Seguro Social
IPEA – Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicadas
LOAS – Lei Orgânica da Assistência Social
LP – Linha de Pobreza
Lula – Luís Inácio Lula da Silva
MDS – Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome
MST – Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra
ONU – Organização das Nações Unidas
OPAS – Organização Pan Americana da Saúde
PBF – Programa Bolsa Família
PFZ – Programa Fome Zero
PNUD – Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento.
PRATO – Programa de Ação Todos pelo Programa Fome Zero
PTR – Programa de Transferência de Renda
PTRC – Programa de Transferência de Renda com Condicionais
PSDB – Partido Social Democrático Brasileiro
PT – Partido dos Trabalhadores
UNESCO – Organização das Nações Unidas para a Educação, a
Ciência e a Cultura
UNICEF – Fundo das Nações Unidas para a Infância

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	15
2. A FOME: DESAFIOS PARA ENFRENTÁ-LA A PARTIR DE POLÍTICAS PÚBLICAS	19
2.1 Contextualizando a temática da fome.....	20
2.2 Marcos Referenciais da Trajetória de Políticas de Alimentação e de Combate a Fome no Brasil.....	25
3. PERCURSO METODOLÓGICO	36
3.1 Porque o Estado da Arte?.....	38
3.2 Produções Sobre o Tema	40
3.3 Análises dos Dados.	44
3.4 Breves Considerações Sobre as Produções.	75
4. PROBLEMATIZANDO: FOME, CIDADANIA E SUBJETIVIDADE ...	79
4.1 Entre o Bem e o Mal - Estar das Políticas Públicas: Um debate sob a luz da psicanálise.	87
4.2 Alienação Fome e Exclusão – mais, ainda... a psicanálise.....	94
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS	101
REFERÊNCIAS	106
BIBLIOGRAFIA DE APOIO	112
ANEXO 1	114

1. INTRODUÇÃO

Fome (do latim *faminem*) é o nome que se dá à sensação fisiológica pelo qual o corpo percebe que necessita de alimento para manter suas atividades inerentes à vida. O termo é comumente usado de forma ampla para referir-se aos casos de má-nutrição ou privação de comida entre as populações, normalmente devido à pobreza, conflitos políticos, instabilidades ou desastres naturais. Uma pessoa com fome não está apenas com fome, ela está faminta e em sofrimento que perpassa o corpo e se estende a outras instâncias e aspectos da vida – insuficiente desenvolvimento físico, psíquico e social. A dor da fome parece ser incompreensível aos que não padecem dela, podemos até percebê-la, mas não sentimos.

Atualmente no mundo são mais de 800 milhões de famintos segundo dados da FAO¹ e no Brasil mais de 7 milhões segundo o IBGE dados de 2014. Estima-se que um sexto da população mundial padece de fome, com projeção de aumentar este índice nos próximos anos. Josué de Castro no livro, “A Geografia da Fome no Brasil” denunciava que a palavra fome já não bastava. O termo evocava apenas a insuficiência da quantidade de alimentos, porém, disse ele que se tratava de outra coisa. Essa outra coisa está tão próxima de nós quanto um prato de comida ou um prato vazio. E o que nos interessa é, justamente, este vazio indicativo de outra coisa.

Para isso, esta dissertação propõe, a partir da linha teórica apresentada, uma reflexão sobre as políticas sociais de combate a fome no Brasil e suas implicações com dois conceitos subjetividade e cidadania a partir de um estudo de Estado da Arte, que investiga o banco de teses e dissertações da CAPES a partir do ano 2006 a 2016, ano em que foi feita a primeira avaliação do Programa Fome Zero. Conforme SILVA; GROSSI e FRANÇA (2010), a partir desse ano, começam a surgir as primeiras produções acadêmicas sobre o tema. O objetivo deste estudo é resgatar o problema da fome como uma questão social e sintomática de nossa sociedade e descobrir se as políticas públicas tem produzido intersecções, resultados propositivos sobre a

¹ Em alguns documentos a FAO estima que sejam 1 bilhão. Os dados podem variar, dadas as guerras no Oriente Médio, Síria, como também da situação Palestina. Além das informações desencontradas da Venezuela.

subjetividade e a cidadania dos envolvidos e se as produções acadêmicas têm levado em consideração esses conceitos na avaliação de seus resultados

Para combater a mazela da fome se faz necessárias ações concretas para garantir aos cidadãos o direito básico de cidadania que é a alimentação. Ações concretas que ressignifiquem a dimensão do sofrimento psíquico deste mal-estar experienciado por conta da fome. Sabe-se que o sofrimento oriundo em razão da fome é vivenciado por cada sujeito na sua individualidade, entretanto, essa dor é compartilhada por milhões de pessoas e as ações precisam dar conta de todas elas.

Em razão disso, busca-se para este estudo bases teóricas interdisciplinares da área da sociologia, da política e da psicologia para refletir sobre o sofrimento da fome a partir de um olhar que inclua as dimensões da subjetividade e da cidadania. São diversas as perspectivas teóricas acerca da subjetividade. Nesta pesquisa, toma-se como referência a psicanálise, que nos convoca a pensar sobre a fome não só como um fenômeno puramente orgânico – que é aquele que vem de um ser ainda desprovido de subjetividade e de uma organização psíquica –, mas, principalmente, de um sujeito do inconsciente e, conseqüentemente forjado pelo laço social. Nossa interlocução interdisciplinar também procurou-se dialogar com alguns dos conceitos dos estudos originais de Foucault, como governamentalidade, modos de subjetivação e racionalidades/tecnologias.

A pesquisa aborda a política de gestão do Estado e investiga o Projeto Fome Zero e o Programa adjacente Bolsa Família, lançado em 2001 que se transformou numa prioridade para a política de segurança alimentar para o Brasil. O Projeto não inaugurou a abordagem sobre a fome, pois, ela vem sendo debatida e pautada desde a década de 1930 com Josué de Castro², mas, coloca em cena ações planejadas e decisivas a partir de políticas sociais de Estado. A partir de 2003 o projeto se transformou no Programa Fome Zero, integrando políticas econômicas e políticas sociais, ou seja, integra políticas

² Para REGO e PINZANI (2014), Na América Latina a problemática da pobreza e da fome vem sendo tematizada desde os anos de 1920-1930 com estudos etnográficos principalmente produzidos por antropólogos, frequentemente enraizados nas culturas de seus países e, sobretudo com populações indígenas. No Brasil a pobreza e a fome, de modo geral, encontram raízes profundas na experiência da escravidão – no caso brasileiro a miséria e a fome tem cor: é mulata, é negra e se encontram predominantemente em determinados territórios do Brasil com matizes diferenciadas. A história brasileira possui peculiaridades específicas em comparação a outros países da América Latina.

estruturais e emergenciais no combate à fome e a pobreza, principalmente no tocante ao Programa adjacente Bolsa Família.

Outras fontes importantes de dados e análises também são utilizadas, como análises e publicações de organismos internacionais como a ONU, FAO, CEPAL, entre outros, que apontam o problema da fome como um problema mundial que vem crescendo sistematicamente e que o Brasil obteve grandes progressos nos últimos anos em seu combate, no entanto, ainda se faz necessário intensificar as políticas de modo integrado. Além do mais, atualmente, o Brasil passa por um momento de tensão política e fragilidade democrática que tem gerado desconfiança de certos setores e passada certa insegurança sobre a permanência de políticas sociais. A sociedade brasileira vivência uma crise política, econômica e social que pode, certamente, influenciar num aumento da exclusão social e a volta da fome.

As principais fontes de informações sobre a política social do Fome Zero e Bolsa Família e que contribuíram de forma indispensável para coleta de referenciais e dados foram as plataformas do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada - IPEA; Ministério do Desenvolvimento Social e Combate a Fome – MDS³; a página pessoal de José Graciano da Silva e a plataforma do Instituto de Estudos Avançados da Universidade de São Paulo – IEA.

No segundo capítulo abordamos a política pública e a política social do Programa Fome Zero com evidente destaque para o Programa Bolsa Família;

³ No início da pesquisa, o MDS nos foi uma importante plataforma de dados, tanto das suas publicações de artigos e atualizações de dados estatísticos, cartográficos etc., como, também, dos materiais disponibilizados para downloads, uma porção de livros, relatórios e orientações técnicas. Observamos que a partir de 2018 algumas páginas do site começaram a dar erros (páginas não encontradas). A partir de 2019, com a mudança de governo, além de contínuos erros de páginas, os materiais deixaram de ser disponibilizados, na verdade, eles sumiram. Além do mais, os dados atualizados até 2017, meados de 2018 sobre o Bolsa família, deixaram de ser atualizados. Em publicação recente, datada de 02.03.2020, o Jornal El País trouxe a pauta a seguinte matéria: “Governo Bolsonaro descumpre Lei de Acesso à Informação e não responde sobre Bolsa Família: EL PAÍS questionou o Ministério da Cidadania qual o número de famílias aptas a receber o benefício em dezembro, mas que ainda não haviam sido contempladas. Prazo encerrou em 28 de fevereiro”. Em resumo, a matéria fez os seguintes apontamentos: “O Ministério da Cidadania do Governo Jair Bolsonaro ignorou o que determina a Lei de Acesso à Informação (LAI) e não respondeu a um pedido realizado pela reportagem referente ao programa Bolsa Família. Desde ao menos o início deste ano, a gestão Bolsonaro não explica o tamanho real da fila do Bolsa Família. Questionado, o ministério da Cidadania limitou-se a informar uma “média” para o ano passado, em torno de 494.000 famílias. Mas cálculos realizados pelo EL PAÍS apontaram para ao menos 1,7 milhão de famílias à espera, no mês de dezembro do ano passado”. Link de acesso: <https://brasil.elpais.com/politica/2020-03-02/governo-bolsonaro-descumpre-lei-de-acesso-a-informacao-e-nao-responde-sobre-bolsa-familia.html?ssm=FB_CC&fbclid=IwAR2QyR1P2TBcjVm_Wdfv7DIq0zvVRD7djvty9y_sLgBC4yXgcz1vj5EUshc>

trouxemos reflexões sobre a problemática da fome nos reportando a Josué de Castro e suas produções, embora o autor esteja referenciado em praticamente toda esta dissertação. Neste capítulo também construímos uma linha de tempo com destaque para os marcos referenciais históricos das vicissitudes das políticas de alimentação e de combate a fome no Brasil, desde os estudos de Josué de Castro até o momento atual.

No terceiro capítulo trouxemos detalhadamente todo nosso percurso metodológico, com destaque para a caracterização do que entendemos sobre Estado da Arte no qual se pautou nossa pesquisa. Analisamos a partir de leitura integral 17 dissertações e teses com o objetivo de responder nossa demanda de pesquisa: Qual o “estado de conhecimento” no Brasil a partir das produções científicas sobre o tema da fome e a relação com as categorias subjetividade e cidadania e suas pertinências? Portanto, neste capítulo encontra-se todo o tracejado, num passa-a-passo metodológico, da busca, da análise e do debate dos resultados.

No quarto capítulo são destacados os principais resultados da pesquisa metodológica com destaque para o debate teórico aportado na psicologia, psicanálise e em alguns dos conceitos foucaultianos. Portanto, o capítulo se propõe responder a demanda dos objetivos específicos da pesquisa, trazendo os conceitos de subjetividade e cidadania, como também o que compreendemos como pobreza e suas consequências, fome, in/exclusão e sofrimento. Além do mais, o debate, neste capítulo, problematiza de forma crítica os problemas e as benesses dos Programas Sociais, principalmente o programa de transferência de renda Bolsa Família. Na sequência dos subcapítulos, com destaque para “O Bem e Mal-Estar das Políticas Públicas”, procuramos trazer uma reflexão sobre política pública e psicanálise, utilizando como referência um escrito técnico de Freud e um de seus textos mais contundentes sobre a sociedade – O Mal-Estar Na Civilização de 1930.

2. A FOME: DESAFIOS PARA ENFRENTÁ-LA A PARTIR DE POLÍTICAS PÚBLICAS.

As políticas públicas no Brasil possuem um longo percorrido. Não por acaso, a busca por conquistas sociais se deu através de muitas lutas sociais, travadas, principalmente, no transcurso da redemocratização do Brasil.

Conforme estudos do IPEA (2009), o conjunto das políticas sociais brasileiras de âmbito federal é consideravelmente abrangente, heterogêneo e incompleto em vários aspectos. Embora, tenham melhorado consideravelmente nas últimas décadas por consequência e principalmente por determinações constitucionais, o Brasil possui um dívida enorme com os seus excluídos, principalmente com os negros e indígenas que, aliás, formam o contingente da maioria pobre ou extremamente pobre no Brasil. Portanto, de alguma forma, a dívida social brasileira passou a ser ressignificada com a Constituição Federal de 1988, no tocante aos princípios da justiça e da solidariedade e colocou a ação social do Estado em novo patamar, ampliando os âmbitos da vida coletiva que passaram a estar sob sua responsabilidade e inscrevendo inúmeras garantias sociais básicas entre os direitos que gozam de proteção legal.

Assim, em período relativamente curto, o país assistiu – não sem muito embate e alguns revezes – à construção e à consolidação de sistema de proteção e promoção social de alcance de muitas políticas públicas. Entre elas, a ideia de seguridade social, dos direitos relativos à saúde, à previdência e à assistência social e assumiu a garantia de segurança aos indivíduos diante da extrema pobreza relacionada à insuficiência de renda. A partir de 1988, o Brasil procura romper com as políticas ou modelos políticos de caráter estritamente assistencialista.

No tocante a construção das políticas públicas de combate a fome, foram muito importantes as mobilizações sociais que envolveram vários atores até conceber o que atualmente conhecemos como Fome Zero. Um programa de viés societal e de construção gradativa que ocorreu em diferentes arenas políticas, com destaque ao Fórum de Segurança Alimentar; Instituto Cidadania; Partido dos Trabalhadores; Igreja Católica e seus movimentos progressista de base, MST, etc. Além do mais, envolveu um conjunto de processos desde a formulação a implementação das ações, promovendo a efetivação da política.

Um fato interessante que vale destacar, é que a política pública de combate a fome não foi gestada, exclusivamente, no interior da burocracia pública, ou seja, pelo Estado, no caso do Fome Zero, ele foi fruto da mediação entre sociedade e o Estado, sobre o qual Frei Betto afirmou que “[...] o Fome Zero é um mutirão idealizado pelo governo Luiz Inácio Lula da Silva e protagonizado pela sociedade civil” (BETTO, 2003, p. 28).

Conforme (Melo, 2014) a proposta contra a fome e a pobreza chamada Política Nacional de Segurança Alimentar, foi elaborada pelo Instituto Cidadania em 1991. Se, do ponto de vista técnico, a proposta configurava o embrião do Programa Fome Zero, do ponto de vista político, coube ao movimento Ação da Cidadania Contra a Miséria e Pela Vida que tinha a frente Herbert de Sousa (Betinho) mobilizar a sociedade para o problema da fome, difundir ideias que relacionavam segurança alimentar e pobreza, e transformar o Programa em bandeira política.

No capítulo seguinte problematizamos a questão da fome e referenciamos todo um histórico de construção das políticas de combate a fome no Brasil.

2.1 Contextualizando a temática da fome.

“Uma em cada sete pessoas no mundo vai para a cama com fome, na maioria mulheres e crianças”, esta frase foi recentemente pronunciada pela diretora do Programa Alimentar Mundial num encontro da Organização das Nações Unidas para a Agricultura e Alimentação (FAO)⁴. No final da década de quarenta, um médico sanitário e cientista social brasileiro, que também presidiu a FAO, Josué de Castro⁵, pronunciou uma frase semelhante e que se tornou emblemática no Brasil: Metade da população brasileira não dorme porque tem fome; a outra metade não dorme porque tem medo de quem está com fome (CASTRO, 1946). Josué de Castro não só estudou a questão da

⁴ Comunicações e Publicação da FAO em sua página oficial <http://www.fao.org/brasil/noticias/detail-events/en/c/1037611/>. E em 2017 traz uma nova publicação completa com dados e análises atualizados entre as instituições FAO-ONU e CEPAL.

⁵ Josué de Castro inaugura um novo momento no Brasil sobre a questão da fome com a publicação do livro Geografia da Fome: o dilema brasileiro – pão ou aço – 1946. Ele se torna a principal referência nacional e internacional sobre a problemática da fome.

fome, como trouxe a público um problema de ordem social e política, não mais apenas como uma questão nutricional, médica ou sanitária.

A fome faz parte dos caminhos e descaminhos da civilização, numa história permeada pelo imperativo de sobrevivência – um imperativo da necessidade – seja em períodos extremos das guerras, revoluções ou em catástrofes. No entanto, não podemos ficar alheios ao propósito da fome como uma forma de domínio sobre populações. A regulação social da modernidade capitalista é constituída por processos de desigualdade e exclusão, portanto, a questão da fome e do embrutecimento de pessoas submetidas a situações de negação de direitos básicos e que enfrentam a experiência medonha da fome, encontram-se submetidas a dispositivos de poder, que operam através do racismo de Estado, que é segundo Foucault (2005, p.306):

[...] a condição para que se possa exercer o direito de matar. Se o poder de normatização quer exercer o velho direito soberano de matar, ela tem de passar pelo racismo. E se, inversamente, um poder de soberania, ou seja um poder que tem o direito de vida e de morte, quer funcionar com os instrumentos, com os mecanismos, com as tecnologias da normatização, ele também tem de passar pelo racismo. É claro, por tirar a vida, não entendo simplesmente o assassinio direto, mas também tudo o que pode ser assassinio indireto: o fato de expor a morte, de multiplicar para alguns o risco de morte ou, pura e simplesmente a morte política, a expulsão, a rejeição, etc. (FOUCAULT, 2005, p. 306)

Ou seja, na medida em que o Estado prolonga a vida em situações de necessidade, dor e sofrimento, até conseqüentemente culminarem em uma morte dos sujeitos, ele também pratica uma forma de morte/assassinato indireto.

Ao mesmo tempo a fatalidade da fome é percebida como algo natural ou preconcebida, ligada a ciclos, a pertença de lugares hostis a sobrevivência, como é comumente referida a fome no nordeste brasileiro, a fome é também percebida com a falta de produção, excesso de pessoas no mundo etc. A fome está, no entanto, diretamente relacionada a fatores de ordem social e econômica, a um processo histórico de longa data, ou seja, como denunciou Josué de Castro, um problema político de Estado com efeitos sociais, singulares, coletivos e subjetivos.

No Brasil se faz necessário levarmos em consideração o contexto histórico de legados coloniais, primeiramente de extermínio dos povos

originários e, de forma concomitante, de uma intensa atividade escravagista criando um sistema econômico, social e político excludente. Por fim, uma escravidão pós-colonial que resultou numa modernidade atrasada – uma combinação de economia escravagista com pré-capitalista, diferentemente da economia feudal, a qual vivenciou o resto do mundo. O resultado destas diferentes combinações, se comparadas ao desenvolvimento do mundo ocidental (eurocêntrico e colonizador), resultou numa sociedade *sui generis*. Um Brasil marcado pela diversidade, loteado por classes sociais distintamente diferentes, economia diversificada e um mosaico de problemas sociais, como por exemplo, a exclusão total das comunidades negras e indígenas dos processos de construção de saber, da política e, conseqüentemente do poder. O resultado da colonização marcou os sujeitos e seus corpos com o racismo, o apagamento e a exclusão. O grande contingente de negros escravos transformou-se nos negros dos cortiços, das favelas e das periferias do Brasil urbano e rural de norte a sul do país – pessoas que serviram até certo momento para a produção de riquezas, posteriormente foram descartadas, colocadas em uma situação em que não tinham terra para plantar alimento nem meios financeiros para obtê-lo. Historicamente temos um desenho de um Brasil extrativista, rural, exploratório, predatório e monoculturista com desenvolvimento desigual e combinado do capitalismo. E como resquício de um colonialismo que perpetua-se na violência física, psíquica e simbólica que se institucionalizou, se internalizou e se naturalizou na sociedade brasileira⁶, bem como no perfil de nosso Estado Nação e nas expectativas em relação ao desenvolvimento no país.

⁶ Para Mbembe as sociedades pós-coloniais, ainda não superaram a colônia, pois, ainda não responderam a uma questão filosófica-moral fundamental: “como renegociar um laço social corrompido por relações comerciais (venda de seres humanos), pela violência das guerras sem fim e pelas catastróficas conseqüências do modo pelo qual o poder era exercido?” (MBEMBE, 2001). Para este autor que reinterpretou o conceito de biopolítica de Foucault cunhando o conceito de necropolítica, é preciso dar conta de uma outra possibilidade de interpretação social sobre as ex-colônias, como no caso brasileiro, temos as dificuldades destes povos negros, mestiços de se expressarem, de se identificarem dignamente a não ser pelo viés do colonizador. Precisamos nos descolonizar como projeto político, o que ele chama de afropolitanismo, uma estética, uma maneira de ser no mundo que recusa, por princípio, toda forma de identidade vitimizadora, o que não significa que ela não tenha consciência das injustiças e da violência que a lei do mundo infringiu ao continente Africano e a seus habitantes. A História da humanidade é inseparável da África, muito antes da existência dos europeus, portanto a Modernidade é, na verdade, Afropolitana.

A fome e a pobreza no Brasil foram produzidos e alimentados pelo próprio sistema. Quando a questão da fome passou a ser uma preocupação do Estado, a partir da década de 1940-1950, muitas medidas paliativas foram implementadas por governos que passaram, mas, as principais iniciativas de combate a fome no Brasil sempre partiram de iniciativas individuais, religiosas ou de instituições de caridade. Nas décadas de 1970-1980 o problema da fome brasileira e os milhões de famintos, eram estimados em mais de 50 milhões, com um quadro de desnutrição e mortalidade infantis alarmantes, ao ponto de nos tornarmos notícia internacional como uma espécie de Etiópia Latina.⁷

Somente a partir da década de 1990⁸, com o lançamento da campanha “Ação da Cidadania Contra a Fome, a Miséria e pela Vida”, que obtivemos avanços nos quadros de políticas públicas e políticas sociais. Iniciativa imprescindível nos estudos sobre a fome, pois, foi a maior campanha de arrecadação de alimentos no Brasil e historicamente na América Latina. Esta iniciativa posteriormente culminou no Programa “Fome Zero” em 2003 que (consiste) consistia num conjunto de mais de 30 programas complementares dedicados a combater as causas imediatas e subjacentes da fome e da insegurança alimentar, implementados pelo ou com o apoio do governo federal. Entre os seus programas subjacentes se firmou o programa de transferência de renda conhecido como “Programa Bolsa Família”.

⁷ Os dados investigativos de Josué de Castro, usando do modelo geográfico, foram os primeiros números “oficiais” sobre a fome no Brasil que deram suporte para futuras investigações, ainda assim, nas décadas de 1970 -1980 são diversos os dados espalhados sobre os índices de fome no Brasil, não existindo um consenso sobre os números exatos, até porque, os modelos investigativos não possuíam apoios governamentais, eram dados locais ou até mesmo burlados, no entanto, as imagens da fome no nordeste e da pobreza no Brasil dos anos 1980 diziam mais que os números. Somente na década de 1990 o IPEA a partir dos dados do FIBGE conseguiram quebrar o silêncio sobre os supostos números de famintos na sociedade brasileira. O IPEA em 1993 construiu o documento “O Mapa da Fome”, oficializando, assim, os dados numéricos com 32 milhões de brasileiros na indigência. Com absoluto predomínio na Região Nordeste, 60% das pessoas não possuíam renda compatível para sustentar uma alimentação aceitável. (DOCUMENTO DE Política Nº 14. Mapa da Fome: Subsídios à Formulação de uma Política de Segurança Alimentar. Anna Maria T.M. Peliano, coord. IPEA – MARÇO DE 1993. Disponível em: <<http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/o-mapa-da-fome-vol1.pdf>>). Posteriormente, em 1999, novos dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios – Pnad do IBGE apontou 44 milhões de pessoas muito pobres que recebiam em trono de R\$ 80,00 reais mensais. Este número percentual foi utilizado para o Programa Fome Zero – público potencial como beneficiário, por estarem vulneráveis a fome. Uma população pobre que representava 22% das famílias brasileiras e 28% da população total do país, com forte concentração na Região Nordeste. (SILVA; GROSSI; FRANÇA.2010, p. 17.).

⁸ E, também, com a redemocratização do Brasil, a estabilidade institucional, principalmente com a Constituição Cidadã a partir de 1988 apregoando a garantia de vários direitos sociais.

O programa FOME ZERO, primeiramente foi um documento (Projeto) com 118 páginas⁹ elaboradas pelo Instituto de Cidadania, o IBASE e com a participação de representantes de ONGs, institutos de pesquisa, sindicatos, organizações populares, movimentos sociais e especialistas vinculados à questão da segurança alimentar no país. Partindo da concepção de que o direito a alimentação deve ser assegurado pelo Estado, apresentou como principal objetivo a formulação de uma Política de Segurança Alimentar e Nutricional para a população brasileira.

O Projeto, pela primeira vez na história, trouxe a alimentação como direito humano básico e a prioridade do combate a fome e a miséria como questões que mobilizam a sociedade brasileira há décadas. O documento, além de tudo, trouxe ideias inovadoras sobre o conceito de segurança alimentar, promovendo uma análise do problema da fome no país e no mundo e das políticas existentes até então.

Conforme Yazbek (2003) o projeto se propunha não só a combater diretamente a fome com alimentos, mas, criar uma política integrada de Segurança Alimentar e Combate a Fome, pois, as causas da fome no país derivam de problemas complexos e intensos como, por exemplo, a insuficiência da oferta de produtos agropecuários; problemas relativos à intermediação – distribuição e comercialização; falta de poder aquisitivo da população decorrente dos altos níveis de desemprego e subemprego.

O documento afirma que historicamente essas três causas têm-se revezado, mas, neste início de século XXI, a principal causa da fome está na insuficiência da demanda efetiva causada por concentração de renda, baixos salários, desemprego e baixos índices de crescimento econômico, componentes endógenos do atual padrão de crescimento e portanto resultados inseparáveis do modelo econômico vigente (gerando um círculo vicioso da fome). Propõe o equacionamento da questão pela ampliação da demanda de alimentos, barateamento do preço dos alimentos e programas emergenciais para atender a população excluída do mercado, reconhecendo que é preciso alterar o modelo econômico (crescimento com distribuição de renda). (YAZBEK, 2003, p. 45)

A partir de então, o histórico da fome no Brasil toma outros rumos e se propõe a atacar o problema em seu amago, e a tentar solucionar a questão com a criação de várias iniciativas políticas, vários agentes governamentais

⁹ MANUAL DO PESQUISADOR – PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA. 1ª EDIÇÃO 29/01/2018.

das três instâncias envolvidas. Um projeto extremamente abrangente e que parecia tocar não só no flagelo alimentar, mas, encaminhar e procurar trazer resolutivas as questões para além dos apelos humanitários e caridosos.

O Brasil trilhou um longo caminho para tentar solucionar o problema da fome e ainda trilha. O ideário de Josué de Castro teve um peso importante na evolução das políticas de alimentação e segurança alimentar. Passamos a problematizar a questão chamando a atenção dos governos que, após a Segunda Guerra Mundial, começaram a tratar de outro tema chamado desenvolvimento. A partir de então, as “políticas” de combate a fome entraram nas estratégias de desenvolvimento econômico, ou seja, passou-se a relacionar as condições de renda e trabalho com as condições de vida, portanto, as políticas públicas também tornam-se centrais nas estratégias de governo no tocante ao reconhecimento dos problemas estruturais da fome e segurança alimentar.

2.2 Marcos Referenciais da Trajetória de Políticas de Alimentação e de Combate a Fome no Brasil.

Ao pesquisar sobre a história e a trajetória da fome no Brasil nos deparamos com episódios importantes, obviamente que a história da fome nunca poderá ser totalmente registrada, pois a fome e a falta de alimentos para saciá-la são problemas que sempre nos perseguiram como humanidade. Esses episódios se tornam marcos referenciais de políticas de combate a fome no Brasil que perpassaram pela estratégia do desenvolvimento econômico (ciclos do desenvolvimento brasileiro) traçada por caminhos e descaminhos.

As vicissitudes das políticas públicas de combate a fome no Brasil possuem importantes marcos de referência, no entanto, eles não são encontrados reunidos como num guia pronto e fechado. A maioria dos estudos aponta os marcos a partir do governo FHC e se consolida com o governo de Lula. Sabemos, no entanto, que para chegar a consolidação de toda e qualquer política pública ainda mais, para um programa da magnitude do Fome Zero e Bolsa Família, um longo caminho se fez necessário. Portanto, entendemos que as pesquisas e publicações de Josué de Castro representam as primeiras

fontes, o primeiro marco sobre a fome, além do mais, Castro (1946) representa uma fonte sobre a historicidade de um Brasil dos excluídos.

Em nossa pesquisa buscamos dados dispersos para tentar compreender a evolução destas políticas, para tanto, construímos uma espécie de linha de tempo com os marcos referenciais num apanhado geral até chegar contemporaneamente ao Programa Fome Zero e o Bolsa Família. Esta linha de tempo é um construto a partir da conferência intitulada “Avanços e Retrocessos na Trajetória das Políticas de Combate à Fome no Brasil”, proferida por Anna Peliano¹⁰ integrante do Ipea (Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada) no ano de 2011 e organizado pelo Instituto de Estudos Avançados (IEA) da Universidade de São Paulo.

Conforme Anna Peliano (2011), um dos principais marcos para a construção de políticas públicas de combate a fome tem início no momento em que o sanitarista pernambucano Josué de Castro denuncia a fome em 1932 como uma questão de política social e não da escassez de alimentos ou de fenômenos naturais em seu **“Inquérito sobre as condições de vida das classes operárias no Recife”**. Pela primeira vez se estabelecem relações entre a alimentação e salário. Um despertar da consciência nacional para o angustiante problema da nutrição, associado ao problema de renda e processo produtivo, intensifica-se na imprensa e pelos trabalhadores através de uma campanha pelo salário mínimo.

É também neste período que temos a grande seca de 1932 no Nordeste, quando o Estado do Ceará criou instituições, apelidadas de "currais do governo", para confinar os retirantes que ameaçavam se deslocar.

Em 1940, o alerta de Josué de Castro de que a fome tinha natureza geográfica, social, biológica e histórica subsidia a **criação do salário mínimo**, o que passa a ser considerado um dos mais importantes passos para garantir a segurança alimentar. Em 1946, Josué de Castro publica Geografia da Fome e

¹⁰ Anna Maria Medeiros Peliano é socióloga e pós-graduada em Política Social pela UNB. Participou da elaboração e coordenação de importantes programas de combate à fome e pobreza no país, entre os quais os projetos piloto do Fome Zero, Mapa da Fome que subsidiou o trabalho de Herbert de Souza, o Betinho, na Campanha Nacional contra a Fome (1993). Participou como membro da Sociedade Civil no CONSEA - Conselho Nacional de Segurança Alimentar - (1993-1994). Foi Secretária-Executiva da Comunidade Solidária (1995-1998). Peliano faz parte do IPEA desde 1975. Sem dúvida Peliano é uma das mais conceituadas teórica e estudiosa sobre o tema da fome e das políticas públicas/políticas sociais desta problemática.

em 1950 publica Geopolítica da Fome. É eleito Presidente do Conselho Executivo da FAO, Organismo das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação de 1952 à 1956.

Nesse período o Governo Vargas cria o **Primeiro Plano Nacional de Alimentação e Nutrição**, elaborado pela área da saúde. E neste plano, teremos, pela primeira vez, um **Programa de Merenda Escolar** em âmbito nacional, sob a responsabilidade pública. O governo começa a falar em desenvolvimento econômico. No momento pós Segunda Guerra Mundial cunham-se os conceitos de desenvolvimento e subdesenvolvimento, tomando força a ideia de divisão do mundo entre primeiro mundo (capitalistas desenvolvidos), segundo mundo (socialistas) e terceiro mundo formado pelos países subdesenvolvidos.

Com o regime civil-militar (Golpes militares em vários países da AL) o governo passa a criar regras de alimentação adequada com planos na área de educação (ensinar as crianças a comer corretamente). Os focos das políticas se voltam para alimentos industrializados. São criadas, também, ações emergenciais sobre a seca e a fome no Nordeste. Josué de Castro é indicado ao Nobel da Paz. Em 1962 torna-se embaixador do Brasil na ONU – Organização das Nações Unidas. Em 1964, com o golpe militar, é destituído do cargo de embaixador e tem seus direitos políticos cassados por 10 anos. No final da década de 1960 temos a criação da CEASA - Centrais Estaduais de Abastecimento.

Em 1974 o governo realiza um estudo nacional de defesa familiar e aprova o **2º Plano Nacional de Alimentação e Nutrição**. Conclui-se com o estudo que o brasileiro não comia mal, mas comia pouco, pois, grande parte da população não possuía renda suficiente para adquirir alimento nos volumes necessários, ou seja, passavam fome. Nas escolas os professores ensinavam sobre dieta variada com frutas, verduras e carne. A desnutrição infantil era superior a 46%. Em 1976 teremos o **3º Plano Nacional de Alimentação e Nutrição** com foco na desnutrição. No governo militar não se falava em fome, o assunto era velado. A agricultura brasileira respondia positivamente aos estímulos de mercado. O Brasil se torna grande exportador de alimentos neste período em detrimento da produção de alimentos para consumo interno. O consumo estava estagnado pelo baixo poder aquisitivo da população urbana.

Surge uma tímida política de incentivo a agricultura familiar e pequenas agroindústrias. Políticas clientelistas sem grandes investimentos para a questão da fome. De 1950 até final de 1980 o Nordeste enfrenta as piores secas, com escassez de água e alimentos. Na década de 1970 temos um pico de miséria nas regiões do nordeste brasileiro.

Em meados dos anos 1980 temos o enfraquecimento do governo militar e grandes mobilizações sociais pela retomada da democracia. Volta-se a falar da fome como um problema político e emergencial. Nos anos 80 registra-se a primeira referência à expressão "segurança alimentar" nas políticas governamentais. De 1985 à 1987 temos a redemocratização do país, um novo momento para as políticas públicas. Em 1985 o Ministério da Agricultura implantou o programa de abastecimento popular nas periferias, conhecido como "Dia D do Abastecimento". Em 1986 se realiza a I Conferência Nacional de Alimentação e Nutrição, consagrou-se a alimentação como direito de cidadania.

Em 1987, governo Sarney lança o **Programa Nacional do Leite para Crianças Carentes**, primeira iniciativa brasileira de distribuição de cupons de alimentos em larga escala, mas com graves problemas de abrangência e gestão. Em 1988, com a promulgação e aprovação da Constituição Federal teremos a questão da alimentação apontada como um direito básico e essencial. No final dos anos 80, especificamente em 1989 o governo operava mais de 12 programas de alimentação que juntos gastavam mais de 1 bilhão, porém os resultados se mostravam irrisórios.

No governo Collor¹¹ em 1990¹² se desenvolve um período de extinção de todos os programas de alimentação. Este governo trouxe como justificativa

¹¹ O Governo Paralelo (1990-1992) foi criado após as eleições presidenciais de 1989, com a derrota de Luís Inácio Lula da Silva. Era uma coalizão de partidos de esquerda e um dos poucos exemplos do shadow cabinet na América Latina, com o objetivo de apresentar propostas alternativas de políticas ao governo Fernando Collor de Mello. O primeiro ministro paralelo foi Carlos Nelson Coutinho.

¹² Dois momentos decisivos no processo de formulação do Programa Fome Zero: a proposta contra a fome e a pobreza apresentada pelo Governo Paralelo do Partido dos Trabalhadores, em 1991, e o movimento Ação da Cidadania contra a Fome, a Miséria e pela Vida, em 1993. Essas referências são importantes, pois representaram esforços societários em colocar o problema da fome na agenda política e, ao fazê-lo, contribuíram para fortalecer um ethos de solidariedade, humanidade e justiça social no País, transposto para o Fome Zero. Outros fatores que influenciaram o Programa foram a elaboração do Mapa da Fome: Subsídios à Formulação de uma Política de Segurança Alimentar, pelo Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicadas (IPEA, 1993). Essa iniciativa culminou na elaboração do Plano de

a ideia de que não cabia aos governos distribuir ou subsidiar alimentos. Este governo inclusive limitou todos os programas de merenda escolar. Em 1992 teremos o impeachment e renúncia do presidente. Em seu lugar assume em 1993 Itamar Franco. **Cria-se o Consea** – Conselho Nacional de Segurança Alimentar. E deflagrada a campanha “**Ação da Cidadania Contra a Fome, a Miséria e pela Vida**”, liderada pelo sociólogo Herbert de Souza. A campanha foi reconhecida nacional e internacionalmente. O mapa do Ipea ¹³indicava 32 milhões de brasileiros abaixo da linha da pobreza.

O governo seguinte liderado por Fernando Henrique Cardoso (FHC) extingue o Consea, e a primeira dama Ruth Cardoso funda o “**Comunidade Solidária**”, unindo programas sociais e de transferência de renda dos anos 90 em um único programa. A fome propriamente saiu da cena principal e incorporou-se o combate a pobreza de forma ampla. Os recursos passaram de 1 bilhão para 2 bilhões. IPEA faz alerta ao governo de que a segurança alimentar não se constituía como uma estratégia clara do atual governo. Cria-se o PRONAF para a agricultura familiar. A moeda se estabiliza, bem como toda área econômica que foi reforçada no primeiro mandato do presidente FHC.

Apesar dos vários avanços, a década se encerra com várias dificuldades como a ausência de uma política mais agressiva na área de abastecimento; falta de flexibilidade para atender demandas sociais; falta de prioridade política e falta de abertura de um efetivo controle e participação da sociedade. Encerra-se o governo FHC com um contingente de 24 milhões de pessoas que ainda não possuíam renda suficiente para adquirir alimentação.

Em 2001 a partir do “Instituto Cidadania” (fundado em 1990), lança-se o primeiro esboço do Programa Fome Zero que se tornaria carro chefe na campanha eleitoral de Lula em 2002. No governo de Lula em 2003, temos o

Combate à Fome e à Miséria pelo governo Itamar Franco; na disseminação de princípios da Igreja Católica progressista, como solidariedade, voluntariado e suprapartidarismo por meio da Ação da Cidadania, e nas demandas por segurança alimentar e reforma agrária, por parte dos movimentos sociais, principalmente, o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST).

¹³ O Mapa da Fome: subsídios à formulação de uma política de segurança alimentar (IPEA, 1993) foi coordenado por Anna Maria Peliano; já o Plano de Combate à Fome e à Miséria, de acordo com Takagi (2006), foi coordenado pela ministra da Secretaria de Planejamento, Orçamento e Coordenação, Yeda Crusius, e contou com a colaboração de Betinho, pelo IBASE; de Mauro Morelli, bispo da Arquidiocese de Duque de Caxias; Anna Maria Peliano, do IPEA; Denise Paiva, assessora especial do Presidente da República e Josenilda Brant, do Instituto Nacional de Alimentação e Nutrição (INAN).

reconhecimento de reivindicações históricas e a efetivação do comprometimento com a erradicação da fome. Se introduz o **Programa Fome Zero**¹⁴ e se tem a criação do Ministério do Fome Zero. O Consea é recriado com o objetivo de integrar políticas emergenciais de combate a fome a políticas públicas estruturais, entre elas, o Cartão Alimentação¹⁵, destinado a compra de alimentos pelas famílias mais pobres e o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), e o reforço da merenda escolar associada a agricultura familiar- AF (compra de 30% de alimentos da AF, com prioridade aos assentamentos, comunidades indígenas tradicionais e quilombolas). A cobertura da merenda escolar atingiu 47 milhões de escolares e foi estendido ao ensino médio, EJA e Programa Mais Educação. Programa Bolsa Família passou a abranger cerca de 12,7 milhões de famílias. Implementa-se a Lei Orgânica de Segurança Alimentar, elevando a ação de alimentação ao direito constitucional. Observa-se a queda na desnutrição e valorização do salário mínimo.

Em 2004 o programa Bolsa Família une os programas Cartão Alimentação, Bolsa Escola, Bolsa Alimentação e Vale Gás e se torna o maior programa de transferência de renda do mundo. Entre 2003 e 2010, 24 milhões de brasileiros saem da extrema pobreza.

No governo seguinte liderado pela presidenta Dilma Rousseff em 2010, cria-se o programa Brasil Sem Miséria que inclui complementação de renda e articula mais de 100 programas sociais. Em 2012 o Brasil alcança as metas da ONU referentes aos objetivos de desenvolvimento do milênio (ODM) que previam a redução pela metade do número de pessoas passando fome, em uma proporção inferior a 5% da população. No último ano de seu primeiro mandato em 2014, o país saiu oficialmente do mapa da fome da ONU, com apenas 3% da população ainda ingerindo menos calorias que o recomendado. De 2002 a 2013¹⁶, temos uma diminuição de 82% da população de brasileiros que já estavam em situação de subalimentação.

¹⁴ Programa Fome Zero foi criado, em 2003, pelo Governo Federal, em substituição ao Programa Comunidade Solidária, que fora instituído pelo Decreto n. 1.366, de 12 de janeiro de 1995, para o enfrentamento da fome e da miséria.

¹⁵ Partiu de José Graziano a ideia do Cartão Alimentação, inspirada na política do New Deal americano na década de 1930, voltado para enfrentar a ameaça do desemprego, a queda dos salários e a sobra da produção agrícola em consequência da crise econômica de 1929.

¹⁶ Para o IPEA (2013), existe uma relação entre a cobertura do Programa e o impacto relacionado aos índices de pobreza e desigualdade: O Programa Bolsa Família foi responsável por 15% a 20% da redução da desigualdade de renda no Brasil. Colaborou também para a

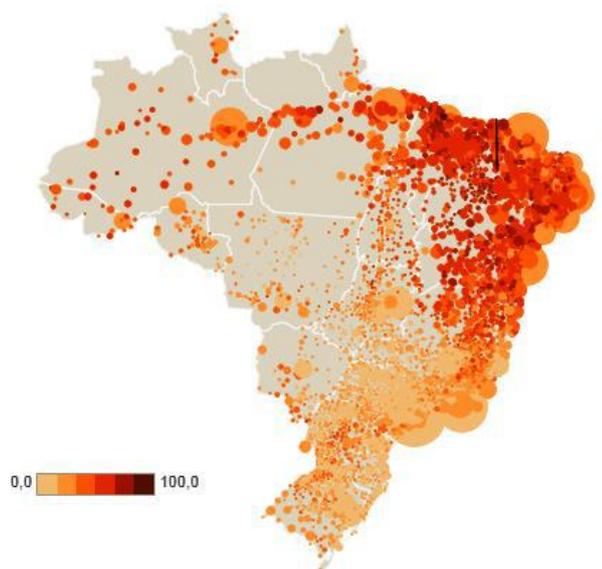


Figura nº1: População atendida até o ano de 2014 em %. Fonte: Mapa, Folha de São Paulo eleições 2014¹⁷. Dados do MDS: 14 milhões de famílias atendidas, 50 milhões de pessoas¹⁸. O Nordeste possui a maior concentração de atendidos pelo PBF.

Em 2017 no Brasil retorna o risco do aumento da fome novamente pela combinação de alta do desemprego, avanço da pobreza, corte de mais de 1 milhão de beneficiários do Bolsa Família e congelamento de gastos públicos por 20 anos decretados pelo governo Michel Temer após impeachment do governo de Dilma.

No primeiro ano do mandato do governo Jair Bolsonaro em 2019, em torno de 5 milhões de famílias tiveram o benefício do Programa Bolsa Família cortados. O CONSEA foi novamente extinto. O presidente assina decreto cumprindo promessa de campanha eleitoral, do pagamento da 13ª parcela para o programa (retira da previdência para compensar o 13º do bolsa família).

Dos anos 1940 até o momento atual, passaram-se mais de 70 anos com avanços e retrocessos nas políticas de combate a fome no Brasil. Apesar dos recentes avanços, compreendemos que não há motivos para se acomodar, pois, a luta contra a pobreza extrema se faz uma constante. O Brasil ainda possui regiões com elevados índices de desnutrição e de pessoas que

queda na desigualdade entre estados e regiões do país (15%). A política de transferência de renda ainda impulsionou a diminuição na taxa de extrema pobreza (entre 2001 e 2011, passou de 8% para 4,7% da população brasileira).

¹⁷ <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2014/10/1528139-dilma-amplia-vantagem-nas-cidades-mais-dependentes-do-bolsa-familia.shtml> .

¹⁸ <http://mds.gov.br/area-de-imprensa/noticias/2014/dezembro/bolsa-familia-chega-a-14-milhoes-de-familias-em-dezembro>.

enfrentam pobreza extrema. O nosso percorrido com os marcos referenciais é uma prova de que a complexidade da fome não se resolve com imediatismo, mas com políticas aprimoradas e com visão sistêmica integrada para poder atender a diferentes dimensões.

Para compreender um dos principais programas de transferência de renda que compõe o Fome Zero, logramos algumas informações pertinentes sobre o que é e como funciona o Programa Bolsa Família, se não o mais criticado é também o mais elogiado pela opinião pública, oposição e por especialistas na medida que o programa cresceu e se expandiu.

O Programa Bolsa Família (PBF) nasceu como parte integrante do Programa Fome Zero (PFZ), o qual foi apresentado no dia 16 de outubro de 2001, no dia mundial da alimentação, com o objetivo de combater a fome e a extrema pobreza (MDS, 2006). Posteriormente foi instituído pela Lei nº 10.836, de 9 de janeiro de 2004, e regulamentado pelo Decreto nº 5.209, de 17 de setembro de 2004 (MS, 2009).

O PBF nasceu a partir de um conjunto de ações e da integração de todos os Ministérios do Governo Federal, ficando o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome responsável pela gestão do Bolsa Família. O PBF se transforma no principal programa de transferência de renda do governo federal. Constituindo-se num programa estratégico no âmbito do Fome Zero – uma proposta de política de segurança alimentar de acordo com o Conselho Nacional de Segurança Alimentar (Consea), orientando-se pelos seguintes objetivos:

Combater a fome, a pobreza e as desigualdades por meio da transferência de um benefício financeiro associado à garantia do acesso aos direitos sociais básicos – saúde, educação, assistência social e segurança alimentar; promover a inclusão social, contribuindo para a emancipação das famílias beneficiárias, construindo meios e condições para que elas possam sair da situação de vulnerabilidade em que se encontram. (BRASIL. MDS, 2006)

Além do âmbito Federal o PBF conta com apoio de estados e municípios. Este último possui o importante papel de identificação e cadastramento.

Os municípios têm função estratégica na identificação e no cadastramento das famílias que se encontram em situação de pobreza. Também são corresponsáveis pelo acompanhamento de condicionalidades, pela gestão de benefícios e pela integração entre

o Bolsa Família e outras ações e outros serviços que permitam o desenvolvimento das famílias. (MDS, 2015)

O PBF se transformou no maior programa de transferência de renda para combater a fome e a miséria, justamente por apresentar uma proposta ambiciosa e necessária. O PBF avaliou e unificou, conforme pertinência, os programas sociais já existentes e os ampliou. Num primeiro momento o governo de Luiz Inácio Lula da Silva elaborou um plano de avaliação levando em consideração os seguintes pontos:

1) a ocorrência de sobreposições de programas, definindo objetivos e público alvo; 2) desperdício de recursos por falta de uma coordenação geral e dispersão dos programas em diversos ministérios; 3) falta de planejamento e mobilidade do pessoal executor, 4) alocações orçamentárias insuficientes, com o não atendimento do público alvo conforme os critérios de elegibilidade determinados (BRASIL, 2002).

A partir desta avaliação os seguintes programas foram agregados: Erradicação ao Trabalho Infantil, Agente Jovem, Sentinela, Bolsa Escola, Bolsa Alimentação e Auxílio Gás. Os programas até então espalhados pelos ministérios e secretarias de governo, passaram a fazer parte de um único programa chamado Bolsa Família se inserindo num contexto amplo de ações integradas com o propósito de formar uma rede nacional de proteção e promoção social no Brasil. Conforme o MDS, 2009. O PBF possui três dimensões:

A transferência de renda, condicionalidades e ações complementares. A transferência de renda promove o alívio imediato da pobreza. As condicionalidades reforçam o acesso a direitos sociais básicos nas áreas de educação, saúde e assistência social. Já as ações complementares objetivam o desenvolvimento de capacidades das famílias e a superação de sua situação de vulnerabilidade.

O PBF passou a ser um benefício concedido pelo Governo Federal para as famílias pobres e extremamente pobres, consideradas com uma renda mensal por pessoa de R\$ 85,01 a R\$ 170,00 (dados atualizados 2018).¹⁹

¹⁹ Os valores pagos as famílias em situação de vulnerabilidade social apresentaram variações conforme a categoria que se encaixam no programa. O benefício pode variar de acordo com o número de crianças, R\$ 39,00 e para adolescentes R\$ 46,00. Atualmente, os valores se alteraram a partir de julho de 2018, o Bolsa Família terá um reajuste de 5,67% no valor do benefício médio. Com a alteração, este valor passará de R\$ 177,71 para uma quantia estimada de R\$ 187,79.

Primeiramente é preciso se inscrever no Cadastro Único²⁰, ter pelo menos 16 anos. O público alvo preferencial para o recebimento do benefício em nome da família é a mulher. Essa decisão teve como base estudos sobre o papel da mulher na manutenção da família e na sua capacidade em administrar os recursos financeiros em proveito de toda a família. (MDS, 2018).

Para o recebimento do Bolsa Família foram estabelecidos diversos critérios condicionantes, ou seja, compromissos assumidos pelos beneficiários que devem ser levados em consideração. Entre eles, na área da educação, crianças e adolescentes com idades entre 6 e 15 anos devem ter, no mínimo, 85% de presença nas aulas. Para jovens de 16 a 17 anos, a frequência mínima exigida é de 75%. A cada dois meses, o Ministério da Educação informa para o MDS a frequência escolar dos beneficiários. Na área da saúde, as famílias precisam manter em dia o calendário de vacinação das crianças menores de 7 anos, além de levá-las ao posto de saúde para que sejam pesadas, medidas e tenham o crescimento monitorado. Para as gestantes, é necessário fazer o pré-natal (MDS, 2006). O descumprimento destes compromissos leva a suspensão do benefício.

Passados mais de 10 anos desde o primeiro momento de sua implementação e concretização, até o período atual em que o Brasil se encontra, com seu fatídico revês democrático pós golpe parlamentar, o Programa Bolsa Família, tem resistido não como uma simples política pública, mas como uma política de integração de várias políticas e ações sociais repercutindo na economia e na sociedade, portanto, ele potencializou as inter-relações entre Estado, política, economia e sociedade. Sem dúvida, o PBF, significa um marco para a história política e social do Brasil que justamente nasceu e cresceu em dívida social com seu povo, dado o histórico de desigualdades – um país que por anos protagonizou os piores índices e

²⁰ O Cadastro Único para programas sociais (CADÚnico) foi regulamentado pelo decreto nº 6.135, de 26 de junho de 2007, sendo o principal instrumento de identificação e caracterização socioeconômica. Ao final de 2009, cerca de 19 milhões de famílias estavam identificadas na base de dados do CADÚnico, totalizando 71 milhões de pessoas. Passados quase 10 anos os dados atualizados indicam que até o mês de março de 2018, existiam 26.698.288 famílias inscritas no Cadastro Único para Programas Sociais, o que corresponde a 75.236.076 pessoas cadastradas. O Programa Bolsa Família (PBF) beneficiou, no mês de abril de 2018, 13.772.904 famílias, que receberam benefícios com valor médio de R\$ 177,71. O valor total transferido pelo governo federal em benefícios às famílias atendidas alcançou R\$ 2.447.602.356,00 no mês.

lugares no ranking da fome, da extrema miséria e da precariedade de acesso aos direitos sociais fundamentais e imprescindíveis na manutenção da vida – o maior país da América Latina, figurava entre os mais miseráveis do continente. O PBF teve e tem como seu grande desafio superar a desigualdade social de um país tão vasto, rico, desigual e, neste momento, resistir ao desmonte da democracia e ao recrudescimento de políticas neoconservadoras que ameaçam os direitos fundamentais.

3. PERCURSO METODOLÓGICO

Como nos disse Josué de Castro (1946), a fome é um problema tão antigo como a própria humanidade e para tal coisa não podemos dar as costas, pois, milhões padecem de sofrimento e de carência de soluções políticas para este assombroso problema de nossa civilização. Se este tema não nos interessa, certamente não podemos seguir adiante como humanidade. Faz-se necessário compreender esta mazela, compreender as motivações políticas que contribuem e as políticas que vem ao encontro da recuperação dos sujeitos afetados direta e indiretamente. Como pesquisadores, temos o dever ético e moral de nos comprometer com o social e trazer contribuições de nosso campo de formação e estudo. Nesta pesquisa, em específico, investigamos as intencionalidades dos programas Fome Zero e o adjacente programa de transferência de renda Bolsa Família buscando compreender se estes consideram os processos de subjetivação das pessoas que tem fome e se potencializaram a inserção cidadã destes sujeitos na sociedade. Planejamos evidenciar como as temáticas da subjetividade e da cidadania estão presentes nos estudos sobre o Programa Fome Zero e o Programa Bolsa Família.

Buscamos compreender as relações entre as temáticas (conceitos) fome, subjetividade e cidadania através de um estudo de estado da arte procurando verificar em que medida, com qual centralidade, a produção teórica sobre a fome no Brasil esteve relacionada com estas categorias e sua pertinência para as políticas sociais de combate a fome.

O problema desta pesquisa, de forma específica, pode ser formulado da seguinte maneira: Qual o “estado de conhecimento” no Brasil a partir das produções científicas sobre o tema da fome e a relação com as categorias subjetividade e cidadania e suas pertinências? Dito isso temos como objetivo identificar e evidenciar a presença e a relevância das temáticas subjetivação e inserção cidadã na produção científica sobre os Programas Fome Zero e Bolsa Família.

Neste sentido, mapeando o estado de conhecimento sobre o tema fome, subjetividade e cidadania e a relação com programas sociais, poderemos evidenciar as respostas ao problema proposto e ampliar formulações teóricas a

esse respeito para que outros pesquisadores possam também se apropriar deste conhecimento.

O interesse pelo tema de pesquisa não deixa de ter um engate autobiográfico, como lembrou a pesquisadora Maria Isabel Cunha²¹ “o pesquisador só pergunta aquilo que lhe é familiar. Quando ele não está implicado pode significar que não existe uma pergunta para o problema. Porque a pergunta é mais importante que as respostas, justamente porque carrega implicações subjetivas. Quando estamos implicados ao menos conseguimos ter a ilusão de que podemos trazer contribuições para o campo de conhecimento”.

Portanto, a relevância pessoal também fez função na escolha do tema. As questões subjetivas, experiências de vida e experiências profissionais levaram a determinadas conjecturas sobre a fome. O fato de ter vivenciado na década de 1990 um período de problemas econômicos e sociais no Brasil que afetaram muitas famílias, inclusive a família desta pesquisadora que passou por um longo período de desemprego, de escassez, de miséria e, conseqüentemente de fome, não uma fome extrema, mas, àquela fome oculta de comer uma vez ao dia a mesma comida durante semanas por não ter recursos suficientes para comprar comidas variadas e balanceadas, nos fez ter, sentimentos de vergonha e humilhação por estarmos acometidos por essa mazela, como também a percepção de que o mesmo não acontecia com aqueles que tinham o poder de combater a fome, pois chegavam a ignorar e julgar os sujeitos em estado de fome, classificando-os como uma vergonha como cidadãos, como se a fome fosse uma escolha, como se acontecesse por livre e espontânea vontade.

Contemporaneamente, a fome e a segurança alimentar no Brasil e no Mundo transformaram-se numa das maiores preocupações de pesquisadores, instituições e governos, tornando-se num dos temas mais debatidos mundialmente. No Brasil, a partir da implementação do Programa Fome Zero se desencadearam inúmeras publicações, notícias que tornaram o país uma referência internacional quando se trata de políticas de segurança alimentar, desenvolvimento rural e de combate a pobreza e a fome. A partir do Programa

²¹ Fala proferida no Encontro Textos E Contextos da Docência – FURG 14 de maio de 2019.

Fome Zero, o Brasil conseguiu cumprir a primeira Meta dos Objetivos do Desenvolvimento do Milênio da Organização das Nações Unidas. Portanto, este estudo também tem a pretensão de salientar a importância deste Programa e suas ações como fontes de inspiração para a igualdade, solidariedade e insistir que um outro mundo é possível quando os valores universais são respeitados, quando políticas sociais são desenvolvidas para aqueles que realmente necessitam, aqueles sujeitos apagados e que foram deixados a margem por um sistema, por um modelo de desenvolvimento econômico e social predador. Existem meios e alternativas para combater a pobreza e a fome universalmente, o que não existe é o desejo de que isto aconteça, visto que o nosso modelo de regulação social tem na desigualdade e na exclusão um projeto de desenvolvimento.

3.1 Porque o Estado da Arte?

Tenho andado a colher as espigas que caíram da pena dos autores preocupados com outros temas, diligente em encher minha cesta, ou de chegar brasas à minha sardinha. Uma espécie de bricolagem, aquela técnica de juntar retalhos. (MARQUES, 2006, p. 20)

Como atingir os objetivos? (Como desenvolver a pesquisa sobre a temática que nos propusemos a investigar? Será que o tema de nossa pesquisa ainda é uma questão relevante a se pesquisar? Essa questão sempre esteve presente, desde o princípio). Quais os caminhos para colocar o projeto em movimento? Estas foram algumas das questões suscitadas em nossa investigação, primeiramente pela preocupação da temática estar um tanto quanto saturada e, conseqüentemente povoada por vasta produção de conhecimento científico sobre o tema da fome, no entanto, ainda despertando vastas motivações para continuar explorando. Não por acaso, na América Latina e, especificamente no Brasil a problemática da pobreza e da fome, conforme REGO E PINZANI (2014, p. 20), foi há muito tempo tematizada – começando pelo ensaístico fecundo dos anos 1920 e 1930 até chegar aos estudos acadêmicos efetuados por equipes dotadas de diferentes técnicas de investigação. Portanto, reafirmamos que existe atualmente, disponível em bancos de dados públicos, uma vastidão de produções resultantes de investigações e debates. Apesar disso, o problema persiste, portanto, as

produções também resistem e persistem. Não que as pesquisas acadêmicas tenham obrigações explícitas ou tácitas de resolver a questão da fome, pobreza e desigualdade social, mas, as produções e os seus lampejos são fontes de inspiração para possíveis resoluções e, principalmente, são fontes inesgotáveis de estudos críticos e de “denúncias²²” científicas.

Neste sentido, considerando a realidade produtiva sobre o tema, instrumentalizamos esta pesquisa com o enfoque no Estado da Arte e propomos esta técnica de juntar retalhos para investigar não somente a fome, mas, também, a subjetividade e a cidadania. Delimita-se a possibilidade de um novo debate – o desafio de encontrar nesse emaranhado de produções uma interlocução da problemática de modo a mapear as produções de forma pluridisciplinar, dialogando com outras áreas de conhecimento. Para Norma Ferreira (2002, p. 258) as pesquisas de Estado da Arte são:

Definidas como de caráter bibliográfico, elas parecem trazer em comum o desafio de mapear e de discutir uma certa produção acadêmica em diferentes campos do conhecimento, tentando responder que aspectos e dimensões vêm sendo destacados e privilegiados em diferentes épocas e lugares, de que formas e em que condições têm sido produzidas certas dissertações de mestrado, teses de doutorado, publicações em periódicos e comunicações em anais de congressos e de seminários. (FERREIRA, 2002, p. 258)

FERREIRA (2002) afirma ainda que durante os últimos quinze anos²³ ocorreu a elaboração de um conjunto significativo destas investigações. Esse movimento foi motivado por uma sensação de não conhecimento acerca da totalidade de estudos e pesquisas em determinada área, consequência do crescimento quantitativo e qualitativo e da pouca divulgação sobre uma certa produção acadêmica. Evidencia-se, atualmente, na questão divulgação um crescimento de produções científicas publicizadas. Há um crescimento da produção e divulgação científica, inclusive com pontuais críticas sobre produtivismo acadêmico em detrimento da qualidade. O que Ferreira (2002) aponta com uma das dimensões dos discursos de poder sobre a instituição universidade pública e seu caráter social, quanto à pressão externa de uma

²² Num sentido de enunciações psicanalíticas.

²³ FERREIRA em seu artigo argumenta que nos últimos 15 anos se potencializam as pesquisas que utilizam do Estado da Arte, sendo seu artigo publicado em 2002, acreditamos que se essa forma de pesquisa continuar a ser utilizada com a mesma frequência que vinha sendo produzida teremos um grande investimento nesse tipo de pesquisa.

política reguladora e controladora da produção científica. Portanto, o inventariar traz contribuições para os pesquisadores, como também, responde a certas demandas dos anseios políticos daqueles que veem a universidade pública apenas como uma prestadora de serviços e que deve ser, portanto, avaliada em termos de qualidade, competência, excelência e, muito em voga, avaliada em termos de inovação e empreendedorismo. Práticas avaliativas que tem sustentado críticas quanto ao reconhecimento e legitimidade das pesquisas acadêmicas, levando, equivocadamente, a medirem a eficácia e o sucesso.

De qualquer maneira, as pesquisas inventariantes possibilitam criar condições, conforme FERREIRA (2002, p. 261), para que maior número de pesquisadores de diversas áreas, interessados em temas afins estabeleçam um primeiro contato, recuperem determinado trabalho, possibilitando a circulação e intercâmbio entre a produção construída e aquela a construir.

O Estado da Arte como método de investigação tem sido amplamente utilizado em determinadas áreas de conhecimento, como a educação, políticas públicas e saúde. No caso deste estudo sobre o tema - fome, subjetividade e cidadania - procuramos debater a partir de uma política pública consolidada há mais de 15 anos. Uma das políticas sociais brasileiras que produziu e continua a produzir discussões calorosas entre diversos campos de saber, entre diversos campos de poder, nas quais muitas tensões se produziram entre posições pró e contras, entre eficácia e fracasso, entre responsabilidade do público e a responsabilidade individual.

3.2 Produções Sobre o Tema

O estudo que realizamos por meio de pesquisa bibliográfica com análise documental, utilizou como base de dados para coleta o banco de teses e dissertações da CAPES – “Catálogo de Teses e Dissertações CAPES”²⁴ no período de 2006 a 2016, utilizando os descritores: Fome – Subjetividade – Cidadania. A seleção considerou os trabalhos acadêmicos defendidos em

²⁴< <https://catalogodeteses.capes.gov.br/catalogo-teses/#/> > - Copyright 2016 Capes. Versão: 0.0.41.

instituições de pós-graduação do Brasil, nos graus de mestrado acadêmico e doutorado. Não incluímos os mestrados profissionais - MBA.

É importante ressaltar que nosso estudo não teve como finalidade avaliar a qualidade dos trabalhos selecionados, sob nenhum aspecto, nem discriminar concepções políticas ou ideológicas, nem mesmo destacar filiação ou fundamentação teórica baseada num ou noutro autor. A seleção dos trabalhos teve como objeto central o destaque para os descritores: Fome – Subjetividade – Cidadania. Descritores/conceitos que estão diretamente marcados neste estudo e, portanto, relacionados as políticas sociais do Programa Fome Zero e o Adjacente Programa Bolsa Família.

O contingente de produções encontradas é extremamente vasto, no entanto, eventuais produções podem não ter sido identificadas nas buscas realizadas, por não destacarem em suas palavras-chaves as expressões que procuramos e pela delimitação das áreas de conhecimento. Muitos dos trabalhos não compuseram a lista final por não se encaixarem no propósito de nosso estudo e, também, por ser humanamente impossível em curto período de tempo analisar mais de 30 mil dissertações e teses.

Destacamos que em nossa atividade podem ter ocorrido eventuais falhas humanas e técnicas, dada a complexidade da plataforma da CAPES, bem como, também consideramos a existência de algum grau de subjetividade envolvido no ato de selecionar as informações coletadas e, principalmente no desenvolvimento crítico, visto que o pesquisador, mesmo que em suspenso de julgamentos e eticamente comprometido, ainda assim, é passível de se envolver ou de se revelar como sujeito implicitamente ou inconscientemente, o que não significa comprometer o método ou as hipóteses. Por fim, acreditamos que certamente diferentes pesquisadores podem chegar a diferentes resultados, ainda que utilizem o mesmo método e as mesmas categorias de análise. Diferentes resultados quantitativos não discrepantes e resultados qualitativos, obviamente que diferenciados. Como bem apontou Jorge Larrosa Bondía (2002), a pesquisa é uma experiência e sendo experiência ela é subjetiva, o método pode ser igual, mas os olhares são diferentes.

Não existe uma única metodologia para desenvolver pesquisas do tipo Estado da Arte. Sem dúvida, um levantamento e uma revisão sobre a produção de um determinado tema tornam-se um passo fundamental para a realização

de pesquisas desse tipo. No desenvolvimento deste trabalho sobre a fome, subjetividade e cidadania, tangenciado pela política pública PFZ e subjacente PBF, em específicos, passamos por etapas descritas a seguir.

Nome do Filtro	Filtros Escolhidos	Produções Encontradas
Descritor	Fome – Subjetividade – Cidadania (utilizados de forma combinada)	38.043
Grau Acadêmico	Mestrado e Doutorado	35.493
Ano	2006 a 2016	21.474
Grandes Áreas do Conhecimento ²⁵	Ciências Humanas; Ciências Sociais Aplicadas e Multidisciplinar	17.589
Área do Conhecimento	Administração Pública; Antropologia; Ciência Política; Direito; Economia; Geografia; História; Serviço Social; Sociais e Humanidades; e Sociologia.	10.435
Área de Avaliação	Direito; Economia; Geografia; História; Interdisciplinar; Multidisciplinar; Psicologia; Serviço Social e Sociologia.	9.865
Área de Concentração:	Práticas Sociais e Constituição do Sujeito; Antropologia; Antropologia Social; Avaliação de Políticas Sociais; Cidadania e Políticas Públicas; Cidadania, Estado e Globalização; Ciências Sociais; Ciências Sociais: Cultura, Desigualdades e Desenvolvimento; Constituição do Sujeito e Historicidade; Cultura e Poder; Cultura, Cidadania e Serviço Social; Cultura, Desenvolvimento e Políticas Públicas; Cultura, poder e Instituições; Desenvolvimento Econômico; Desenvolvimento Humano; Desenvolvimento Regional; Desenvolvimento Social; desenvolvimento social: políticas públicas e desigualdades sociais desenvolvimento socioeconômico; direito e políticas públicas; direitos humanos, direitos humanos e	1.704

²⁵ O CNPq - Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (2013) organiza as áreas de conhecimento em nove grandes áreas, a saber: 1) Ciências Exatas e da Terra; 2) Ciências Biológicas; 3) Engenharias; 4) Ciências da Saúde; 5) Ciências Agrárias; 6) Ciências Sociais Aplicadas; 7) Ciências Humanas; 8) Linguística, Letras e Artes; e 9) Outras. Em nosso estudo optamos por estabelecer 3 filtros das grandes áreas de saber: 1) Ciências Humanas. 2) Ciências Sociais Aplicadas. 3) Multidisciplinar.

	<p> cidadania; direitos humanos e democracia, direitos sociais e políticas públicas; estado, economia e políticas públicas, estado, políticas sociais e cidadania; estado, sociedade e políticas públicas; estudo da subjetividade; estudos psicanalíticos; gestão pública e sociedade; governança e políticas públicas; história social; história do norte e nordeste do Brasil; história social; mudança social e participação política; política social; política; política social; política social estado e sociedade; política social: estado, sociedade e direitos sociais; políticas e práticas sociais; políticas públicas e sociedade; políticas públicas em direitos humanos; políticas sociais e cidadania; políticas sociais e programas sociais; políticas sociais, direitos sociais e humanos; processos de subjetivação; práticas culturais e processos de subjetivação; psicanálise e saúde; psicanálise e sociedade; psicologia; questão social, direitos humanos e políticas sociais; questão social, políticas sociais e serviço social; realidade regional: qualidade de vida e dignidade humana; serviço social e política social; serviço social, políticas públicas e desenvolvimento; sociais e humanidades; sociedade e políticas públicas; sociologia; sociologia política; sujeitos sociais e proteção social. </p>	
Nome do Programa	<p> Sociologia; Ciências Sociais; Ciências Sociais Aplicadas; Ciências Sociais: Cultura, Desigualdades e Desenvolvimento; Ciências Sociais; Ciências Humanas e Sociais; Desenvolvimento Regional; Desenvolvimento Social; Direito; Direitos Humanos, Cidadania e Políticas Públicas; Direitos Humanos; Direitos Humanos e Cidadania; História, História, História Social; Política Social; Políticas Públicas; Políticas Públicas e Formação Humana; Políticas Públicas, Estratégias e Desenvolvimento; Políticas Sociais e Cidadania; Psicanálise, Saúde e Sociedade; Psicologia; Política Social e Direitos Humanos; Políticas Públicas; Serviço Social; Serviço Social e Política Social; Sociologia; Sociologia e Antropologia Sociologia Política; Sociologia; </p>	1.669

(Tabela nº 1)

Finalizando essa última etapa de refinamento dos resultados, chegamos a um total de **1.669** trabalhos, dos quais refinamos manualmente a fim de encontrar os estudos pertinentes. Esse refinamento se desenvolveu em duas etapas, a primeira pela leitura dos títulos dos estudos encontrados, e a segunda (após essa primeira seleção) a partir dos resumos encontrados.

Após o refinamento dos títulos, usamos como critério de seleção os trabalhos que contivessem explicitamente a palavra Fome-Subjetividade-Cidadania, abrindo-se para o nome dos Programas, Bolsa Família e Fome Zero, chegamos a um total de **29** referências.

3.3 Análises dos Dados.

Das 29 dissertações e teses²⁶ que compõe a fase final da coleta-analítica, selecionamos as produções que acreditamos ter o potencial de contribuir na construção dessa pesquisa, com isso não desmerecemos os demais trabalhos, apenas selecionamos aqueles que respondem as dimensões que investigamos. Dos 29 trabalhos encontrados selecionamos 17 a partir dos quais construímos categorias com o objetivo de melhor representar a busca desse estudo e para compor, então, nosso processo de análise final, ou seja, as produções que compuseram o corpo de investigação principal representados em cinco categorias²⁷ a partir da leitura integral das obras com o objetivo de refinar a análise final deste estudo.

A criação de categorias nos facilitou a análise de conteúdo. Conforme CARLOMAGNO e ROCHA (2016, p. 178) por mais intuitivo que possa parecer, os limites dados para as categorias devem ser claros e formalizados. Para os autores é absolutamente necessária a existência de regras (regras para inclusão de cada conteúdo em cada categoria). Pois a ausência desta regra pode levar a problemas de informações incompletas e insuficientes. Devem existir regras formais, claras, objetivas e escritas informando o leitor, como uma espécie de “livro de códigos” ou “dicionário” sobre a inclusão e exclusão de determinados conteúdos nas categorias criadas.

²⁶ VER ANEXO 1 com as 29 produções.

²⁷ Nesse processo de categorização e análise faz se importante salientar que duas das pesquisas selecionadas não foram encontradas em sua íntegra.

Por tanto, classificamos as características encontradas nas dissertações e teses com relação a uma série de elementos, como a abordagem metodológica, enfoque teórico, sujeitos da pesquisa, problema da pesquisa e resultados, demonstrando, assim, alguns padrões de proximidade e de exclusão entre os elementos, conforme sugestões para pesquisa Estado da Arte, abordada por FERREIRA (2002) e GOES e FERNANDEZ (2018).

Nome da Categoria	Quantidade de trabalhos
a) Significações e Impactos do Bolsa Família em Comunidades Específicas	11
b) Construção do PBF e das Políticas de Combate a Fome	2
c) Programas de Transferência de Renda, Direitos, Cidadania e Trabalho	2
d) Bolsa Família na América Latina	1
e) Programa Bolsa Família como Tecnologia de Subjetivação	1

Quadro nº2

Na categoria a) “Significações e impactos do Bolsa Família em comunidades específicas” destacamos 11 trabalhos, 9 pesquisas realizadas em localidades urbanas e 2 em comunidades étnicas (quilombola e indígena). Destacamos certa predileção por estudos realizados com pesquisas empíricas, justamente por possibilitarem uma percepção proximal das políticas públicas, neste caso, das políticas de transferência de renda. O campo empírico de fato é o campo da demanda social e a preferência dos pesquisadores se dá, na maioria das vezes, justamente pelo fato do pesquisador ser integrante de alguma instituição, ou seja, sua atividade é legitimada ou levada a tal pesquisa. De qualquer forma, a nossa busca, independe propriamente da metodologia escolhida, mas, nos chama atenção este recorte específico no campo empírico e os seus resultados.

Destacamos os seguintes trabalhos a partir das categorias onde encontramos nosso tema explicitamente relacionado. Os dados foram agrupados conforme grau de defesa/trabalho, instituição, ano de defesa, autor, título e palavra-chave e tema/objetivo, seguindo de análise individual de cada trabalho.

a) Categoria Significações e Impactos do Bolsa Família em Comunidades Específicas:

Esta categoria busca problematizar como as beneficiárias/os significam o PBF e as suas condições enquanto beneficiários do programa em comunidades específicas. Os trabalhos abordam a questão dos direitos sociais, autonomia, in/exclusão, participação cidadã, melhoria na qualidade de vida, culpabilização/responsabilização pela condição de beneficiários. Nesta categoria incluem-se estudos sobre a devolução do benefício, compreensões das condicionalidades exigidas pelo programa. Foram analisados nesta categoria 11 trabalhos.

1. Dissertação de Mestrado em Sociologia.

Universidade Estadual do Ceará – UECE.

Ano: 2013

Autora: CRISPIM, FRANCISCA ALINE DOS SANTOS.

Título: Programa Bolsa Família: ampliação dos direitos sociais de cidadania?

Palavras-chave: Pobreza; Cidadania/Direitos; Programa Bolsa Família.

O trabalho teve como objetivo compreender, interpretar e analisar criticamente as percepções e os significados do Programa Bolsa Família para os seus beneficiários; em que medida o Programa tem contribuído para a ampliação dos direitos sociais básicos; quem são os beneficiários do Programa Bolsa Família em Fortaleza- CE; como os sujeitos moradores da comunidade Couto Fernandes se percebem na condição de “beneficiários”. Busca, também, compreender como os interlocutores da pesquisa significam as categorias analíticas pobreza e cidadania/direitos e o Programa Bolsa Família.

CRISPIM (2013) procurou caracterizar o programa BF, o CRAS localizado na comunidade de estudo e caracterizou a comunidade estudada – Couto Fernandes. Destaca a autora, a partir de entrevistas dirigidas, que uma das principais marcas encontradas é a do assistencialismo, muito presente na trajetória histórica da comunidade, caso que, se fez necessário uma reflexão da postura adotada pelos usuários da Política de Assistência Social que procuravam o CRAS. Portanto, se destaca o esforço dos profissionais para

romper com o assistencialismo e fazer a população perceber o CRAS como um espaço público, bem como, se aperceberem da política pública.

Destaca a autora:

Em vista disso, questionamos se o PBF, integrante da Política Nacional de Assistência Social, cuja transferência monetária concedida às famílias inseridas nesse Programa é nomeada como “benefício”, reafirma a noção de benesse ou favor no imaginário de quem é por ele atendido e se ainda perdura a visão da assistência como uma prática de caráter tutelar e benemerente. Nesse caso, serão as falas dos interlocutores da pesquisa que servirão de base para a explicação do real. (CRISPIM, 2013, p. 36)

A inquietação da autora/pesquisadora (CRISPIM, 2013, p.38) se dá justamente, em que medida o PBF, através da ação articulada do CRAS, está melhorando a condição de vida das famílias beneficiárias e tem ampliado o acesso dessas famílias aos direitos sociais básicos?

A pesquisa de CRISPIM (2013) destaca que o público alvo de sua pesquisa na Comunidade Couto Fernandes foram mulheres chefes de família, até porque o PBF prioriza estrategicamente o cadastramento e acesso ao benefício para as mulheres ²⁸.

O trabalho de CRISPIM (2013) aponta para a pobreza como um elemento de caráter multidimensional com raízes estruturantes constitutivas das relações sociais capitalistas e das especificidades de cada realidade social. Portanto, a compreensão destes aspectos deve constituir os pressupostos fundamentais para o planejamento e operacionalização das políticas de combate à pobreza ao invés de se configurarem somente como políticas compensatórias que apenas mitigariam os efeitos perversos da pobreza e da desigualdade social.

Pobreza e cidadania possuem, no Brasil, uma relação histórica de antinomia. No referido período, a pobreza é percebida como sinônimo de carência, e a cidadania, como concessão do Estado pelo cumprimento com o dever do trabalho. Isso porque os direitos não

²⁸ A inscrição no Cadastro Único deve ser feita por uma pessoa da família, chamada de Responsável Familiar, no setor do cadastro ou do Bolsa Família no município. Em muitas cidades, o próprio Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) realiza o cadastramento. Essa pessoa deve ter pelo menos 16 anos e, preferencialmente, ser mulher. A estratégia do PBF quanto a priorizar as mulheres como beneficiárias “legítimas”, traz a tona um debate interessante sobre o envolvimento das mulheres numa rede de obrigações com as ações estatais. O debate se amplia e vem como um marcador de gênero e se abre para questões acerca da condição de cidadania das mulheres usuárias. Não por acaso o PBF prioriza as mulheres, já que em dez anos, de 2000 a 2010, o Censo destaca que o papel da mulher responsável pela família subiu de 22,2% para 37,3% (IBGE, 2012).

foram formulados dentro de uma concepção universalista, mas elaborados numa lógica securitária que expulsava para o campo socioassistencial todos os que não tinham a posse da carteira de trabalho, produzindo – uma fratura entre a figura do trabalhador e a do pobre incivil. (CRISPIM, 2013, p.73)

Portanto, para a autora, essas imagens presentes na sociedade brasileira ao longo da história, de alguma forma, permanecem vivas no imaginário coletivo nacional. Isso produz conseqüentemente dificuldades na assimilação – especialmente no imaginário dos usuários da política de Assistência Social e na forma estigmatizada como eles são percebidos pela sociedade – das políticas públicas não como favor ou benemerência, mas como direito de todos e dever do Estado (CRISPIM, 2013, p73).

Por fim, a autora em suas análises e considerações, descreve em cinco momentos os programas de transferência de renda no Brasil, com destaque para o quinto momento que se deu no governo de Luiz Inácio Lula da Silva, a partir de 2003 que trouxe efetivamente políticas de combate a fome, num ambicioso programa o Fome Zero e adjacente PBF. Este programa levou em consideração os seguintes aspectos encontrados na pesquisa empírica da autora.

Os sujeitos de direitos do PBF possuem um perfil que é atravessado por fortes relações de classe, raça/etnia e gênero. De fato, são parcelas populacionais historicamente excluídas das políticas públicas e, portanto, dos direitos de cidadania, sendo, em sua maioria, pobres, negros e mulheres. Isso põe em relevo as contradições próprias das relações sociais presentes na sociedade brasileira, de matriz patriarcal e escravocrata. (CRISPIM, 2013, p.104)

Destacamos que o trabalho empírico e dissertativo de CRISPIM (2013) nos representou ser muito tocante e sensível, principalmente com relação as entrevistas das mulheres beneficiárias do PBF. Destacamos também, no afã de encontrar uma referência sobre subjetividade, CRISPIM (2013, p. 106) aborda o conceito de simbolização em detrimento de racionalidade como definição do homo sapiens. O ser humano imagina e, através da imaginação e da linguagem, atribui significado a todos os seus atos. Para a autora, em sua análise, o PBF não conseguiu ainda assumir no imaginário das famílias beneficiárias, o status de direito de cidadania. As beneficiadas não percebem o PBF como um direito por não se reconhecerem como cidadãs, mas como “pobres-carentes-necessitadas” (CRISPIM, 2013, p. 127). Os depoimentos das

entrevistadas revelaram que a mera inserção das famílias pobres no PBF é incapaz de torná-las autônomas no sentido político – uma vez que não reconhecem e não reivindicam seus direitos de cidadania.

A conclusão da autora é contundente, a perspectiva “emancipatória” do PBF parece ainda distante de concretizar-se no cotidiano das beneficiárias, uma vez que esse Programa continua voltado a “ajudar a sobreviver na miséria”. A problemática se encontra no fato de que as pessoas são atendidas não por sua condição de cidadão, mas pela comprovação de não possuírem direitos de cidadania. Crispim (2013, p. 129) trata isso como uma relação de cidadania invertida. A autora conclui que apesar destas questões é inegável a relevância do programa. O programa atinge problemas emergenciais e pragmáticos de necessidades mais urgentes, não promovendo mudanças estruturais significativas, no entanto, a autora considera que existem ações complementares do PBF que podem trazer luz as problemáticas, principalmente promoverem possibilidades efetivas para a saída e emancipação do Programa. As ações complementares estariam ganhando, atualmente, importante dimensão no redesenho do Bolsa Família. Para tanto, seria preciso incluir os Programas de Transferência de Renda, de forma integrada organicamente às demais políticas públicas.

2. Mestrado em Ciências Sociais.

Universidade Federal de São Paulo – UNIFESP.

Ano: 2013

Autora: NORONHA, CLARISSA AGUIAR.²⁹

Título: Bolsa Família e Possíveis Reconfigurações da Pobreza.

Palavras-chave: Pobreza; Bolsa família; Figuração social da pobreza; Cidadania.

A pesquisa realizada procurou demonstrar de que forma o recebimento do Bolsa Família impacta sobre a figuração social da pobreza, reconfigurando a forma como ela é compreendida pelas beneficiárias do programa. Conceitua

²⁹ Dissertação completa não encontrada nos bancos de dados, nem mesmo da UNIFESP. Teses ou dissertações não disponíveis pressupõem que os autores pretendem transformar a pesquisa em livro.

pobreza e exclusão social. Trata das privações materiais, as privações culturais e políticas. Conclui que quem está excluído tem sua cidadania negada na medida em que suas experiências de privações e de busca por inserção social via mercado de trabalho os afastam do debate público. Além disso faz com que os indivíduos percam a capacidade de organização e reconhecimento de grupo, levando ao não acesso a direitos sociais por um sentimento de inferioridade frente aos demais cidadãos, os “incluídos”.

3. Doutorado em Políticas Públicas e Formação Humana.

Universidade do Estado do Rio de Janeiro – UERJ.

Ano: 2015

Autor: SILVA, ANDRE RICARDO FONSECA DA³⁰.

Título: Impacto do Programa Bolsa Família na Luta Fundiária da Comunidade Quilombola da Caiana dos Crioulos: um estudo sobre cidadania.

Palavras-chave: Programa bolsa família. Quilombolas. Cidadania.

A tese analisou como o Programa Bolsa Família impactou a luta fundiária da Comunidade Quilombola de Caiana dos Crioulos, observando como isto afetou a construção e desenvolvimento da cidadania desta comunidade. O autor promoveu um estudo sobre o programa bolsa família, o qual foi criado com o fulcro de diminuir a fome, a pobreza e a desigualdade social, alcançando, paulatinamente, milhões de brasileiros, inclusive grande parcela dos quilombolas. Para SILVA (2015) a vulnerabilidade social é uma marca presente nas comunidades quilombolas, principalmente devido à dificuldade de acesso destas comunidades as políticas públicas, além de uma prestação de serviços públicos não focados para sua identidade cultural. O autor identificou que atualmente grande parcela dos quilombolas é beneficiária do Programa Bolsa Família e não estão conseguindo a autonomização deste programa por não haver uma política pública específica que possa estimular o desenvolvimento dos quilombolas, respeitando a cultura dos mesmos. SILVA (2015) destaca, também, que a concretização do pleito principal dos quilombolas, é a titulação das suas terras, conforme previsto no artigo 68 do

³⁰ A título de curiosidade, o Orientador desta tese foi o Teórico Político Emir Sader.

Ato de Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal de 1988, e que o mesmo não vem sendo efetivado, devido a grande burocracia para esse procedimento de titulação junto com interesses de grupos hegemônicos ligados a bancada ruralista. Para o desenvolvimento da pesquisa fez uso da abordagem qualitativa, concomitantemente foi feita uma pesquisa de campo, permitindo a observação direta dos fenômenos, preservando a singularidade do objeto social. Pesquisou dados primários e secundários de órgãos públicos. Utilizou como instrumentos de coleta de dados entrevistas semiestruturadas, optando pela utilização da análise de conteúdo, analisando, assim, a realidade social. Concluiu que a regularização fundiária definitiva junto com a concretização de políticas públicas específicas são o caminho para construção da cidadania quilombola, pois, só assim, se permitirá que haja uma segurança jurídica para os quilombolas. E apenas o programa bolsa família não pode ser um propiciador da quebra do ciclo intergeracional da pobreza que muito marca a história dos povos quilombolas, precisando ser pensado de forma interdisciplinar as portas de saída da pobreza, daí a necessidade de capabilities³¹ para que o quilombola possa usufruir de uma cidadania plena.

O autor conceitua pobreza a partir de uma análise crítica marxista, a pobreza diretamente relacionada a luta de classes e o materialismo histórico.

Com base nestes fundamentos não se pode estudar a pobreza apenas como um fenômeno natural, como é vista na doutrina liberal. A pobreza deve ser vista como uma categoria histórica que foi socialmente construída no modo de produção capitalista. Além disso, o Estado não pode ser visto apenas como um agente neutro, pois suporta a ideologia da classe capitalista, que incute o seu pensamento hegemônico de uma ilusão igualitária.

Diante disso, no pensamento crítico marxista a pobreza não poder ser vista de forma colateral e sim como algo central, ou seja, como uma das facetas da acumulação capitalista. E para se estudar a pobreza precisa-se também estudar a sua unidade contraditória a riqueza. (SILVA, 2015, pp. 35-36)

Para SILVA (2015) a pobreza tem causas multidimensionais, coadunando com a pesquisa de CRISPIM (2013). Entre as causas conforme autor:

A pobreza pode ter causas políticas (tais como corrupção), socioculturais (por exemplo educação deficitária, discriminação racial,

³¹ O estudo das capabilities é uma das áreas de pesquisas em Administração, em particular na Administração Estratégica. Palavra oriunda da língua inglesa que significa: capacidade, aptidão.

influência da religião no número de filhos), econômicos (tal como problemas fiscais do país com um escasso desenvolvimento econômico), socioeconômicos (desigualdade social, a imigração e a exploração laboral), naturais (como tragédia natural), de saúde (álcool, drogas ilícitas, doenças), desenvolvimento histórico relacionado à criação do Estado (a origem colonial do Brasil) e até mesmo bélicos (como guerra e conflito armado interno). Em suma, causas macroeconômicas, naturais ou sociais. (SILVA 2015, p. 51)

Silva (2015) faz um estudo histórico sobre a forma como o conceito de pobreza foi tratado nas várias Constituições brasileira. Uma pesquisa detalhada e aprofundada desde a Constituição de 1824 até a Constituição de 1988. O autor procurou compreender não só como o Estado entendia a pobreza, mas também como o fenômeno da pobreza era tratado. Além deste estudo também procurou analisar como foram criados os indicadores de pobreza, a exemplo do Banco Mundial de combate à pobreza ligado ao BIRD (Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento) e AID (Associação Internacional de Desenvolvimento), o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) e os institutos brasileiros e latinos envolvidos no mapeamento, pesquisas, índices e estudos sobre a pobreza – indicadores sociais – como o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) e a Comissão Econômica para América Latina e o Caribe (CEPAL).

O autor traz como conceito de pobreza a ideia de que ela não é apenas uma privação de renda mas, também, uma privação das capacidades básicas de um determinado indivíduo, envolvendo acesso a bens e serviços. Capacidade de realizações, ou seja, capacidade vinculada à liberdade versus as privações de liberdade, conceito desenvolvido a partir das teorias de Amartya Sen (2010). Neste contexto, o autor defende a tese que as privações de liberdades que os quilombolas da Caiana dos Crioulos sofrem são propiciadoras da formação do cidadão mínimo, que está sempre arraigado às políticas sociais.

SILVA (2015, p.53) conclui que sem o reconhecimento das terras quilombolas, não é possível falar de desenvolvimento como liberdade, de combate a pobreza, pois, este não reconhecimento afeta diretamente a cidadania, visto que provoca um hiato na cidadania social e civil dos quilombolas. Além do mais o Programa Bolsa Família, apesar de ter provocado mudanças positivas tendo em vista o acesso à renda, não elimina todas as

privações de liberdade dos quilombolas. Fazendo-se necessária uma atenção principal ao problema quilombola, que é a titulação de suas terras.

No trabalho de SILVA (2015) temos uma importante abordagem sobre cidadania, visto que o autor está falando de pessoas negras, sua pesquisa deteve-se sobre a cidadania quilombola. Conforme o autor:

Apesar de cidadania nos dicionários do século XX sempre está atrelada à condição de ser cidadão; no século XXI os dicionários, como o Dicionário de Usos do Português, a palavra cidadania passa a significar "condição de quem goza plenamente de seus direitos civis e políticos". E é nesta acepção que queremos, em parte (pois iremos acrescentar outros requisitos para preenchimento da cidadania plena), nos deter nesta tese. Isto porque neste dicionário também o exemplo da cidadania indígena que é construída não apenas de gozo pleno dos direitos, mas também de privilégios em comparação aos não-índios. Assim, a concretização da cidadania plena quilombola está também arraigada a ideia de privilégios a esta parcela da população que foi explorada e esquecida por muito tempo pelas políticas públicas. (SILVA, 2015, p. 105)

Silva (2015) também traz o conceito e a forma substantiva de cidadania a partir de Marshall, como em outras teses e dissertações aqui referidas. No entanto, o autor nos chama a atenção para dizer que, apesar de Marshall ser uma referência imprescindível, é preciso situa-lo num contexto histórico de um povo, no caso, o inglês. Para o autor, se faz necessário entender a história e a realidade brasileira na construção de um conceito de cidadania, pois evoluímos de forma diferenciada dos ingleses. Para SILVA (2015, p. 109,) o fator que mais contribuiu negativamente para a construção da cidadania no contexto brasileiro foi a escravidão. Portanto, os elementos-direitos não concedidos de forma plena aos quilombolas têm propiciado a formação de cidadãos mínimos que se acomodaram na sua luta fundiária, tendo como provocador desta acomodação tantos aspectos burocráticos para a efetivação da titulação como também a política de transferência de renda que propiciou renda, mas não necessariamente a possibilidade de construção de uma cidadania plena.

4. Doutorado em Políticas Públicas.

Universidade Federal do Maranhão – UFMA.

Ano: 2015.

Autor: BRAGA, VALTEMAR DE ANDRADE.³²

Título: O Bolsa Família em Guaribas e Acauã (PI): Estudo sobre o Desenvolvimento e o Significado de Experiências Pioneiras.

Palavras-chave: Acauã, Bolsa Família, Guaribas, Programa Fome Zero.

A pesquisa consistiu no resgate histórico desde a implantação do Programa Fome Zero e do Programa "Cartão Alimentação", desenvolvidos durante o primeiro mandato do presidente Lula, até os dias atuais com o Programa Bolsa Família. A escolha dos dois municípios se deve porque foram pilotos do Fome Zero. Analisa o que os programas representaram para a população e o município e quais as mudanças que ocorreram nesse período e com a continuidade do Programa Bolsa Família (PBF).

O pesquisador observou ainda, a partir dos depoimentos dos entrevistados e integrantes dos grupos focais, que o Programa Bolsa Família proporcionou avanços nas condições de vida das famílias, como maior autonomia e independência da mulher, elevação da autoestima, conquista de crédito para comprar a prazo no comércio local, melhoria das residências e da assistência à saúde, diminuição da evasão escolar, entre outros benefícios.

5. Mestrado em Serviço Social

Universidade Federal da Paraíba - UFPB.

Ano: 2015.

Autor: MEIRELES, CARMEN LUCIA DE ARAUJO.

Título: Programa Bolsa Família e a Trajetória de Vida dos Beneficiários: Inclusão Social e Autonomia são possíveis?

Palavras-chave: Pobreza; Transferência de Renda; Proteção Social.

O trabalho buscou compreender, através da literatura e dos próprios envolvidos – os beneficiários – se o Programa Bolsa Família propiciou ou propicia, de fato, Inclusão Social e Autonomia.

³² Tese completa não encontrada nos bancos de dados, nem mesmo da UFMA ou UFPI. Valtemar de Andrade Braga compõe o quadro efetivo de docentes da UFPI. Neste endereço é possível acessar entrevista com o professor, concedida em 25 de fev. de 2015, na qual, ele comenta sobre a pesquisa realizada: <https://www.ufpi.br/ultimas-noticias-ufpi/7753-professor-da-ufpi-defende-tese-sobre-o-bolsa-fam%C3%ADlia-no-piau%C3%AD>.

Concluiu que a referida Inclusão Social se expressa através da garantia do depósito mensal que viabiliza o acesso ao consumo, enquanto que a Autonomia caracteriza-se pela possibilidade de aquisição de bens voltados para a sobrevivência, sobretudo, o acesso à alimentação e vestuário, aspectos até então ausentes na trajetória desses sujeitos sociais. Para a autora, os programas de transferência de renda produzem a inserção das pessoas em condição de pobreza a pertencer a sociedade de consumo, isto seria um aspecto positivo de alguma forma. O Programa Bolsa Família proporcionou mudanças na trajetória de vida das pessoas e melhorou suas expectativas em relação ao acesso a alimentação.

Meireles (2015) traz em seu estudo o conceito de pobreza, conforme Marshall, pobreza e assistência social, vinculadas a cidadania, ou seja, uma possibilidade de cidadania concedida através de um conjunto de direitos (econômicos, civis, políticos e sociais) e a ausência destes direitos reflete numa não cidadania. Ainda nesta mesma perspectiva teórica e conceitual, Meireles (2015) traz os conceitos de pobreza, vulnerabilidade e população em risco como sinônimos, bem como, as interpretações de direitos e cidadania como estratégias de emponderamento que conseqüentemente se traduz num processo de resgate de autoestima, autonomia e novamente cidadania.

6. Mestrado em Ciências Sociais.

Universidade Federal de São Paulo – UNIFESP.

Ano: 2016.

Autor: CUNHA, CINTHIA DE OLIVEIRA.

Título: O Programa Bolsa Família e as representações de pobreza na visão das beneficiárias.

Palavras-chave: Políticas Públicas. Programa Bolsa Família. Pobreza. Campinas.

A pesquisa teve como objetivo compreender se as beneficiárias do Programa Bolsa Família observaram mudanças na representação da pobreza após serem contempladas pelo programa, e se o programa possibilitou o reconhecimento dos outros e delas mesmas enquanto sujeitos dignos de direitos. A autora utiliza como referencial teórico os estudos de Paugam,

conceituando a pobreza como um status social que envolve não apenas uma questão econômica, mas que está envolto em relações sociais de poder, nas quais os sujeitos pobres são desamparados de condições que permitam a imposição de seus direitos.

Conforme Cunha (2016, p. 12) A sociedade constrói para os pobres um status social de desqualificação, desvalorização que é compartilhada. Nesse status, os sujeitos pobres teriam um conjunto de comportamentos comuns, condizentes com os seus papéis sociais, comportamentos que são reconhecidos pela sociedade e pelos próprios sujeitos a quem representa.

Para o desenvolvimento dessa pesquisa a autora realizou entrevistas semiestruturadas com 16 beneficiárias do programa, no qual constatou a existência de três olhares sobre a questão da pobreza e das beneficiárias do programa, o olhar do sujeito que não recebe o benefício do programa (que se encontra em condição de vida superior ou igual a dos beneficiários) o das próprias beneficiárias (um olhar sobre como percebem a si mesmas nas condições em que se encontram) e o olhar da beneficiária sobre as outras beneficiárias.

Conclui-se que esses diferentes olhares produzem imagens negativas e positivas que são assumidas e alternam-se nas falas das beneficiárias do programa. Ao se descreverem essas mulheres manifestam as imagens negativas provenientes dos olhares dos outros (que não recebem o PBF), tais como a do “[...] pobre como vagabundo, preguiçoso, morto de fome, sujo, que depende da ajuda do Estado para conseguir sobreviver” (CUNHA, 2016, p. 105). Manifestam imagens positivas quando falam sobre a percepção que possuem de si mesmas, e sobre as experiências que vivenciam: “[...] são pessoas honestas, justas, corretas, que lutam contra tudo e contra todos para conseguir prover seu próprio sustento, mesmo não tendo as oportunidades para a realização de tal objetivo” (CUNHA, 2016, p.105).

Verifica-se também nessa pesquisa que as beneficiárias possuem resistência a falar sobre as imagens que fazem das outras beneficiárias do programa, dessa situação a autora levanta duas hipóteses a primeira: Que as beneficiárias ao sentirem os olhares e as imagens negativas que os outros (não beneficiados) fazem delas, acabam não se sentindo à vontade para falar sobre as outras beneficiárias. A segunda hipótese: Que as beneficiárias reconhecem

uma verdade nos olhares dos “outros” que são interiorizadas e que por isso as beneficiárias não se sentem à vontade para falar sobre as outras beneficiárias.

Por fim, a autora também destaca que o Programa Bolsa Família é considerado pelas suas beneficiárias como uma ajuda dada as situações de necessidade em que as pessoas não conseguem manter uma vida digna sem o auxílio da ajuda e também é percebido como um direito dada a falta de oportunidade e condições para ingressar no mercado de trabalho e promover o sustento da família. Esse direito que as beneficiárias dizem possuir também é percebido de diferentes formas: Direito por causa do pagamento dos impostos. É direito porque as beneficiárias cumprem com especificações do programa (matriculam seus filhos nas escolas, vacinam, etc....). Direito por que é um direito comum que todos deveriam receber. Direito para os que passam necessidade, como uma espécie de justiça. E é um direito por que o Estado tem de reconhecer a necessidade dos que não tem condições de promover uma vida digna.

7. Mestrado em Ciências Sociais.

Universidade Federal Da Bahia – UFBA.

Ano: 2016.

Autor: RAMOS, CLÁUDIA MIRELLA PEREIRA.³³

Título: Chinelos, Mochilas e Artesanatos: Percepções sobre a contribuição do programa bolsa família em Comunidades indígenas pataxó do município de Porto Seguro/BA.

Palavras-chave: pobreza, focalização, bolsa família e comunidades indígenas.

Esta pesquisa buscou investigar as percepções que as beneficiárias indígenas da aldeia de Barra Velha possuem sobre o Programa Bolsa Família e averiguar como se desenvolve dentro da aldeia o acompanhamento socioassistencial. Para tanto a pesquisadora realizou uma pesquisa qualitativa com entrevistas semiestruturadas utilizando a técnica metodológica snowball³⁴.

³³ A dissertação foi transformada em e-book pela Editora Espaço Acadêmico.

³⁴ Snowball, Bola de Neve ou ainda Cadeia de informantes é uma técnica metodológica que utiliza de amostragem na quais participantes da pesquisa indicam novos participantes para a pesquisa e assim sucessivamente (como em uma cadeia) até que os novos participantes passem a repetir as informações já coletadas sem acrescentar novas informações.

Constatou-se que o município de Porto Seguro/AS no qual a aldeia indígena está localizada não possui nenhum Centro de Assistência Social – CRAS, o acompanhamento das famílias indígenas é realizado por uma equipe volante. As famílias indígenas que possuem condições participam da inserção no Programa Bolsa Família semanalmente, as que não possuem condições de se deslocarem aguardam anualmente a visita dos profissionais do programa. Verifica-se que ao recurso da bolsa é utilizado pelas famílias indígenas para compra de itens básicos como alimentação, vestuário, itens de material escolar e principalmente para garantir o deslocamento necessário para retirada do benefício. Conclui-se que as políticas públicas não respondem ao problema da pobreza a longo prazo, pois produzem soluções apenas a curto prazo que se mostram ainda precárias para saída da situação de vulnerabilidade social indígena.

8. Mestrado em Serviço Social

Universidade Federal do Pará – UFPA.

Ano: 2014.

Autor: SOUSA, IVANA AUGUSTA BRITO DE.

Título: Bolsa Família em Ananindeua: estudo de caso de “devolução” do benefício.

Palavras-chave: Ananindeua. Proteção Social. Programa de Transferência de Renda. Bolsa Família.

O estudo de Sousa (2014) teve como objetivo compreender o fenômeno da devolução voluntária referente à transferência de renda condicionada “Bolsa Família”. Utilizou-se de fundamentação teórica, como a própria autora indicou de teoria crítico-dialética, utilizou as categorias de Política social, Assistência social, emancipação/autonomia, cidadania, transferência de renda e pobreza.

A dissertação apresentou o conceito de cidadania definido por Marshall, como ideia de indivíduo portador de direitos – sendo estes, civil, político e social – social para além do bem estar econômico.

A conclusão da autora em seu estudo sobre a devolução voluntária do PBF, se deu, justamente pela melhoria de vida dos beneficiários no tocante a geração de empregos. A saída do programa se deu pela conquista de um

trabalho com carteira assinada. Portanto, a saída da pobreza extrema se dá por um conjunto de medidas, somente o PBF não é suficiente, mas, de qualquer forma, ele representa uma possibilidade de realização de pequenos sonhos, principalmente para a vida das mulheres com possibilidades de emancipação, no sentido de luta e liberdade.

9. Mestrado em Políticas Sociais e Cidadania

Universidade Católica de Salvador – UCSal.

Ano: 2016.

Autor: GALVAO, ADILMA PINTO.

Título: O Programa Bolsa Família: Um Estudo sobre os efeitos do Descumprimento das Condicionalidades em Presidente Dutra-Ba.

Palavras-chave: Pobreza. Políticas Sociais. Programa Bolsa Família. Condicionalidades.

Esta dissertação buscou discutir o descumprimento das condicionalidades estabelecidas pelo Programa Bolsa Família, como uma forma de responsabilização das famílias pela superação da pobreza, tal concepção se pauta em um pensamento de origem liberal/ neoliberal, reforçando a ideia de que para ter acesso a garantia de direitos como educação e saúde, se faz necessário respeitar as condições do programa, ao mesmo tempo em que as famílias que descumprem as regras do programa terão a vulnerabilização ampliada.

A autora traz a questão da pobreza como uma das decorrências da contradição do modelo capitalista. Quanto as condicionalidades do PBF, as mesmas estão inseridas dentro de um processo que responde ao modelo capitalista neoliberal, portanto, num processo de co-responsabilização dos usuários.

Galvão (2016) nos traz um elemento importante para pensar as políticas de transferência de renda, que as mesmas se pautem de ações efetivas para interromper a transmissão intergeracional da pobreza, focadas, portanto no efetivo combate a fome e a miséria para então promoverem a emancipação das famílias em situação de pobreza e pobreza extrema. De qualquer forma o

PBF seria uma política indispensável para o enfrentamento da pobreza extrema ainda que seletivas e restritas.

Por fim, os efeitos das condicionalidades são reforçados pela política neoliberal de culpabilização dos indivíduos e desresponsabilização do Estado, o que ocasiona, na opinião da autora, maior vulnerabilidade das famílias “descumpridoras”. Esta seria uma das fragilidades do programa ou, propriamente, da estratégia do programa e, conseqüentemente, no que diz respeito ao rompimento intergeracional da pobreza.

10. Mestrado em Ciências Sociais.

Universidade do Vale do Rio dos Sinos - UNISINOS.

Ano: 2016.

Autor: OLIVEIRA, GUSTAVO MOURA DE.

Título: A Economia Solidária na Inclusão produtiva de Mulheres do Programa Bolsa Família no Município de Canoas (RS): Articulações políticas e efeitos na superação da pobreza.

Palavras Chave: Pobreza. Economia Solidária. Inclusão Produtiva. Programa Bolsa Família. Assistência Social.

A pesquisa de Gustavo de Oliveira (2016) procurou analisar a economia solidária como estratégia de superação da pobreza através da inclusão produtiva de mulheres beneficiárias do Bolsa Família, considerando os efeitos multidimensionais da atividade econômica e as estratégias governamentais de assistência social. O autor conceitua a pobreza como uma pobreza multidimensional:

[dimensão] econômica – refere-se à ausência de condições de acesso ao trabalho e à geração de renda; a dimensão social – que está ligada a dificuldade de garantir direitos e de acessar serviços públicos; a dimensão política – referindo-se a não participação de indivíduos nos processos democráticos, à baixa autoestima relacionada ao exercício do poder dentro das diversas coletividades e à falta de empoderamento frente à tutela do Estado; e a dimensão cultural – que se refere ao abandono das origens históricas e culturais, à perda de identidade – individual e/ou coletiva –, e a desvalorização ou falta de acesso à rotina artística/cultural. (OLIVEIRA, 2016, p. 15)

Assim, reduzir a pobreza apenas ao aspecto econômico – embora esta dimensão seja preponderante as demais - apenas aumenta as dificuldades impostas às famílias mais pobres, visto que ao excluir essas dimensões se exclui também as suas possibilidades de soluções. Conforme Oliveira (2016) quando se considera que a pobreza não é apenas uma questão econômica, o mercado econômico também encontra limitações, pois, este está restrito as questões financeiras.

Logo, a economia solidária pode ser considerada como uma estratégia de enfrentamento da pobreza, na medida em que busca garantir uma renda básica, possibilita o acesso à serviços e inclui produtivamente os sujeitos promovendo a socialização, autoestima, companheirismo entre os participantes da economia solidária. Embora no contexto em que o pesquisador desenvolveu a pesquisa exista um desconhecimento da economia solidária por parte das beneficiárias do PBF, mesmo estas participando de projetos de trabalho e geração de renda. A economia solidária aparece conforme Oliveira (2016) como uma forma de solidariedade, companheirismo uma possibilidade complementar e não propriamente como estratégia de redução e enfrentamento a pobreza. O autor finaliza destacando a necessidade de estabelecer-se uma rede que ligue este público a assistência social e a economia solidária.

11. Mestrado em Serviço Social e Política Social

Universidade Estadual de Londrina - UEL.

Ano: 2015.

Autor: STECHI, TATIANA DE OLIVEIRA.

Título: O Programa Bolsa Família e suas Condicionais: Entre o direito e o dever.

Palavras Chave: Proteção Social. Programa Bolsa Família. Condicionais. Política Social.

A pesquisa teve como objetivo investigar como beneficiários, técnicos, administradores e representantes das políticas que integram o Programa Bolsa Família: saúde, educação e assistência social compreendem as condicionais do Programa Bolsa Família. Dentro deste objetivo, a autora

buscou entrevistar os técnicos do Centro de Referência de Assistência Social, e as famílias (que residem na região do CRAS) que descumpriam as condicionalidades do PBF de 2010 a 2013.

Argumenta-se que existe uma perspectiva familista, isto é uma perspectiva que considera que o Estado pode interferir com políticas públicas transitórias e compensatórias sobre a fome apenas quando a família e o mercado considerados como saídas naturais falharem.

Constatou-se que as famílias em descumprimento das condicionalidades neste estudo, são beneficiárias do PBF a mais de dez anos e possuem de 2 a 3 filhos, a autora realiza uma crítica ao programa cujo um dos objetivos é o rompimento do ciclo de pobreza entre gerações, uma saída da pobreza que para essas famílias não foi viabilizada. As condicionalidades conforme Stechi (2015) acabam transferindo a responsabilidade pela condição social em que os indivíduos se encontram para os próprios indivíduos, estes por sua vez compreendem a vinculação entre as condicionalidades e o atendimento de seus direitos enquanto cidadãos, defendendo a necessidade da existência das condicionalidades (embora estes mesmos tenham as descumprido).

A autora defende que as políticas assistências como o PBF não deveriam exigir contrapartidas como as condicionalidades, pois, “Partindo-se da concepção de cidadão, a um direito não deve ser exigido qualquer tipo de contrapartida, o fato único de ser cidadão é pressuposto para garantia de direitos”. (STECHEI, 2015, p.138) e mais adiante argumenta que como os beneficiários têm de responder as condicionalidades estas acabam reproduzindo “[...] a ideia de meritocracia, em que os cidadãos devem fazer por merecer” (STECHEI, 2015, p. 139).

Por fim a autora também considera que os profissionais que atendem estas famílias beneficiadas, possuem a expectativa de que a superação dos quadros de vulnerabilidade social encontra-se nas próprias famílias, e que para isso é necessário capacitar as famílias para que estas possam adquirir “[...] comportamentos socialmente esperados para terem condições de lidarem com as próprias vidas sem intervenção do Estado reforçando a teoria do capital humano” (STECHEI, 2015, p. 139).

b) Categoria Construção do Programa Bolsa Família e das Políticas de Combate a Fome:

Contempla os trabalhos que buscaram refletir sobre a construção propriamente das políticas de combate a fome, salientando a Campanha Ação pela Vida. Destacamos os trabalhos que traçaram o processo de construção da política do PBF. Destaque para a pesquisa que entrevistou os envolvidos na construção do Fome Zero e Programa Bolsa Família. Dois trabalhos foram analisados através dessa categoria.

12. Mestrado Ciências Sociais

Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro – PUC/RJ.

Ano: 2015.

Autor: PEREIRA, THIAGO FERNANDES DOS SANTOS.

Título: Ação da Cidadania: Betinho e sua concepção de democracia.

Palavras-chave: Ação da cidadania; democracia.

Nesta pesquisa Thiago Pereira (2015) buscou investigar a “Campanha da Ação Cidadania Contra a Fome, a Miséria e Pela Vida” procurando compreender o que existia na agenda da campanha para além do combate a fome. Para tanto, o autor buscou revisitar a experiência da campanha a partir da trajetória biográfica de Herbert de Sousa (Betinho) um dos principais articuladores da campanha. Compreendendo que para além do combate a fome, a campanha buscava o engajamento popular como propulsor para o desenvolvimento de mudanças no país.

Conclui-se que a campanha ao expor o quadro de fome e miséria, incentivou a população a perceber os problemas sociais e a participarem na solução destes problemas. A participação social na campanha demonstra que a população tinha o desejo de resolver a questão da fome e da miséria. Nesta pesquisa é possível perceber que as aspirações de Betinho sobre outra sociedade possível fundamentada em noções de “[...] solidariedade, participação, liberdade e, sobretudo cidadania se constituem como elementos fundamentais de sua concepção de democracia.” (2015, p. 129) encontram esperança através do convencimento e da conquista da sociedade.

Assim sendo a campanha se constitui como: “[...] uma forma de ação política que ia além da proposição do emergencial, mas que almejava uma proposta de vivência democrática” (PEREIRA, 2015, p. 131) fundada na solidariedade e na participação social cidadã.

13. Doutorado em Ciências Sociais

Universidade Estadual de Campinas – UNICamp.

Ano: 2014.

Autor: MELO, REGINA CONRADO.

Título: O Mito da Coerência Decisória: Sociologia política do Programa Fome Zero.

Palavras Chave: Políticas públicas, ideias, referencial, modelo cognitivo, Fome Zero.

O trabalho teve como objetivo analisar a influência das ideias na formulação de políticas de redução de pobreza e da fome, no Brasil, no primeiro governo de Luiz Inácio Lula da Silva. Foi analisado o período de 1990, época de criação do Movimento Ética na Política e da Ação da Cidadania contra a Miséria e pela Vida, a 2004, momento de criação do Programa Bolsa Família. Para tanto, a autora entrevistou os atores envolvidos na construção da política, entre os entrevistados, Anna Peliano, José Graziano da Silva, Eduardo Suplicy, entre outros. Portanto, seu trabalho não focou nos usuários e sim nos elaboradores e gestores³⁵ desta política – corpo tecnopolítico. O que nos proporcionou uma visão interessante dos programas.

Melo (2014) desenvolveu em sua tese os caminhos de construção de uma política pública, levando em consideração conceitos como planejamento, tomada de decisão, racionalidade, visão estratégica. A autora debateu criticamente a construção da política social Fome Zero e da política de transferência de renda, argumentando que na construção destas, encontram-se presentes um conjunto de ideias que coadunam politicamente, ou seja, encontram-se elementos ideológicos e de decisão política, para tanto, fez uso

³⁵ A tese da pesquisadora Regina Conrado de Melo é uma importante fonte de referências para disciplinas na área de políticas públicas. Além do mais, é uma importante fonte de referência para o histórico do Programa Fome Zero e adjacente Bolsa Família.

do conceito de modelo cognitivo³⁶, que entende-se por foco nas representações mentais reveladas nos discursos dos atores e no processo de interpretação dos problemas. Utilizou-se também de três conceitos disponíveis na literatura sobre políticas públicas: o referencial das políticas públicas, as comunidades epistêmicas³⁷ e o modelo incremental de decisão política.

Para Melo (2014, p. 19) os formuladores de políticas públicas podem interpretar diferentemente o problema da pobreza: como produto da ineficiência administrativa do Estado, da injustiça social, do demérito individual, da concentração de renda, entre outros. Na perspectiva do Fome Zero, a pobreza era entendida como consequência do modelo econômico concentrador de renda e da concentração fundiária, ideias que tinham origens na matriz discursiva do PT.

Para a autora existiu, obviamente, uma matriz orientada pela lógica dos movimentos sociais, por princípios de autonomia política e democracia direta, antiinstitucionalismo e anticapitalismo. Além de um ideário difuso sem um referencial teórico nítido, com elementos do discurso católico progressista, oriundo especificamente da Teologia da Libertação, com base num sentimento solidário de natureza comunitária.

Melo (2014) não teve como objetivo conceituar fome, miséria, pobreza, cidadania, tão pouco subjetividade. Estes conceitos encontram-se pulverizados na tese. O objetivo primordial foi traçar a construção das políticas públicas e da política social.

Na conclusão da autora (MELO, 2014, p. 170) identificou muitos problemas normativos no referencial do Fome Zero, por consequência das diferentes interpretações do problema da fome e da pobreza e de suas soluções, por parte dos formuladores dos programas, assim, desgastando o

³⁶ A vertente cognitiva de análise de políticas públicas floresceu, principalmente, na França na década 1980, estimulada por um grupo de pesquisadores da Universidade de Grenoble, cuja abordagem das políticas públicas utilizava variáveis normativas, frequentemente negligenciadas, a partir do uso de matrizes normativas designadas de paradigmas, de sistemas de crenças ou de referencial. Contudo, não se pode falar na existência de uma escola que adote essa perspectiva, uma vez que diferentes autores, em distintos tempos e lugares, destacaram o peso desses elementos cognitivos no universo das políticas.

³⁷ Comunidades Epistêmicas seria um grupo de especialistas (experts) e peritos em influenciar a agenda governamental. As comunidades epistêmicas são fontes de informações técnicas, os experts que trabalham para assessorar as decisões políticas, sendo sua especificidade o fato de seus membros compartilharem compromissos normativos e buscarem atividades que expressem crenças comuns.

programa. Justamente, pelo fato do conceito de pobreza se apresentar como um fenômeno complexo que vai além da insuficiência de renda; derivando de carências associadas aos diferentes aspectos da condição de vida e bem-estar dos indivíduos. O desgaste do Programa Fome Zero, não se deu por críticas externas, mas, por divergências internas no grupo de trabalho e por divergências políticas. Além do mais, os programas sociais centram-se na questão de gestão econômica, do desenvolvimento econômico, ou seja, numa economia utilitarista, em detrimento do desenvolvimento humano e do sujeito de direitos.

c) Categoria Programas de Transferência de Renda, Direitos, Cidadania e Trabalho:

Nesta categoria buscou-se contemplar trabalhos que refletissem sobre o PBF e a promoção de direitos sociais, a promoção da cidadania e a redução da pobreza. Os dois trabalhos destacados buscam refletir de modo mais amplo sobre o PBF produzindo apontamentos transversais com outros programas de transferência de renda, problematizando questões como mérito e direitos.

14. Mestrado em Política Social

Universidade de Brasília – UNB.

Ano: 2014.

Autor: SOUSA, TÁZYA COELHO.

Título: Transferências de Renda e Políticas Ativas para o Mercado de Trabalho: Do merecimento por destituição a destituição de Direitos.

Palavras-chave: Transferência de Renda, Assistência Social, Trabalho, Direito, Mérito e Ativação.

Buscou-se neste estudo analisar a variação do aceite vinculado com o mérito (correspondente ao trabalho assalariado) ou direito (assistência social) quando se trata de programas de transferência de renda, para isso a autora buscou realizar uma análise comparada entre os programas Bolsa Família, Seguro Desemprego e Previdência Rural.

Conforme a autora se antes o Estado buscava promover o bem estar da população, um *Welfare State*³⁸, pois, este era compreendido como um direito social, agora com a crescente inserção do neoliberalismo o bem estar passa a ser uma contrapartida do poder pública para com aqueles que trabalham. No Brasil os programas de transferência de renda visam não apenas amortecer a pobreza eles funcionam também como uma passagem para inserção no trabalho. Conforme Sousa (2014, p. 13) os Programas de Transferência de renda possuem como características:

[...] focalização na pobreza extrema; exigência de contrapartidas por parte dos beneficiários, incluindo a procura pelo trabalho; e distribuição de uma renda cujo valor monetário seja, intencionalmente, inferior ao menor salário vigente no país, para não competir com os ganhos obtidos por meio do trabalho. (SOUSA 2014, p. 13)

Assim Tázya Sousa (2014) conclui que na medida em que as políticas assistenciais de transferência de renda se aproximam dessa vinculação com o trabalho elas se tornam mercadorizadas, se afastando, portanto, de um direito social e culpabilizando aqueles que estão desempregados pela sua situação de desemprego quando estes possuem capacidade de estarem trabalhando, e garantindo o seu próprio sustento.

Nesse sentido a autora argumenta que o programa do “Seguro Desemprego” possui maior legitimidade, visto que os beneficiados estão nessa situação temporariamente até encontrarem outro trabalho. Já o mesmo não acontece com o Programa da Previdência Rural que perde um pouco da legitimidade por se constituir de um subsistema da previdência. O Bolsa Família por sua vez, perde totalmente a legitimidade, pois, está vinculado a assistência social e possui um mecanismo que impede os beneficiados de ultrapassarem a renda estabelecida, ao receberem mais de meio salário mínimo estes são automaticamente excluídos do programa.

³⁸ As políticas de bem-estar surgiram com força após a Segunda Guerra Mundial, período conhecido como a Grande Depressão. O conceito de *Welfare State* teve origem no pensamento keynesiano (Keynesianismo). O estado de bem-estar social foi uma forma encontrada pelo governo de promover o bem-estar econômico e social da população. As primeiras políticas, implementadas através de um sistema de assistência para trabalhadores, surgiu na Alemanha. Em seguida, no governo da Grã-Bretanha, um estado liberal, criou uma série de políticas de segurança para os trabalhadores. No Estados Unidos, as primeiras medidas foram a criação de programas para aumentar a oferta de vagas de trabalho.

15. Doutorado em Ciências Sociais

Universidade do Vale do Rio dos Sinos - UNISINOS.

Ano: 2013.

Autor: CALGARO, CLEIDE.

Título: Atores e Políticas Públicas na Reconfiguração do Estado Contemporâneo: Análise dos Programas de Transferência de Renda.

Palavras-chave: Cidadania; Inclusão social; Estado; Políticas públicas; Pobreza; Programas de transferência de renda;

Esta pesquisa buscou compreender se o programa de transferência de renda bolsa família possibilita a minimização ou não da pobreza e se eleva os beneficiados a condição de cidadão que usufruem de direitos na sociedade.

A autora trabalhou o conceito de cidadania como histórico, ou seja, de um tempo e espaço e de um povo e de uma cultura. Não possuindo um padrão universal, pois depende de como os Estados definem os seus direitos e os deveres; respeitando anseios, concepções sociais e econômicas, políticas e ideológicas de cada Estado. Calgaro (2013), por conta de sua formação na área do Direito, traz uma gama de autores para debater cidadania. Mas, ampara-se fundamentalmente em Marshall, para dizer que cidadania diz respeito as dimensões jurídicas e políticas e ligada ao espaço público fundamentando-se na participação dos indivíduos. Assim, como Silva (2015), a autora diferencia o desenvolvimento da cidadania no Brasil, justamente, por vivenciarmos momentos diferenciados de outras partes do mundo, levando em consideração o período escravagista brasileiro. Para a autora, os movimentos sociais tiveram papel determinante para a consolidação do Estado Democrático, na construção da cidadania, na luta por direitos sociais, produzindo inclusive mudanças subjetivas na realidade das relações vividas.

A tese de Calgaro (2013) faz um vasto percorrido sobre direitos sociais, Estado, constituição e democracia. No tocante a pobreza, fome e a política pública analisada a autora conclui que houve uma redução considerável da pobreza no Brasil, além de uma inclusão dos atores no campo econômico, propiciando a possibilidade de consumo. E ainda considerou que para fortalecer as políticas sociais se faz necessário uma educação política, uma

conscientização política para propiciar uma participação ativa dos indivíduos, pois, só assim, se concretiza a democracia e a cidadania.

d) Categoria Bolsa Família na América Latina:

Comtempla estudos que buscaram realizar um paralelo entre o PBF com os programas de transferência de renda existentes ou em desenvolvimento na América Latina. Destacando características em comum e as interferências de organismos internacionais na construção destas políticas.

16. Doutorado em Política Social

Universidade Nacional de Brasília – UNB.

Ano: 2015.

Autor: CABRERA, CECILIA JANETTE CORREA.

Título: Características e tendências dos Programas de Transferência de Renda na América Latina: destaque às experiências, brasileira e peruana.

Palavras Chave: Transferência de Renda, Desenvolvimento Humano, Necessidades Básicas e Focalização.

A tese apresenta os avanços e projeções de Programas de Transferência de Renda (PTR) no Brasil (Programa Bolsa Família) e no Peru (Programa Juntos), tomando como base a realização de seus objetivos a curto e longo prazo e as situações sociais que pretendem ser combatidas, a partir do cumprimento de condicionalidades. Conforme resumo, os programas de natureza assistencial tiveram crescimento e apogeu desde o ano 2000 na América Latina alcançando hoje a todos os países da região. Buscando promover o consumo e satisfação de necessidades imediatas, além de contar com estratégias de inclusão às políticas de saúde, educação, trabalho e outras, buscando, assim, gerar mudanças na rotina dos beneficiados e promover o acesso a direitos sociais. O objetivo consistiu em identificar as características assumidas por tais programas, bem como o papel dos organismos internacionais na orientação de políticas de caráter focalizado e condicionado.

Cabrera (2015) faz uma reflexão sobre a assistência social dirigida apenas as pessoas comprovadamente pobres e que os programas implementados estão focalizados, portanto, para estas populações, na opinião da autora esta focalização promovida pelo Estado neoliberal não só exclui a maioria da população do acesso aos benefícios, como rompe com o que está garantido pela Constituição Federal. Portanto, há uma fragilização destas políticas assistenciais que podem também fragilizar os direitos já garantidos, além do mais, tanto no caso brasileiro, quanto no caso peruano das PTRs, desfoca-se da geração de empregos, no caso, gerar empregos traz como resultados melhores condições de vida.

Para Cabrera (2015, p. 2011) os PTRs na América Latina contribuíram para melhoras em seus níveis de desenvolvimento humano nos últimos anos, em grande parte, pelo crescimento econômico registrado, mas, o cenário de relativa incerteza devido às crises econômicas, cada vez mais frequentes, tem trazido preocupações, principalmente com o aumento do desemprego.

Como em outros trabalhos aqui escrutinados e analisados, Cabrera (2015, p. 2013), também aponta que os PTRs, ou conforme suas palavras, as transferências monetárias têm dado a tônica no processo de reconfiguração dos sistemas de proteção social, mas isso ainda pode ser classificado como os primeiros passos de um longo caminho. Algumas questões apontadas, os valores dos benefícios estão distantes de ressarcir as consequências de décadas de exclusão. Os programas não entram na categoria de direito universal já que, devido a seus lineamentos focalizados, deixam de lado grupos que também precisam da atenção do Estado. E, por fim, os próprios beneficiados não identificam o incentivo como um dever do Estado, classificando-o como uma mera “ajuda”.

Os PTRs impulsionaram ao consumo imediato de alimentos, possibilitando o acesso a bens mínimos, mas não se pode falar de diminuição de desigualdades nesse contexto. Além do mais, para Cabreira (2015), levando em consideração as condicionalidades e metas dos PTRs, os dois programas são classificados como exitosos, por levarem em consideração os resultados quantitativos evidentes, mas, (CABRERA, 2015, p. 2014) os mesmos não podem ser classificados como agentes geradores de mudanças, tendo em vista: a baixa qualidade do ensino, os esforços ainda moderados para garantias

de emprego digno e a falta de garantia de direitos sociais. Portanto, o acesso ao emprego continua sendo a chave para uma mudança positiva nos padrões de vida.

e) Categoria Programa Bolsa Família como Tecnologia de Subjetivação:

Nesta categoria busca-se evidenciar trabalhos que abordaram o PBF como tecnologia de subjetivação, que a serviço da biopolítica promovem o bem estar da população e também governam, conduzem a população de forma a desenvolver hábitos e comportamentos esperados. Categoria que potencializa o conceito de subjetividade.

17. Mestrado em Psicologia.

Universidade Federal de Pernambuco - UFPB.

Ano: 2016.

Autor: MUNOZ, CLAUDIO ANDRES BARADIT.

Título: Práticas Discursivas e modos de Subjetivação de Mulheres Beneficiárias do Programa Bolsa Família (PBF) em Contextos Rurais: O caso da zona da mata pernambucana.

Palavras Chave: Pobreza; Programa Bolsa Família (PBF); Governamentalidade Neoliberal; Gênero; Ruralidade.

A fundamentação teórica de Munoz (2016) está baseada no enfoque da governamentalidade, nas críticas feministas ao PBF e no enfoque da subjetividade proposto por Nikolas Rose.

Resumo conforme autor para plataforma CAPES: Nota-se através dos resultados da pesquisa que na articulação de diversas práticas discursivas no agenciamento da ruralidade várias “normas” são incorporadas nas subjetividades das mulheres, entre elas a da família nuclear burguesa, a da maternidade, uma versão fragilizada de “self empreendedor” e as normas “pobre/miserável” e da “humildade”. A incorporação destas normatividades permite tanto o autogoverno como o governo dos outros. Concluiu-se que o

PBF exerce uma função “reforçadora” de diversos modos de subjetivação “hegemônicos”. Neste contexto o PBF, ao mesmo tempo em que traz benefícios para as famílias, atua recriando condições de insegurança próprias das sociedades modernas. A partir desta análise observa-se uma situação de “inclusão social fragilizada” das famílias beneficiárias, condição que caracteriza a situação de pobreza em contexto rural.

Para MUNOZ (2016, p. 08), A pobreza é um “problema” social constituído por elementos materiais, econômicos e contextuais, além de simbólicos e subjetivos. Portanto um fenômeno complexo e que varia conforme as especificidades locais, em razão das heterogeneidades sociais e culturais. A sua compreensão varia segundo os diversos enfoques utilizados para analisá-la, além do mais, não pode ser entendida como um fenômeno isolado, descontextualizado e atemporal, já que suas manifestações, formas de problematizá-la e intervir sobre ela variam ao longo da história e nas diversas sociedades MUNOZ (2016, p. 10).

Conforme autor, o modelo economicista é o mais predominante para a abordagem da pobreza. Neste modelo se é operacionalizado um custo de vida necessário a sobrevivência, as condições básicas. O qual também estabelece índices de pobreza, dividindo a população em pobres, não pobres e extremamente pobres – índices baseados exclusivamente na renda.

Apesar da vigência desse critério de renda, a complexidade do fenômeno da pobreza traz como consequência a consideração de variáveis “não econômicas” que permitem analisar de forma mais ampla as condições de vida das famílias. Os novos enfoques são visibilizados devido as críticas às explicações exclusivamente baseadas nas dimensões renda/consumo. Estes enfoques tentam destacar necessidades (alimentação, saúde, educação, moradia, lazer, transporte, etc.) que não apenas dependem do aspecto econômico, mas também de fatores de caráter psicossocial. (MUNOZ, 2016, p. 11)

Portanto, para este autor, necessitamos ir além dos conceitos de viés econômico, que somente apresentem a pobreza centrada no enfoque das necessidades básicas, ainda que, por esta abordagem se destaque a multidimensionalidade da pobreza, mas é preciso reconhecê-la como uma situação composta por múltiplas carências inter-relacionadas. O enfoque de renda se centra na capacidade de consumo e de satisfação.

Outro enfoque sobre a pobreza seria o de “carência de capacidades”, porém, ainda a partir do modelo economicista, inspirado na proposta de Amartya Sen. Conforme Munoz (2016), este enfoque considera a falta de renda como um fator importante, mas, não determinante, pois, é limitado para compreender o fenômeno, por não considerar todo um conjunto de realizações próprias do ser humano relevantes para seu bem-estar. Portanto, a pobreza seria uma situação em que as pessoas apresentam inadequadas capacidades para desenvolver-se. Abordagem encontrada em Amartya Sen no livro *Desenvolvimento como Liberdade*.

Outra possibilidade de abordar a pobreza seria o enfoque de inclusão e exclusão social, um enfoque alternativo que leva em consideração outros aspectos, como por exemplo, laços sociais – vínculos que unem o indivíduo a sociedade, existindo assim, vários critérios e dimensões nos quais a exclusão social pode-se manifestar.

Por fim, Munoz (2016) nos traz a abordagem da pobreza com enfoque na vulnerabilidade se afastando do modelo de enfoque na renda propriamente. A vulnerabilidade pode ser vista como um processo multidimensional, com uma confluência de riscos, tanto internos como externos, a que sujeitos, famílias e grupos estão expostos e que configuram certas condições de fragilidade e desamparo que podem causar um dano ao bem-estar físico, psicológico e social (MUNOZ, 2016, p. 14).

Sobre subjetividade Munoz (2016), desenvolve o seguinte, o sujeito não é produtor, mas produzido. O que se aproxima do que entendemos na psicanálise por sujeito. O termo subjetivação, no caso desta dissertação, trata de práticas heterogêneas através das quais os seres humanos passam a se relacionar consigo de certa forma, num determinado lugar e momento histórico, onde os discursos têm um papel central. Portanto para o autor desta dissertação o caminho do sujeito e da subjetivação são encontrados, de alguma forma na linguagem, aproximando-se assim, do que trataremos no capítulo seguinte para dizer deste sujeito nas políticas públicas.

Por fim, sobre cidadania, Munoz (2016) não discorre sobre o conceito histórico ou substantivo propriamente, como encontramos nos outros trabalhos, mas, aborda a cidadania atrelada a concepção de formas liberais e, principalmente neoliberais de governo, portanto, cidadania diretamente ligada

ao apelo de liberdade individual, de um gerencialismo da autonomia, diferentemente do que vimos até o momento – a cidadania como direitos e deveres. Munoz (2016) referência a cidadania indiretamente, como um paradoxo para o exercício da liberdade – escolha, decisão e construção de um projeto de vida próprio, valores normativos das sociedades neoliberais, se realiza num marco de condições que sistematicamente limitam, em tantas pessoas, as capacidades de modelar seus próprios destinos.

Quanto ao Programa Fome Zero e Bolsa Família propriamente, Munoz (2016) nos traz as seguintes contribuições sem tecer críticas propriamente ao programa, mas, produz uma leitura da análise discursiva a partir das entrevistas em consonância com as estratégias do programa. Visto que os mesmos possuem três grandes áreas de intervenção: o eixo garantia de renda, se vincula com as transferências monetárias para alívio imediato à situação de extrema pobreza. O segundo eixo de acesso a serviços públicos, refere-se ao provimento, ampliação e qualificação dos serviços e ações de cidadania e de bem-estar social com foco no público em extrema pobreza nas áreas de saúde, educação e assistência social. E o eixo inclusão produtiva, voltado para a oferta de oportunidades de qualificação, ocupação e renda.

Na dissertação de Munoz (2016) a crítica direta ao programa encontra-se, justamente em seu referencial teórico, no que entende por governamentalidade neoliberal, tecnologias, racionalidades e dispositivos de poder. Portanto, para o autor, as políticas de inclusão como o PBF podem ser entendidas no marco do jogo neoliberal, racionalidade hegemônica da contemporaneidade. Por isso, as ações de governamentalidade procuram atuar sobre a subjetividade dos indivíduos, sobre seus desejos e expectativas. Além do mais, particularmente o PBF, pode ser entendido como uma estratégia biopolítica de governo da população que atua através do gerenciamento do dispositivo familiar.

A dissertação de Munoz (2016) contempla nosso objeto de estudo, tanto pelas abordagens dos conceitos como também, obviamente, por trazer claramente a relação destes conceitos com o programa social – PFZ e PBF.

3.4 Breves Considerações Sobre as Produções.

Para encerrar este capítulo de análise das dissertações e teses, faremos breves considerações, entre as quais, o posicionamento crítico dos autores, sobre a importância e as problemáticas do Programa Fome Zero e principalmente do PBF. A grande maioria dos trabalhos direcionou seus estudos ao PBF, pelo interesse no debate do que se entende por Programas de Transferência de Renda – PTRs ou ainda Programas de Transferência de Renda com Condicionais - PTRC. Estes programas não são, apenas, uma realidade das políticas sociais brasileiras, mas estão presentes em diversos países da América Latina, entre os quais, o Peru, Bolívia, Venezuela, México³⁹ e avança-se, atualmente, implementar na Argentina, tomando como modelo o PBF brasileiro. Os programas estão fortemente implementados como políticas de Estado, preconizados primeiramente por determinados governos, ou seja, políticas de governos que se transformaram em políticas de Estado.

A maioria dos trabalhos aborda o conceito de pobreza a partir de um viés sociológico e economicista, conceituando pobreza como multifatorial, bem como resultante de um processo histórico de constituição das sociedades modernas, ou seja, a pobreza é um resultado das desigualdades sociais, da exclusão e do modelo capitalista e de sua vertente neoliberal – ora tratado como modelo, ora como sistema ou como governamentalidade. Sobre o conceito de cidadania, as abordagens encontram amplo respaldo em teóricos da área do direito com interpretações sociológicas. Sobre cidadania, confirma-se a ideia, de cidadania como conquista de direitos, a qualidade de ser cidadão e ainda que a ideia seja vaga ou substantiva, a conquista de direitos perpassa pela referência de ser alguém no mundo, ou seja, reconhecido pelos pares e, principalmente pelo Estado de Direito. Portanto, os Programas sociais são

³⁹ O México foi o primeiro país a adotar e implantar o modelo PTRC na América Latina e Caribe, com o Programa de Educación, Salud y Alimentación (Progresá), de 2000, que em 2002 passou a ser chamado Programa de Desarrollo Humano Oportunidades (Oportunidades). Sobre o contexto de criação de diferentes programas de transferências condicionadas na América Latina e noutras partes do mundo. Vide: GONZÁLES DE LA ROCHA y ESCOBAR LATAPÍ, 2012. ESCOBAR, A. Acción pública y sociedad: dos contextos imprescindibles de programas de transferencias condicionadas: In: GONZÁLES DE LA ROCHA, M.; Agustín Escobar Latapí (Coords.), 2012. Pobreza, transferencias condicionadas y Sociedad, México/D.F.: Publicaciones de la Casa Chata, Ciesas, 2012.

vistos como direitos conquistados para dirimir as desigualdades sociais, ainda que, se apliquem regras de condicionalidades, como no caso do PBF.

A regra de condicionalidades é um dos pontos que os autores tratam com certa cautela, como, Stechi (2015), Cabrera (2015), Melo (2014) e Silva (2015). Na compreensão dos autores, na medida em que se impõem condicionalidades, estas também atuam como formas de controle do Estado sobre certas populações. Portanto, políticas públicas com condicionalidades podem demonstrar fragilidades, pois não atuam de forma igualitária, reproduzindo uma certa in/exclusão de indivíduos, comunidades e populações, o Estado, neste sentido, passa a atuar nas individualidades, da mesma forma, que passa a responsabilizar o indivíduo, sem se comprometer, isto traria certos ruídos na construção ou vivência plena da cidadania. De qualquer forma, as dissertações e teses aqui analisadas, nos trouxeram importantes contribuições para pensar a cidadania e os programas de combate a fome. Existe uma saída, ou seja, há esperança. As construções apresentadas pelos autores estão agregadas ao nosso estudo no capítulo que abordaremos este conceito.

Sobre o conceito de subjetividade, ainda que não abordado diretamente, existe uma alusão nas dissertações e teses, não encontramos uma abordagem especificamente e diretamente a subjetividade, com exceção de Munoz (2016), numa perspectiva pós-estruturalista. De qualquer forma, a subjetividade, aparecer como “formação de identidade”, “desenvolvimento cognitivo”, “construção simbólica dos “sujeitos”” (sujeito não como conceito), partindo de perspectivas dialéticas de compreensão do homem e de suas relações sociais, utilizam-se, portanto, de uma leitura e compreensão sócio histórica. Entendemos que por ser um conceito, um objeto de estudo, digamos que, mais explorado em determinadas áreas de conhecimento, ficando, portanto, mais a cabo das psicologias, filosofia e até mesmo áreas da saúde; a abordagem pelas outras áreas de conhecimento, ainda que pertencentes as ciências humanas, não se aprofunda ou mesmo não contempla seus interesses de estudo. Neste caso, a multidisciplinariedade dos trabalhos, restringe-se as ciências sociais e áreas de conhecimento como direito, educação, ciências agrárias etc. Mas, não é este nosso foco, apenas aludimos algumas peculiaridades.

Observamos também, a título de curiosidade que, as dissertações e teses das regiões centro, norte e nordeste do Brasil, na abordagem sobre assunto fome e transferência de renda, destacam sempre a necessidade imprescindível dos programas, como nos trabalhos de MUNOZ (2016) – UFPE; Ramos (2016) – UFBA; Galvão (2016) – UCSal; Meirelles (2015) – UFPB; Braga (2015) – UFMA; Sousa (2014) – UFPA; Cabral (2013) – UFPA. Interessante observar, por exemplo, que o Trabalho de Braga (2015) produziu seu estudo em um dos municípios pilotos do PBF. Para estas regiões, diferentemente da região sul, a emergência para tratar da fome se faz muito presente historicamente – a humilhação sobre a condição de pobre é um indicativo discursivo muito presente nos relatos de pesquisa. Neste sentido, os trabalhos analisados buscaram evidenciar que a autonomia individual está ligada, também, sobre como que cada pessoa entende pelo vocábulo “pobre” para descrever a si mesmo. Ainda que ser pobre numa ou noutra região seja sinônimo de falta, nas regiões norte e nordeste, encontra-se fortemente associada ao vagabundo, marginal, preguiçoso e acusado de ser culpado pela sua situação. Portanto, conforme Rego e Pinzani (2014) os pobres no Brasil vivem continuamente em uma tensão: por um lado são excluídos e humilhados por parte de um sistema econômico e legal que os prejudica; por outro, recebem apelo para se considerarem parte do mesmo sistema e respeitando suas regras. Além do mais, os trabalhos salientam um caráter social do sofrimento, portanto, os Programas de combate a fome surgem como um correspondente dever por parte do Estado de reparação histórica e social.

Todos os autores trouxeram a ideia de que a questão da pobreza é multifatorial, por consequência, a fome é um derivado desta pobreza, que é uma provocadora de privações. A fome, um de nossos descritores de pesquisa, não aparece de forma conceitual, não é especificamente o objeto de estudo promovido pelos autores investigados. Em todos os trabalhos a categoria fome aparece como objeto substantivo, ou seja, ela é evidenciada, mas, não problematizada diretamente, ela aparece como elemento de sofrimento do impacto relativo a pobreza. De qualquer forma, fica evidenciada a categoria a partir do conceito de pobreza – pobreza, como humilhação, falta de liberdade, associada a privações econômicas ou transcendendo a questão socioeconômica – pobreza como sinônimo de privação sobre a quantidade de

bens primários, como também, privação qualitativa, ou seja, o valor das coisas simbólicas e o reconhecimento adequado das necessidades das pessoas e de sua dignidade. Neste sentido, concluímos que a fome é uma das expressões dos dizer da pobreza – uma pessoa privada de tudo, seja de forma material ou simbólica, encontra-se em sofrimento social derivado das experiências de privação o que compreendemos, também, como o lado subjetivo da pobreza – fome de comida, como também, fome de justiça social.

Sem perder o principal foco de nosso estudo, podemos afirmar que neste extenuante caminho – nosso e dos pesquisadores aqui analisados –, nossa pesquisa, destaca, como já aludido anteriormente, a dissertação de Munoz (2016). A dissertação deste autor contempla nossa busca, em resumo, ela potencializa as categorias de nossa pesquisa. Munoz (2016) responde, de alguma forma, sobre o objeto estudado, o Bolsa Família como uma tecnologia de subjetivação. Um trabalho que perpassa diferentes campos de análise e diferentes categorizações, um trabalho empírico que analisou as políticas públicas como tecnologias de subjetivação.

De qualquer forma, não desmerecemos nenhum dos trabalhos selecionados e analisados, todos trazem contribuições importantes e significativas para o campo de estudo e para o campo do saber como um todo.

4. PROBLEMATIZANDO: FOME, CIDADANIA E SUBJETIVIDADE

Neste capítulo procuramos evidenciar a pertinência das categorias subjetividade e cidadania como elementos indispensáveis na compreensão da problemática da fome, desta forma, respondemos a demanda relativa aos objetivos específicos, bem como e, ainda, reforçamos uma possível justificativa referente ao nosso problema de pesquisa. Para tanto, retomamos alguns dos apontamentos conceituais das teses e dissertações analisadas, com destaque para Munoz (2016) e agregamos nesta produção uma interlocução com os nossos apontamentos teóricos.

Josué de Castro (1946) denunciou a fome como sendo um tabu, um tema obscuro até para os mais renomados teóricos – como se o não dizer dela pudesse apagá-la socialmente, como se pudéssemos apagar aqueles que contam sua história a partir dela; um tabu no sentido freudiano de pensar as incidências da história e dos traumas experienciados que permanecem como demarcações/marcas/rasgos/fissuras históricas sobre a vida psíquica dos indivíduos. Estas marcas possibilitam aos sujeitos construir as suas ficções de origem e prestar testemunho de suas formas de sofrimento e de vivência. A fome é como que filha legítima da pobreza, expressão quase que fundadora dos sujeitos e produtora de efeitos subjetivos fundantes e, obviamente de experiências de profundo sofrimento psíquico. Fome de um ser, primeiramente tomado pela necessidade e, por consequência de certas performatividades simbólicas, transformada em desejo e o ser em sujeito.

Pobreza, numa das versões mitológicas aparece como personagem miserável e pedinte na festa de comemoração do nascimento de Afrodite, conforme narra Platão no Banquete,

Quando nasceu Afrodite, banquetevam-se os deuses, e entre os demais se encontrava também o filho de Prudência, o Recurso. Depois que acabaram de jantar, veio para esmolar no festim a Pobreza, e ficou pela porta. Ora, Recurso, embriagado com o néctar - pois vinho ainda não havia - penetrou o jardim de Zeus e, pesado, adormeceu. Pobreza então, tramando em sua falta de recurso engendrar um filho de Recurso, deita-se ao seu lado e pronto concebe o Amor. (PLATÃO, 2003, p. 36)

Interessante que a pobreza, dada a sua carência, de certa forma, abusa do Recurso para, então gerar o amor. Essa versão do mito não é propriamente

a mais aceitável pelos teóricos desta área, mas, não deixa de ser curiosa a versão platônica. Se a pobreza gesta Eros, o amor, ele herda de sua mãe a transmissão de um ser sempre pobre, miserável e longe está de ser delicado e belo, como a maioria imagina, mas, ele é duro, seco, descalço e sem lar, sempre por terra e sem lugar, dorme ao relento, um desabrigado, anda batendo pelas portas a mendigar comida, fatalmente ele carrega a natureza da mãe, sempre convivendo com a precisão de tudo. A pobreza em seu estado bruto e extremo, conforme SOLYMOS (2011, p. 139) “[...] é dor; ela dói como uma doença. Ataca a pessoa não só materialmente, mas também moralmente. Ela come a dignidade da pessoa e conduz ao desespero”.

Para nossa sociedade, a pobreza poderia ser a filha legítima do capitalismo que com o neoliberalismo gestou a fome e a miséria – produzindo centenas de milhares de herdeiros que carregam as dores da desigualdade social, da injustiça social. A “natureza” da pobreza ainda que material, ela também produz efeitos psicológicos – a pobreza e sua fome ressaltam o papel da vergonha relativa às experiências de vida perpassadas por violências e humilhações – a fome, não deixa de ser uma violência que marca gerações e como experiência traumática passa a ser transmitida geracionalmente, alimentando um ciclo de pobreza.

Neste sentido, na formulação do PBF, o papel das condicionalidades representam uma tentativa de rompimento do ciclo vicioso, na medida em que se por um lado o dinheiro traz alívio imediato à situação de pobreza, por outro lado, as condicionalidades ajudam a romper o ciclo de reprodução da pobreza entre as gerações. Isso significa que as crianças e jovens passam a ter perspectivas melhores que as de seus pais (BRASIL, 2013, p. 22).

Para Munoz (2016), a pobreza além de ser um problema social constituído por elementos materiais e econômicos, também perpassa, invariavelmente a ordem simbólica e subjetiva. Além do mais, o autor faz um apontamento crítico sobre o interesse da psicologia no contexto brasileiro sobre a escassez de estudos sobre esta temática, ainda que a mesma se interesse pelo sofrimento psíquico, as pesquisas em psicologia não produzem uma reflexão crítica sobre esta realidade. Neste sentido o autor vem ao encontro de nosso problema de pesquisa e de nossos objetivos específicos.

A pobreza não representa apenas a escassez material ela representa, portanto, também, um sofrimento social, neste sentido Rego e Pinzani (2014, p. 52) destacam que, este sofrimento social é naturalizado ou remetido a uma natureza individual (a características do indivíduo em questão o levam a ser pobre), da mesma forma as leis econômicas também são apresentadas como sendo leis naturais, imutáveis e independentes da ação humana. Isto é introjetado nos sujeitos, compondo de certa forma suas estruturas psíquicas. Para MUNOZ (2016, p.24), conforme sua pesquisa, as famílias em situação de pobreza vivem numa situação que as limita estruturalmente, deixando-as com poucas possibilidades de decisão e escolha autônoma.

A pobreza estaria definida por uma restrição radical das possibilidades de escolha no planejamento da própria vida, situação que resulta paradoxal no marco da sociedade neoliberal, que estimula a proatividade do sujeito e a responsabilização por seu próprio projeto individual/familiar. (MUNOZ, 2016, p. 24)

Neste sentido, das possibilidades e impossibilidades de planejamento da própria vida, o PBF representa, com suas condicionalidades, um chamamento a autoresponsabilização, onde os beneficiários assumem os compromissos com as áreas da saúde e educação. Estes compromissos fazem parte de dispositivo estratégico da biopolítica que a serviço da governamentalidade procura atuar sobre a subjetividade dos indivíduos, sobre seus desejos e expectativas (Munoz, 2016).

Como Munoz (2016) se utiliza de um viés teórico foucaultiano e pós-foucaultiano, entendemos que se faz necessário alguns apontamentos, primeiramente que quando se fala de subjetivação, refere-se a algo em formação, algo que foi produzido e que está sendo produzido nas relações com os outros, consigo mesmo e com o mundo. Logo, não existe uma natureza do sujeito, o sujeito é construção, é resultado e participante das relações de poder – relações ativas, esquemas, práticas encontrados na cultura sob um conjunto de regras que definem cada sociedade. O sujeito, portanto é produzido em relações complexas intersubjetivantes. De forma semelhante, o sujeito da psicanálise, também pode-se dizer como efeito, porém, um sujeito efeito de linguagem.

A categoria de sujeito é introduzida na psicanálise por Lacan. A sua articulação permitiu compreender que a linguagem é a condição de existência do inconsciente. LACAN (1964, p. 25) nos diz: “O sujeito é um aparelho de linguagem, logo o inconsciente é estruturado como uma linguagem”. Como ser de linguagem, o sujeito humano se constitui no domínio do verbal – um campo, um território, um universo (ELIA, 2010, p.21).

A fala é o material que marca um corpo, o erotiza, assim, emerge o que entendemos por sujeito. Um corpo pode ser só um corpo, mas ele será inscrito, através de um Outro, num lugar do significante a partir de elementos materiais, simbólicos que engendram o sujeito para que ele se represente enquanto tal. A palavra funda o “mundo” inconsciente, conseqüentemente funda o “mundo” subjetivo de um sujeito. Longo (2006, p.7) diz que “Não há nada no mundo que não participe da linguagem: a realidade se expressa na palavra e só existe na medida em que se pode dizê-la”. Para a psicanálise, a partir de Lacan, dizemos que o inconsciente funciona segundo as mesmas regras da linguagem. Um significante passado outrora, por um Outro, marcou um corpo, onde ficou registrada uma falta. Isso quer dizer que o sujeito é um efeito do significante e está submetido aos significantes que sucedem. A constituição do sujeito psíquico é efeito de palavras, de gestos, de marcas deixadas por um outro semelhante que inscreve o valor do grande Outro com O maiúsculo, este como marca do inconsciente e da cadeia significante – de modo, que o próprio sujeito fará parte desta cadeia, como na máxima Lacaniana: “o sujeito é um significante para outro sujeito, ou significante”.

O grande Outro é o lugar em que se situa a cadeia significante que comanda tudo que vai poder presentificar-se do sujeito, é o campo desse vivo onde o sujeito tem que aparecer. E eu disse – é do lado desse vivo, chamado à subjetividade, que se manifesta essencialmente a pulsão (LACAN, Sem. XI, p. 194).

Em nossa pesquisa, não temos como propósito traçar paralelos entre a perspectiva pós-estruturalista e a psicanálise, apenas procuramos articular de forma coerente a produção para que a mesma possa dialogar com o objeto de estudo e o desenvolvimento teórico sem cair em contradições destoantes. De qualquer forma, tanto para o pós-estruturalismo como para a psicanálise a subjetividade e o sujeito não são propriamente conceitos, mas, categorias.

Portanto, para Munoz (2016) a constituição dos sujeitos e da subjetividade envolvem processos singulares e históricos de se fazer à experiência de si. A constituição do sujeito é uma experiência singular que não possui em si o sentido, mas que vai se definir como constituintes de sentido, por isso significantes inscritos, ou seja, aqueles que fazem significar.

Tanto para o autor destacado, quanto para o nosso estudo, compreendemos que os modos de subjetivação são constituídos por meio de redes sócio materiais heterogêneas onde múltiplos elementos, discursivos e não discursivos, se misturam para formar certo tipo de sujeitos em contextos específicos de vida. Quanto ao PBF, este opera como um dispositivo – a política pública é um dispositivo que se articula com outros dispositivos, como a escola, posto de saúde e as várias instâncias institucionais do Estado. Estes dispositivos articulados conforme Munoz (2016, p. 116) produzem certas “normas da subjetividade” no nível das relações sociais, espaço onde estes elementos normativos são atualizados, reproduzidos e incorporados como subjetividade.

Importante destacar, por exemplo, a tese de Melo (2016) que investigou os gestores, o corpo tecnopolítico que gestou a política pública, ao contrário de todos os outros trabalhos que investigaram os usuários/beneficiários ou alguns técnicos, Melo (2016) direcionou sua investigação aos “mitos fundantes”. Estes, por sua vez, representam, de certa forma, o poder de poder fazer a partir da formação de um grupo detentor de capacidades (*capabilities*) juntamente com movimentos sociais, atores sociais – diferentes *lócus* e atores.

Como a política social do PBF atua como um dispositivo ou tecnologia de subjetivação inserida nos jogos de poder, pois a sua própria construção não deixa de ser fruto de jogos de poder, ainda que com a participação da sociedade civil organizada, como apontou Melo (2016), muitos atores participaram, bem como, organismos internacionais e inclusive germes de um neoliberalismo crescente desde a década de 1990. Um jogo de forças se fez representar na construção do que hoje conhecemos como PFZ e PBF.

Para os diversos autores aqui estudados, entre eles Silva (2015); Munoz (2016); Melo (2014); Stechi (2015), o PBF apresenta limitações, justamente sobre a questão das condicionalidades, pois, entendem os autores que o condicionante representa forma de controle por parte do Estado, limitando os

sujeitos envolvidos, desta forma o programa repercute o discurso preponderante que estrutura a sociedade neoliberal, se torna complicado afirmar de forma determinante que ela possa produzir de fato autonomia ou fortalecer uma cidadania plena. Ainda que seja uma política progressista e com certeza indispensável para sanar a emergência da fome, por exemplo, ela, de forma isolada, não produz rompimentos com as estruturas dominantes que sustentam uma lógica predatória, degradante e humilhante para a maioria dos indivíduos. O PBF reforça a ideia de uma vida de competências e meritocracia, reificando os valores dominantes do neoliberalismo.

Para finalizar nos reportamos ao conceito de cidadania, que pode ser definida conforme Carvalho (2002) em direitos civis, políticos e sociais. Portanto, o cidadão é o indivíduo no gozo dos direitos civis, políticos e sociais de um Estado. Em um conceito mais amplo, cidadania quer dizer a qualidade de ser cidadão, e conseqüentemente sujeito de direitos e deveres.

Um dos propósitos do PBF, além da erradicação da extrema pobreza, também tem como pressuposto a garantir direitos de cidadania entre os grupos mais excluídos socialmente. Como já aludimos, a pobreza produz privações, entre as privações está a da liberdade humana, a liberdade de adquirir o mais essencial para a vida. Portanto, usufruir de direitos é também reconhecer a existência das desigualdades, ou seja, existe uma hiância na vivência plena da cidadania. As políticas sociais promovidas pelo Estado possuem a prerrogativa de promover a autonomia individual e também criar um senso de comunidade, para Rego e Pinzani (2014, p. 87) [...] elas são instrumentos de cidadania, pois visam proteger o *status* de uma pessoa como membro pleno da comunidade. Da mesma forma que se produziu a inserção do louco no discurso da cidadania com o advento da Revolução Francesa, estes excluídos ou apagados socialmente, são capturados pelas ideias de igualdade, fraternidade e liberdade. Os pobres, os loucos e posteriormente na história as mulheres, os negros, os indígenas etc. Conforme o Estado, a sociedade e o mercado comungam para agregar força de produção, transformam os excluídos, os marginalizados em indivíduos aptos para participar da produção coletiva de bens materiais, desta forma, conseqüentemente, reconhecidos como cidadãos podendo usufruir de direitos e em contrapartida de cumprir com certos deveres e de contribuir para a sociedade. Conforme Maranhão e Vieira (2019, p. 757)

[...] deste modo, compreendemos que o louco é incluído pelo viés da cidadania para servir ao Estado e ao mercado do mesmo modo que os demais ditos cidadãos, igualando e universalizando a norma social.

Para Silva (2015) existe uma dificuldade de reconhecimento da cidadania como a porta de saída dos programas de transferência de renda do Brasil. Isto se dá percebendo que a construção do cidadão não acontece apenas com o combate à vulnerabilidade econômica, mas também através do reconhecimento de direitos sociais, a efetivação real de direitos básicos do ser humano (como o direito de ir e vir) a cada família integrante do PBF e a possibilidade de uma participação política plena. Para a efetivação ou vivência da cidadania seria preciso políticas efetivas de valorização do salário mínimo e acesso ao trabalho formal. De qualquer forma, o mercado, a circulação econômica que o PBF produz garante uma pré-cidadania. E, no caso deste autor, conforme sua pesquisa sobre a propriedade quilombola, para ser plenamente cidadão é preciso ter o direito e reconhecimento deste território.

Ao que parece as categorias fome, subjetividade e cidadania, embora, se entrelacem também se auto excluem, principalmente quando falamos de cidadania. Mas, de qual cidadania falamos? De qual lugar nos referimos a cidadania? A cidadania dos indivíduos que detém maior poder econômico? A cidadania dos Indígenas? Dos negros? Das mulheres? Dos in/excluídos? Dos loucos? A cidadania do trabalhador que bate no peito e tem orgulho de ser cidadão, mas, que lhe falta um salário digno, acesso a determinados serviços básicos e essenciais? A cidadania de uns e a cidadania de outros... As respostas a estas perguntas podem ser opostas e certamente serão.

E porque são opostas? As fórmulas já conhecidas de nossa sociedade (Leis, aparatos, constituição, Estado de Direito, democracia, mercado), ainda que bem estruturadas e formalizadas não garantem a todos os mesmos direitos, ou seja, não são garantias de uma convivência feliz. Até porque a nossa história de humanidade não é exatamente um exemplo de convivência justa e pacífica, estamos num processo de convivência que acompanha e necessita de constantes aperfeiçoamentos.

A nossa história como civilização é uma história conflitiva, justamente porque tentamos constantemente viabilizar a convivência entre seres desejantes, e nem todos os desejos podem ser saciados, os próprios desejos

são conflitivos. Portanto, não há mundo para todos os desejos. Mas, há um mundo para se consumir.

O sujeito inscrito na linguagem, posto como um ser desejante, faltoso manifesta as suas pulsões, justamente porque os desejos, quando manifestados não se organizam de forma ordenada, eles são anárquicos/polimórficos e apontam sempre para a escassez da satisfação. Isso é uma constante. E ao que parece as estruturas sociais vem justamente para estancar, reprimir e conter as nossas forças pulsionais. Talvez, para se reconhecer cidadão seja necessário se reconhecer como ser faltante. Como disse Freud em 1930, [...] O que chamamos de nossa civilização é em grande parte responsável por nossa desgraça e que seríamos muito mais felizes se a abandonássemos e retornássemos as condições primitivas.

Para ser cidadão é preciso reconhecer que as “ameaças”, sejam elas, a pobreza, a desigualdade, a injustiça, a fome, a morte, a infelicidade, seja o que for, é fato incontroverso de que todas estas coisas que produzem o sofrimento, fazem parte dessa mesma civilização da qual todos participamos. A busca pela cidadania de alguma forma é a busca pela gestão da satisfação, a gestão do desejo, ou seja, uma busca ininterrupta.

Neste interim, ainda que precariamente e inscrita sob a égide de uma estrutura neoliberal, a política social do bolsa família vai ao encontro da satisfação pelo consumo, promove, mesmo que parcamente, condições para que os beneficiados criem um simulacro de cidadania, de sujeitos livres e incluídos, até mesmo iguais no sistema de cooperação socioeconômica. O Programa representa para muitas famílias o único rendimento monetário e conforme Rego e Pinzani (2014) em alguns casos constituiu a primeira experiência regular de obtenção de rendimento. Os autores ainda coadunam com a proposição de que existe uma eficácia simbólica na forma de ação sobre a subjetividade das pessoas. Não rompe, nem revoluciona, mas satisfaz momentaneamente, pois, transforma o próprio desejo em objeto de consumo – objetifica o desejo e “subjetifica” o sujeito.

Para governar os outros, através desse conjunto de técnicas de dominação desenvolvem-se práticas de poder chamadas de Biopolítica, que se constitui de dispositivos de poderes disciplinares que se exercem sobre os outros, com o objetivo de educar, adestrar e condicionar os corpos humanos e

outros dispositivos que podem ser considerados como poderes de regulamentação da vida, ou biopoderes.

Desta forma, diferentemente da soberania, governar passa a ter como finalidade a melhoria de vida e a saúde da população, assim como, o trabalho para aumentar riquezas e oferecer bem-estar, ou seja, são preocupações voltadas às relações estabelecidas entre os homens e o mundo num aglomerado populacional com necessidades e desejos conflitantes. Esse conjunto de técnicas e dispositivos centrados na população, na concepção de Foucault, tem com objetivo desenvolver estratégias para assegurar a vida dos sujeitos, como por exemplo, as políticas de saneamento, políticas de controle de natalidade, de conscientização quanto a doenças, etc... Para existir a biopolítica se faz necessário a liberdade, ou seja, que os sujeitos possam fazer escolhas e que gozem de certos direitos, ainda que restritos as limitações morais construídas culturalmente, e pelas leis do Estado.

Esse modo de governo não atua apenas para possibilitar um modo de bem estar social aos sujeitos que vivem nessas localidades, mas, atua e tem como objetivo determinar como esses sujeitos devem viver, ao mesmo tempo que a construção desse entendimento de como se deve viver – é se não definido – mas, legitimado por saberes construídos social, cultural, historicamente e cientificamente que adquiriram um estatuto de verdade.

Talvez a única forma dos beneficiados resistirem e se tornarem verdadeiramente sujeitos seria conscientizarem-se das regras do jogo da sociedade neoliberal. Para passar da condição de “indivíduo” para a de “sujeito” temos que ser capazes de refletir acerca destes valores de forma consciente, sobre como eles vão determinar nossas liberdades.

4.1 Entre o Bem e o Mal - Estar das Políticas Públicas: Um debate sob a luz da psicanálise.

É preciso falar, primeiramente, de um certo Freud, para poder dizer, na sequência, algumas coisas sobre o que de fato nos interessa...

Em 1930 Freud publicava O Mal-Estar na Civilização ou, conforme, tradução, O Mal Estar na Cultura, considerado um de seus escritos

sociológicos. Este texto, não por acaso, é escrito e publicado, justamente, num momento de preocupação política na Europa, forte ressecação do pós-guerra, momento de ascensão do fascismo, de adesão a um antissemitismo e prenúncios de algo ainda sem nome e, claro, temos um Freud velho com saúde debilitada pelo câncer. Este texto reflete uma época e um momento da cultura, bem como, um momento de amadurecimento da psicanálise, não só voltada para a clínica, mas, ambiciosamente capaz de ler, interpretar e investigar fenômenos e acontecimentos sociais, afinal, tudo isso, deitava-se no divã para falar de desamparos.

Muito antes deste ensaio teórico, podemos encontrar nos chamados escritos técnicos, um Freud que já ambicionava uma inserção da psicanálise na área social e de saúde pública. Ele tentou promover uma interlocução de trabalho com o Estado, especificamente, uma possível atuação da prática psicanalítica com soldados que apresentavam sintomas traumáticos, denominado de “neuroses de guerra”, isso aparece pela primeira vez na conferência do Quinto Congresso Psicanalítico Internacional, realizado em Budapest em 28 e 29 de setembro de 1918, pouco antes do fim da Primeira Guerra Mundial.

Agora que nos reunimos uma vez mais, após os longos e difíceis anos que atravessamos, sinto-me impelido a rever a posição do nosso procedimento terapêutico - ao qual na verdade, devemos o nosso lugar na sociedade humana - e a assumir uma visão geral das novas direções em que se pode desenvolver. (FREUD, 1918/1996, p. 99)

A preocupação de Freud era assegurar para a sociedade científica e médica da época, bem como, para as autoridades políticas, que a psicanalítica poderia ir além dos *settings* privados de atendimento clínico. Segue a exposição:

Os senhores sabem que as nossas atividades terapêuticas não têm um alcance muito vasto. Somos apenas um pequeno grupo e, mesmo trabalhando muito, cada um pode dedicar-se, num ano, somente a um pequeno número de pacientes. Comparada à enorme quantidade de miséria neurótica que existe no mundo, e que talvez não precisasse existir, a quantidade que podemos resolver é quase desprezível. Ademais, as nossas necessidades de sobrevivência limitam o nosso trabalho às classes abastadas, que estão acostumadas a escolher seus próprios médicos e cuja escolha se desvia da psicanálise por toda espécie de preconceitos. Presentemente nada podemos fazer pelas camadas sociais mais

amplas, que sofrem de neuroses de maneira extremamente grave. (FREUD, 1918/1996, p. 104)

Para finalizar, Freud, apela para autoridades do Estado e fala pela primeira vez sobre uma preocupação diretamente social de sua “ciência”, dita do inconsciente e considerada, por muitos, como obscura e inapropriada para atuação na amplitude das massas sociais – uma ideia de inapropriada, compartilhada também por alguns dos discípulos de Freud:

Vamos presumir que, por meio de algum tipo de organização, consigamos aumentar os nossos números em medida suficiente para tratar uma considerável massa da população. Por outro lado, é possível prever que, mais cedo ou mais tarde, a consciência da sociedade despertará, e lembrar-se-á de que o pobre tem exatamente tanto direito a uma assistência à sua mente, quando o tem, agora, à ajuda oferecida pela cirurgia, e de que as neuroses ameaçam a saúde pública não menos do que a tuberculose. [...] (FREUD, 1918/1996, p. 105)

Embora, nossa proposta, neste estudo, não seja propriamente fazer um histórico da psicanálise pelas políticas públicas, compreendemos que trazer estes fragmentos reforçam nossa pesquisa no tocante a preocupação com a interlocução teórica, da mesma forma que preocuparam Freud, não por acaso, a psicologia social e a psicanálise estão inseridas em diversos locais e instituições sociais contemporaneamente. Ainda em Freud podemos compreender que colocar a psicanálise a disposição do social não se dá como uma tarefa fácil, até porque coloca em questão os seus fundamentos – as fundações propriamente, a sua principal questão, estar num limiar de reconhecimento científico e de como trabalhar com o Estado, sendo este uma instância de poder e criador de dispositivos de poder e de verdade conforme Foucault. Existe um cuidado, uma apreensão sobre a ética da psicanálise e o seu lugar, que não deve ser assistencialista, educativo e em absoluto de uma ciência cartesiana tradicional, a psicanálise não se propõe a apresentar respostas prontas as demandas científicas ou sociais a partir de um estatuto de verdade – se existe uma verdade, ela pertence ao inconsciente. Portanto, não se trata de colocar a psicanálise a serviço do poder (embora, diria Foucault que isso é impossível, pois, todos fazem parte dos jogos de poder), nem de fins metafísicos, ou então de mantê-la fechada em seu próprio movimento, mas trata-se, no fundo, de entender que ela deve servir para melhorar o convívio

humano, para exercitar a tolerância e a liberdade – o ouro da psicanálise é a escuta qualificada.

Para Freud alguns conceitos e categorias ainda se desenhavam e, contemporaneamente, continuam se desenhando, como por exemplo, Estado, social, povo, pobres, políticas, sociedade, cidadania etc. Não podemos nos referir a sua explanação, por exemplo, nesta conferência de 1918, quando ele faz referência aos pobres como menos prontos a partilhar as suas neuroses, como uma insensibilidade social, mas, devemos reconhecer certo lugar elitista, como também, uma tentativa de adaptação aos novos tempos.

Interessante observarmos que Freud trouxe algumas preocupações como oferecer tratamentos gratuitos. Apontou a possível conciliação ou associação dos atendimentos com uma política social do Estado e, no caso dos traumas de guerra, postulava que o Estado necessitava compreender como deveres urgentes. Além do mais, Freud suscitou a ideia de constituir instituições públicas para o tratamento, ainda que inicialmente elas dependessem, conforme suas palavras, da “caridade privada”. E para os seus pares psicanalistas e médicos os convocou a tarefa de adaptar a técnica psicanalítica às novas condições que o contexto e a época exigiram.

Não tenho dúvidas de que a validade das nossas hipóteses psicológicas causará boa impressão também sobre as pessoas pouco instruídas, mas precisaremos buscar as formas mais simples e mais facilmente inteligíveis de expressar as nossa doutrinas teóricas. Provavelmente descobriremos que os pobres estão ainda menos prontos para partilhar as suas neuroses, do que os ricos, porque a vida dura que os espera após a recuperação não lhes oferece atrativos, e a doença dá-lhes um direito a mais à ajuda social. Muitas vezes, talvez, só poderemos conseguir alguma coisa combinando a assistência mental com certo apoio material, à maneira do Imperador José⁴⁰. (FREUD, 1918/1996, p. 105)

E para finalizar a sua fala no congresso de Budapeste, Freud utilizou-se da expressão “psicoterapia para o povo”. Estes recortes apresentados são importantes na medida em que demonstram que para Freud a psicanálise, ainda que apresentando-se como uma psicoterapia ou técnica fechada a quatro

⁴⁰ O Imperador José II da Áustria (1741-1790), sobre cujos métodos pouco convencionais de filantropia corriam muitas lendas. Entre as suas ações destacam que vendeu vários bens da igreja católica para proveito de obras assistenciais, além do mais fez com que os clérigos da igreja se tornassem funcionários civis e instituiu seminários estatais, além de várias outras ações, centralizando o poder na força do Estado. Portanto, fazer algo a “moda do Imperador José”, transformou-se numa expressão popular.

paredes, precisava se transformar, afinal a clínica pode expandir-se como campo de investigação e tratamento e que era e é necessário suportar a insuficiência de seu discurso teórico, problematizando a sua práxis, permitindo-se assim, uma abertura, um reposicionamento de lugares e até mesmo de abordagem clínica.

A partir de Freud, quando ele nos diz que “[...] provavelmente descobriremos que os pobres estão menos prontos para partilhar das neuroses, do que os ricos, porque a vida dura que os espera após a recuperação não lhes oferece atrativos [...]”. Ora, afinal, quem são estes sujeitos que são obrigados a se tornarem humanos sob condições desumanas de existência, onde predominam experiências excessiva ou prolongadamente frustrantes, desde os estágios mais primitivos da sua possibilidade de humanizar-se, de se dizerem e de se sentirem sujeitos. Obviamente não nos é possível mensurar o sofrimento que uma situação provoca individualmente – trata-se de uma experiência humana, mas, podemos ressignificar eventos a partir de testemunhos, podemos conhecer a realidade das pessoas como, por exemplo, nos depoimentos, nos relatos, nas denúncias daqueles que já passaram e daqueles que ainda passam pela experiência da violência da fome. Neste sentido os trabalhos que analisamos nesta dissertação trouxeram inúmeros relatos que foram analisados discursivamente, desde as queixas sobre as precariedades de ser pobre e desprovido de bens materiais e simbólicos, como também os relatos sobre o significado da política, do dinheiro repassado pelo Estado e que utilizam para comprar comida, material escolar, gás, pegar ônibus etc.

Sobre o escrito, o Mal-Estar na Cultura, ele traz a tona as preocupações de um velho com a guerra, com a morte, mas, acima de tudo, procura dizer sobre uma certa “natureza humana” em atividade e de que a vida é feita de desamparos, portanto, difícil de suportar. Para Peter Gay (1989, p.493), conforme escreveu: O Mal-Estar na Civilização é o livro mais sombrio de Freud e em alguns aspectos também o mais inseguro. Continua, ele, Freud detinha-se constantemente para protestar que sentia, mais do que nunca, que estava dizendo às pessoas coisas já sabidas, desperdiçando assim, material, tempo e tinta dos editores. Originalmente, o ensaio deveria se chamar, A Infelicidade na Cultura – *Das Unglück in der Kultur*, mas optou por *Unbehagen* –

descontentamento, incômodo, mal-estar, justamente por se sentir incomodado na escrita, confessa, inclusive da dificuldade de escrever⁴¹.

Temos, portanto, um escrito com quase cem anos para refletir a partir dele sobre o nosso tempo e momento. Momento este de extremo desalento para as políticas públicas, visto que estas parecem andar constantemente num limiar entre o que podemos compreender e conceituar sobre elas e sobre o que compreendemos e conceituamos sobre políticas de governo ou políticas de Estado de uma forma mais consolidada. Para Celina Souza (2006, p. 24), conforme seus estudos de revisão de literatura, Política Pública se refere a decisões e análises sobre o que fazer ou não fazer ou mesmo não fazer nada, para decidir quem ganha o quê, por quê e que diferença isso faz – numa visão bastante minimalista. Conceitualmente, ainda, conforme SOUZA (2006, p. 25) de uma forma mais teórica-conceitual, as Políticas Públicas repercutem na economia e nas sociedades e estão inter-relacionadas entre Estado, política, economia e sociedade, portanto é um campo de conhecimento multidisciplinar.

Estado e Política pública estão intimamente ligados, ao que parece permeados pela ideia do bem comum e quando nos reportamos as políticas sociais de Estado ou de governo ao bem estar social de todos. Para Freud (1930), o Estado é uma das fontes de sofrimento psíquico, pois, o mesmo é um produtor de regras que procuram ajustar os relacionamentos mútuos dos seres humanos, junto com o Estado também a família e outras instituições, estes entes são a fonte social de sofrimento. Embora, possamos compreender que os regulamentos e normas advindos destas fontes sejam estabelecidos por nós mesmos e, ainda, que possam representar um propósito contrário ao sofrimento, como a produção de proteção ou benefícios coletivos, encontramos uma parcela inconquistável de nossa constituição psíquica – ou seja, para Freud, existe uma “natureza” de hostilidade com os “iguais” - uma parcela não sublimada dos instintos primitivos. A proteção e a criação de leis pelo Estado produzem um efeito de limitação das liberdades (sublimação), ainda que venham ao auxílio ou ao estabelecimento da ordem, mas, o que entendemos por bem comum, neste sentido, afeta o indivíduo, pois, é preciso sacrificar os

⁴¹ Curiosamente, uma semana antes de Freud enviar o manuscrito para os editores, em 29 de outubro de 1929, a Bolsa de Valores de Nova York quebrou, dia que ficou conhecido como a Terça-Feira-Negra e que, historicamente, repercutiu em todo o mundo e passou a ser chamado de Grande Depressão Econômica.

instintos – uma liberdade plena em nome de um todo, visto que a liberdade do indivíduo não constitui um dom da civilização, para Freud (1930) ela já foi maior antes da existência de qualquer sentido civilizacional. Portanto, a sociedade impõe restrições a liberdade e a justiça exige que ninguém seja exceção.

Porém, ainda em Freud (1930), ele nos diz que o desejo de liberdade na sociedade sempre é uma referência a revolta do indivíduo contra alguma injustiça existente, desse modo esse desejo mostra-se favorável ao maior desenvolvimento da civilização, no entanto, também, pode tornar-se base da hostilidade à civilização. Podemos nos rebelar contra o Estado opressor, contra políticas, contra injustiças sociais, contra as desigualdades ou ainda nos voltarmos contra nós mesmos nos diversos tipos de violências, de qualquer forma, o bem comum é conflitante com a liberdade individual. Para ROUDINESCO (2000, p. 13), “Quanto mais a sociedade apregoa a emancipação, sublinhando a igualdade de todos perante a lei, mais ela acentua as diferenças”. Para Roudinesco (2000) na sociedade contemporânea, cada um reivindica sua singularidade, recusando-se a se identificar com as imagens da universalidade, portanto, vivemos na era da individualidade em substituição a da subjetividade, o que nos dá uma ilusão de uma liberdade irrestrita, de independência sem desejo (libertos das pulsões) e de uma historicidade sem história, portanto, conclui-se que, contemporaneamente, além de superarmos nossos instintos primitivos, superamos também os desejos, as pulsões, ou seja, superamos até mesmo o ser sujeito. Resultado disso é que o ódio, ao invés de ser um elemento constitutivo e benéfico, digamos, das pulsões, transformou-se num elemento de perversão e de negação da alteridade, ou seja, de reconhecimento do Outro – este outro passa a ser absorvido como vítima e o ideal seria destruí-lo, antes mesmo dele existir, fonte geradora das intolerâncias. Neste sentido, encontramos, nestes apontamentos teóricos, a possibilidade de compreender as formas de rechaço às políticas públicas e às as políticas de bem estar social que são oferecidas pelo Estado ou por governos para as populações excluídas. A própria exclusão social, além de ser resultante, obviamente do modelo econômico adotado, tem em sua essência trágica este não reconhecimento do outro como um igual.

4.2 Alienação Fome e Exclusão – mais, ainda... a psicanálise.

Baleia encostava a cabecinha fatigada na pedra. A pedra estava fria, certamente Sinhá Vitória tinha deixado o fogo apagar-se muito cedo. Baleia queria dormir. Acordaria feliz, num mundo cheio de preás. E lamberia as mãos de Fabiano, um Fabiano enorme. As crianças se esponjariam com ela, rolariam com ela num pátio enorme, num chiqueiro enorme. O mundo ficaria todo cheio de preás, gordos, enormes. (RAMOS, 2013, p. 91)

A pobreza não é um problema simples, embora se apresente naturalizado na sociedade, nos costumes sociais e no distanciamento das responsabilidades sociais e governamentais. A pobreza, como muito bem apontaram os autores das teses e dissertações pesquisadas, é multifatorial. A pobreza, como bem apareceu nos discursos das entrevistadas do PBF pelos autores pesquisados, contém todos os males, críticas, preconceitos e nenhuma esperança. Ou seja, a vida social se reproduz baseando-se em processos de exclusão. A pobreza é um complexo de todos os males de uma sociedade fracassada em suas humanidades, uma sociedade que fez escolhas dado os seus desejos de progresso e desenvolvimento. A pobreza não é algo furtivo, ocasional, ela é o resultado de um modelo, não por acaso, perverso e determinado por desigualdades, como salários muito baixos, desemprego, falta de moradia, transporte, saúde, educação e alimentação. A pobreza é a falta, é a privação *versus* o excesso. Nas ciências humanas a palavra exclusão é a que melhor define todo este complexo de faltas e de se estar a margem. Para a psicanálise, como aponta POLI (2005, p. 12), exclusão pode ser um dos nomes do mal-estar contemporâneo e até mesmo o nome principal de seu sintoma.

Os “Excluídos” seriam aqueles que fazem diferença em relação aos ideais de cultura: os desempregados, os sem teto, os imigrantes, os moradores de rua, os favelados, adolescentes em conflito com a lei, etc. Isto é, todos aqueles que ficam à margem do espelho proposto pelo laço social. Eles são a exceção. (POLI, 2005, p.12)

O excluído é invisível, está no âmbito do que não é inscrito ou representável. E quando pensamos em representação social, podemos situar a exclusão como uma espécie de crivo social: os de dentro e os de fora – os que passam fome, os que não passam e os que não querem saber. Os marginalizados, os excluídos não fazem laço?

Neste sentido o que está em causa é o mal-estar na cultura e como tem se dado o laço social⁴². Um sujeito reduzido a condição de objeto ao serviço do Outro⁴³ que obtém, por seu intermédio, o suporte de seu poder de dominação ou por compreensão psicanalítica recusar a sua castração⁴⁴. Um ato defensivo que não deixa de ser perverso, visto que denega e exclui uma parte de si mesmo, projetando no exterior na figura deste outro, do diferente, do marginal, do estranho, do pobre – não reconheço esta parte da humanidade. Projetamos na categoria excluídos a figura do monstro que carregamos. Para Marcelo Viñar (2006), os homens, estes que deveriam ser meus semelhantes, não são meus semelhantes, não são meus próximos, são outros, uma espécie de alienígenas, de alienados. De qualquer forma, todos sofrem um empobrecimento neste processo, seja por aqueles que não reconhecem o “estranho”, seja por aqueles que não são reconhecidos. Quando do surgimento de uma política pública, por exemplo, de combate a pobreza, miséria e fome, ocorrem resistências sobre a real necessidade deste outro, justamente por não reconhecer o valor de sua necessidade. Para Viñar estamos numa dualidade complexa e seria justamente num intervalo, numa hiância que talvez possamos nos reencontrar como sociedade. Porém, a lógica de grupos e classes sociais é que fixam a regras de trocas de intercâmbios que fazem o laço social. “Es

⁴² Os laços sociais são tecidos e estruturados pela linguagem e, portanto, denominados discursos e que regulam as formas de vínculo social. Para Lacan são quatro formas possíveis de vínculo social entre os sujeitos: o discurso do mestre, universitário, da histérica e do analista. Os discursos são, na interpretação de Lacan, os quatro modos de relacionamento e também de sofrimento: governar, educar, analisar e fazer desejar (Lacan) ou ainda como apontou Freud - (1930 – Mal Estar na Cultura) são fontes social do sofrimento do sujeito: o poder superior da natureza; a fragilidade de nossos próprios corpos e a inadequação das regras que procuram ajustar os relacionamentos mútuos dos seres humanos na família, no Estado e na sociedade.

⁴³ O Outro como cultura (como compartilhamento social de uma ordem), como algo que não lhe pertence, mas, lhe compõe também, como sujeito marcado pelos significantes sem corporificação, pois é da instância simbólica. Uma relação marcada pelo desejo e compartilhada pela linguagem, promovendo o laço social de alteridade. O Grande Outro como, diz Quinet, “O Outro é o ‘tesouro dos significantes’, onde habita a verdade do sujeito, em que só é possível na forma de um meio-dito, sendo um saber sobre o sujeito que inclui um não saber, marcando a impossibilidade de apreensão completa, marcada pelo engano, pelo equívoco”. Em Lacan encontramos a distinção entre Outro e outro. Pequeno outro como dimensão de alteridade e identificação de um semelhante, relativo ao imaginário, em que por exemplo, a criança constitui seu eu, a partir da imagem especular. O Grande Outro, com A maiúsculo, não é exatamente um semelhante, mas se inscreve como articulação, enquanto lugar da lei e da ordem.

⁴⁴ A castração como interdito necessário para a constituição do sujeito, a constituição psíquica da falta como causa do desejo. Recusar a castração é recusa do desejo, sujeito do inconsciente e da linguagem. Cada discurso inscreve-se diferentemente na castração. Para Lacan é uma operação simbólica, que vai determinar a estrutura subjetiva.

distinto sentir hambre entre hambrientos, que sentir hambre entre opulentos, de donde la exclusión es una construcción colectiva de la sociedad que no se explica a sí misma, sino en sus modos de producción” (VIÑAR, 2006, p.05).

Neste sistema de hierarquização sobre o estar e o não estar, Boaventura de Sousa Santos (2008, p. 280) define a exclusão por um sistema dominado pelo princípio da segregação – “Pertence-se pela forma como se é excluído.” Para este teórico, a desigualdade é um fenômeno socioeconômico, já a exclusão é sobretudo um fenômeno cultural e social, ou seja, um fenômeno de civilização – são criados interditos e a rejeição a partir destes. De qualquer forma, a desigualdade socioeconômica proposta pelo modelo capitalista se complementa e se cruza com a exclusão cultural e social civilizacional, transformando tudo num processo multidimensional e complexo normatizado.

Para Josué de Castro (1967), a exclusão social é comparada a algo que transcende o status civilizacional. Ele compara os homens do mangue aos caranguejos, parecendo entidades da mesma espécie, ou seja, animais, bichos se devorando. A condição de degradação humana pela fome e escassez se dá de forma tão vil que é uma promiscuidade dos homens e caranguejos passando fome na lama dos mangues: um engolindo o outro – “uma sociedade de caranguejos”⁴⁵. Nesta obra de literatura política Castro expôs as mazelas da sociedade brasileira, uma mazela que nos persegue ainda hoje: a Fome, com letra maiúscula, um povo faminto, alienado e excluído até décadas recentes de toda e qualquer política social dos governos que lhes esqueceram propositalmente, que ocultaram ou que procuraram muito bem disfarçar. E mais: os alimentados parecem ter grande dificuldade de entenderem os famintos e vice-versa, como já apontou Viñar (2006).

Nossa pesquisa trouxe como referência teórica a psicanálise e seu diálogo com outras áreas do conhecimento, como as ciências sociais. A psicanálise, de forma isolada, não possui propriamente uma tradição de teorias e conceitos sobre algumas das questões sociais e políticas, como a exemplo da fome. Contemporaneamente, mas, a partir da contribuição da psicologia social e das releituras do campo psicanalítico, principalmente com as elaborações de Lacan e autores contemporâneos, bem como, os textos

⁴⁵ Josué de Castro, no livro *Homens e Caranguejos – Romance político*, publicado em 1967.

Freudianos considerados “textos sociológicos”, como a exemplo de “Totem e Tabu”, “Psicologia das Massas e Análise do Eu”, “O futuro de uma Ilusão”, “O Mal-Estar na Cultura”, a psicanálise tem se dedicado e promovido novas investidas com preocupação e compromisso em direção a uma práxis e pesquisas no sentido de melhor entender a organização social humana, contribuindo para um futuro mais promissor. A psicanálise não se coloca apenas como uma clínica do sofrimento psíquico individual, a psicanálise freudiana procurou, desde seu início, ser reconhecida também como teoria das produções culturais para desvendar a maneira com que sujeitos mobilizam sistemas de crenças, afetos, desejos e interesses para legitimar modos de integração a vínculos sociopolíticos. LACAN (1998, p.321), já apontava como uma necessidade, “O analista que não estiver sintonizado om as questões de seu tempo, deve renunciar a sua prática.” E ainda em Pichon-Revière⁴⁶ (2005, p. 170).

A psicologia social que postulamos aponta para uma visão integradora do “homem em situação”, objeto de uma ciência única, ou interciência, localizado numa determinada circunstancia histórica e social. Essa visão é alcançada através de uma epistemologia convergente, na qual todas as ciências do homem funcionam como uma unidade operacional, enriquecendo tanto o objeto do conhecimento como as técnicas destinadas a sua abordagem.

Partindo do pressuposto de que o flagelo da fome é um problema social e, portanto, político, mas que atinge sujeitos em sua singularidade, a nossa questão de pesquisa teve, portanto, o propósito de investigar e entender este fenômeno promovendo uma interlocução interdisciplinar. Ainda, conforme

⁴⁶ A história de vida deste autor representou, talvez, a motivação para a escolha de sua profissão, campo de atuação e produção teórica, principal, no que se refere a sua infância por ter vivido numa das regiões mais pobres e diversificadas culturalmente da América do Sul, no caso, o autor e sua família, viveram na região Argentina do Chaco, predominantemente quente, com longos períodos de seca e longos períodos de chuva – os extremos. Região povoada em sua grande maioria por povos tradicionais, com os quais Pichon teve contato com a língua Quíchua e Guarany. Região que foi palco de disputa de uma das maiores guerras entre Bolívia, Paraguay e Argentina – A Guerra do Chaco. Uma das buscas teóricas principais de Pichon foi compreender a relação dos processos de constituição da subjetividade a partir da macro-estruturamacroestrutura social. Ele inaugurou uma nova produção teórica partindo da psicanálise à psicologia social, numa combinação interdisciplinar entre as ciências sociais, a psicanálise e a psicologia social. A sua experiência no hospital/hospício de Las Mercedes de Buenos Aires se depara com uma crua realidade, o abandono de pacientes pobres, a partir desta observação discorre sobre uma possível correlação entre a pobreza e a loucura, também irá levar em consideração os hospícios como depósitos de pobres. (Anotações de aula do componente curricular Processos Grupais I e Psicologia Social ministrada pelo Professor Dr. Gustavo Hector Brun, 2009).

Pichon-Revière (2005) precisamos compreender o conjunto estrutural de forma horizontal – a totalidade comunitária – e de forma vertical – o indivíduo nela inserido, pois, nos encontramos numa sociedade em permanente situação de mudança e com problemas do indivíduo com seu meio. Para Pichon-Revière (2005, p.171). “O sujeito se modifica a si mesmo e modifica o mundo, num constante interjogo dialético”.

Foucault (1988) nos diz do corpo, não apenas como sinônimo de organismo, mas a disposição deste para uma potência de transformação ou criação – criação que constituiria o corpo das relações ou do encontro com as coisas, com os outros, com as ideias, com imagens, com os dispositivos, etc. A subjetividade seria essa relação com a potência de transformação corpo, saber e tempo. Ela se dá num processo dialógico com o mundo, onde o sujeito é constituído ao mesmo tempo em que constrói a realidade em que está inserido.

Constituir-se como sujeito de um discurso implica apropriar-se subjetivamente de um discurso, em um contexto específico. A produção do discurso é controlada, selecionada, organizada e redistribuída por procedimentos que tem a função de conjurar poderes e perigos, dominar seu acontecimento aleatório. As coerções do discurso limitam seus poderes, dominam suas aparições aleatórias e selecionam os sujeitos que falam. O discurso possibilita transferir significados e sentidos, que se anulam na realidade. Ele não é neutro. Além de dizer o que acontece, é objeto de desejo e das lutas de dominação e poder. (PEREIRA, 2016, p. 07)

Se a constituição do sujeito depende de apropriação subjetiva de um discurso, é pertinente questionar como fazer isso quando todas as condições de vida empurram àquele sujeito a uma condição de indignidade, de miserabilidade e de fome? Para Hanna Arendt (2010), a condição humana diz respeito às formas de vida que o homem impõe a si mesmo para sobreviver e as condições variam de acordo com o lugar e o momento histórico do qual o homem é parte. A fome no mundo é parte não natural de uma catástrofe institucionalizada, um imperativo de poder e domínio sobre populações, na verdade uma construção humana e de decisão política. A fome é como um subproduto do poder, controlada por discursos, bem como a constituição dos sujeitos e de suas subjetividades. Todos são tangenciados por uma força maior. Qual a relação que encontramos neste imbróglio entre o inconsciente o sujeito e a subjetividade? Poderíamos dizer que aqui se encontra o corpo de delito – corpo mesmo, na sua apreensão real. Uma hiância, uma falta, o ato

barrado na constituição do sujeito. Elia (2010, p.21) nos diz que; “Como ser de linguagem, o sujeito humano se constitui no domínio do verbal. Trata-se de um domínio no sentido de um campo, um território, um universo de poder”.

Como a sociedade capitalista moderna lida com essa complexidade não natural da fome e as suas consequências no tocante a questão do desenvolvimento social e na violação de direitos humanos? Como recuperar um ser numa condição de mera necessidade? Que restos de sujeito ainda podemos encontrar na esfera do real? E a pergunta mais simples de se fazer e com raízes profundas de complexidade de resposta: Porque, ainda, contemporaneamente, em nossa sociedade, existem milhões de famintos ou de pessoas que se alimentam precariamente por conta de sua condição social?

Talvez seja o momento de defendermos a sociedade da emergência de um novo tipo de poder social, um poder sobre a vida, sobre as populações, conforme Foucault (2005, p.294) nomeou de biopoder:

[...] eis que aparece agora, com essa tecnologia do biopoder, com essa tecnologia do poder sobre a “população” enquanto tal, sobre o homem enquanto ser vivo, um poder contínuo, científico, que é o poder de “fazer viver”. A soberania fazia morrer e deixava viver. E eis que agora aparece um poder que consiste, ao contrário, em fazer viver e em deixar morrer.

Diferentemente do poder soberano, pois, vai além das instituições para agir sobre os sujeitos, em especial sobre os corpos, essa nova modalidade de poder estende seus tentáculos sobre as populações, sobre os grandes grupos sociais. Instaurando dispositivos que visam individualizar os corpos, regulamentar e controlar a vida, dispositivos esses que procuravam assegurar a vida produziram diversas práticas e políticas de saneamento, higiene, saúde, habitação, alimentação, etc....

Nessa nova configuração o sujeito passa a ser capturado, passa a ter suas necessidades, aspirações e conseqüentemente sua subjetividade capturada pelos dispositivos do biopoder. Pois, quanto mais um governo responde as necessidades de sua população mais eficaz ele será na captura dessas subjetividades. Ao mesmo tempo essas políticas públicas e sociais que capturam os sujeitos são fundamentais, porque elas contribuem de alguma forma para uma materialidade ou não na garantia de direitos, na emancipação dos sujeitos como cidadãos – uma forma de mitigar a fonte do sofrimento

social, produto histórico social inacabado na luta das populações no enfrentamento das mazelas geradas pelo modelo capitalista.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

“[...] Qual é a fórmula do sujeito?” me pergunta um homem [...]. Me ocorreu estar em frente a um laciano em situação de rua. Desconcertado, replico um alto “o quê?”.

Ele repete: “qual é a fórmula do suj..nio?”. Com certa irritação: “qual é a fórmula do oxigênio?”.

“Ah”, fico aliviado, “é O₂” – respondo.

- Muito bem! E agora me diga a fórmula da água.

Por não saber se meus conhecimentos básicos de química dariam conta de outras respostas, lhe digo: “Por que você não me responde?”

- AHÁ! Um bom “ensinador” nunca dá as respostas, ele deixa o outro pensando...

Rapidamente, em dois quartos de giro ele me deu as costas e partiu. Me deixou pensando mesmo. De fato, não era de química que ele falava, mas de sujeito. (BALDISSERA, 2019, p. 82)

Inegavelmente foi com Josué de Castro que se colocou a fome na agenda política do Brasil. Todos os estudos posteriores que se inscreveram para falar deste tema, obrigatoriamente passaram de alguma forma por este pesquisador. Ele mapeou as regiões de fome brasileira e conceituou os tipos de fome; associou a fome as questões sociais, culturais, políticas e econômicas; ele promoveu uma cartografia da fome no Brasil, ou seja, colocou literalmente o Brasil no mapa da fome, além do mais, falou de subdesenvolvimento e, principalmente abordou as questões primordiais de nossa cultura, com uma leitura antropológica de nossa sociedade com profundas raízes traumáticas de herança colonizada e escravagista. Sua principal contribuição foi definir a fome como um problema político e que deve ser resolvido com estratégias políticas. De todas as dissertações e teses analisadas em nosso estudo, lamentamos que a maioria dos autores não tenha referenciado Josué de Castro, apenas Melo (2014), justamente por trazer uma pesquisa sobre a construção do Programa Fome Zero e Bolsa Família. Ainda assim, para esta autora, a política social teria se iniciado a partir das mobilizações sociais que ocorriam no Brasil pela redemocratização do país e fundamentalmente a partir de Herbert de Sousa (Betinho) e de teóricos ligados ao PT e outras instituições e movimentos sociais, com destaque para os movimentos eclesiais de base da igreja católica. De qualquer forma, a dissertação de Melo (2014) é uma excelente referência sobre a história dos

Programas Fome Zero e Bolsa Família, como também sobre a construção, gestão de uma política pública.

Enfim, a influencia do “diagnóstico” social da fome produzida por Josué de Castro fez nascer as políticas salariais no Brasil e a relação renda e melhoria de vida, pois, na compreensão de Castro (1946), só seria possível superamos a questão da fome se relacionada com a questão da melhoria de renda, portanto, também era (no contexto daquela época) necessário obter melhores possibilidades de ingressar no mercado de trabalho. Neste sentido, todos os autores analisados nesta dissertação apontaram que para além do Bolsa Família são necessárias políticas para geração de emprego, pois a saída da extrema pobreza somente se efetiva quando políticas conjuntas nas áreas de educação, saúde, moradia, transporte, reforma agrária e, principalmente trabalho são promovidas de forma efetiva por parte do Estado. Portanto, políticas compensatórias, como Bolsa Família, ainda que necessárias e indispensáveis na carência extrema, não são suficientes para a saída da miséria.

Nas pesquisas de nossos “objetos-autores”, as críticas dirigidas a PFZ e PBF encontram-se justamente no aspecto condicionalidades, visto que, as condicionalidades obrigatórias possuem dois aspectos problemáticos inter-relacionados: Primeiro, que as condicionalidades fragilizam a possibilidade de inclusão, pois marcam uma diferença, portanto, diferentemente de outras políticas como as do SUS, seguro desemprego ou previdência, as condicionalidades do PBF não se mostram de forma igualitária. Ao mesmo tempo que o PBF procura promover uma inclusão, ela também promove exclusão, sobre esta análise comparativa o trabalho de Tázya Sousa (2014). Segundo, o Estado passa a interferir nas condutas estabelecendo uma norma, o controle das populações atendidas a partir das condicionalidades e por consequência uma transferência de responsabilidades, ou seja, aqueles que não cumprem a norma são castigados e responsabilizados individualmente, o Estado deixa de se responsabilizar por estes indivíduos. Além do mais, a desresponsabilização por parte do Estado reforça o imaginário social de que só se é pobre porque assim se deseja ou que a pobreza é de responsabilidade individual de cada sujeito, uma espécie de naturalização da pobreza e de

reforço da ideia do indivíduo empreendedor, podemos compreender isso como características de uma governamentalidade neoliberal.

No tocante a subjetividade e cidadania, na opinião da maioria dos autores investigados, com algumas exceções, ou algumas ressalvas, convergem no sentido de que, ainda que o PFZ represente um grande avanço nas políticas sociais, ele fracassa, especificamente com o Programa Bolsa família, pois o programa ainda que auspicie um reforço a cidadania, ele acaba reproduzindo uma lógica excludente, como nos referimos anteriormente sobre as condicionalidades, além do mais, somente o programa de forma isolada, quando as outras circunstâncias de vida são limitadas, como trabalho, saúde e educação, se produz uma cidadania mínima. Ainda assim, observamos em nossa análise que nos relatos das entrevistas com beneficiárias do PBF, aparecem discursos propositivos neste sentido, como a possibilidade de autonomia das mulheres, ainda que, se diga que possa também representar uma sobrecarga sobre estas. Mas, a transferência de renda possibilitou a visibilidade do pobre na medida em que este consegue se inserir no mundo do consumo, o que não deixa de representar uma forma de poder. Ser reconhecido como sujeito “normal”, aquele que consegue pagar contas, pagar impostos, circular, consumir e, portanto, reconhecido na sociedade como cidadão. Na tese de Silva (2015), especificamente, o autor aponta que para os quilombolas, o reconhecimento de suas terras em certa medida os faz “mais cidadãos”, levando em consideração todo o aspecto de exclusão social das pessoas negras no Brasil, toda a sobrecarga de um histórico escravagista de nossa cultura.

Sobre a subjetividade, destacamos o trabalho de Munoz (2016) para dizermos que toda e qualquer política funciona como uma tecnologia de subjetivação que marca os sujeitos de alguma forma, pois além de suas experiências de vida com a pobreza, exclusão, fome e pobreza materiais das mais diversas, a pobreza simbólica também se faz presente e todos estes aspectos produzem marcas subjetivantes, afinal, os sujeitos estão inscritos no mundo a partir das diversas formas de linguagem. E, ainda que apresentemos fortes críticas aos programas, devemos lembrar que o propósito destas políticas, ao menos em sua gênese como foi o PFZ, possuem um aspecto humanizante, entendemos isso na medida em que o programa tem também o

propósito de romper com um ciclo de extrema miséria. Portanto, o futuro deixa de ser imutável ou pré-determinado, a política, em si, traz em seu bojo um aspecto de princípio esperança para as pessoas atendidas, uma possibilidade de romper com um sofrimento atávico. Entendemos isso como possibilidade de transformação social sim, mas, muito mais no sentido de fazer as pazes com o desejo e de se reconhecer, portanto, como sujeito do desejo, uma possibilidade de alteridade.

O Brasil trilhou e trilha ainda um longo caminho para superar o grave problema da fome, tivemos grandes avanços com a criação do Programa Fome Zero e o Programa de transferência de renda Bolsa Família com erros e acertos. De qualquer forma, os índices apontam que o Brasil progrediu relativamente no combate a fome extrema, milhões saíram dos quadros de desnutrição e mortalidade infantil. Certamente esta política de governo foi uma das que mais gerou resistência por certos segmentos sociais que acusam o programa de assistencialismo e críticas permeada com preconceito de classe. Mas, também, existem as críticas propositivas que não desprezam o programa, mas, produzem apontamentos necessários para a sua melhoria.

Alguns apontamentos se fazem necessários, certamente, pois, se tratando de um problema complexo como a fome, as políticas também são necessariamente complexas e necessitam constantes estudos, avaliação e revisão para que cumpram o seu papel social de forma efetiva. No tocante ao Bolsa Família e o Fome Zero, o Ipea tem acompanhado os programas e conforme sua avaliação ainda há necessidade de se avançar no aprimoramento integral, corrigir fragilidades como a exemplo da adesão dos governos subnacionais (municípios); fortalecer a mobilização e controle social e, principalmente, sobre os aspectos das condicionalidades. Além do mais, o Estado precisa oferecer garantias de direitos humanos, garantir prioridade as políticas de produção de alimentos pela agricultura familiar, pois, a principal fonte de produção de alimentos encontra-se na pequena agricultura e não na larga escala de produção de monoculturas para comércio de exportação e indústria.

Os programas de combate a fome e de transferência de renda precisam estar conciliados com políticas de Estado que também garantam trabalho, saúde e educação como prioridades para todos. Não basta o complemento de renda, necessitamos avançar neste sentido para de fato produzir outros

resultados, como desenvolver cidadania e inclusão social, dispositivos que garantem participação num círculo virtuoso de conquistas de direitos e participação democrática. O Brasil é infelizmente um país desigual e que tem dificuldades para reconhecer o pobre como um cidadão completo, então, a questão fundamental é como podemos seguir adiante para recuperarmos os sujeitos acometidos pela miséria e propiciarmos elementos de emancipação social – superar as desigualdades, o sofrimento e o preconceito.

REFERÊNCIAS

ARENDRT, Hannah. **A Condição Humana**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2010.

BALDISSERA, Mateus Augusto Pellens. **ENTRE RESTOS, HÁ QUEM SONHE: Sobre a escuta psicanalítica com pessoas em situação de rua**. 2019. Dissertação (Mestrado em Psicanálise Clínica e Cultura), Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2019.

BETTO, Frei (Carlos Alberto Libânio Christo). **A fome como questão política**. Revista Estudos Avançados. São Paulo: IEA/USP, v. 17, n. 48, p. 53-61, mai./ago. 2003. < <http://www.revistas.usp.br/eav/article/view/9920/11492>> Acessado em 2019.

BONDÍA, Jorge Larrosa. **Notas sobre a experiência e o saber de experiência**. Revista Brasileira de Educação, 2002.

BRAGA, Valtemar de Andrade. **O Bolsa Família em Guaribas e Acauã-PI: Estudo sobre o desenvolvimento e o significado de experiências pioneiras**. 2015. Tese (Doutorado em Políticas Públicas), Universidade Federal do Maranhão, 2015.

BRASIL EM DESENVOLVIMENTO: ESTADO, PLANEJAMENTO E POLÍTICAS PÚBLICAS. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada - IPEA. – Brasília: IPEA, 2009. Volume 3.

CABRERA, Cecília Correa. **Características e Tendências dos Programas de Transferência de Renda na América Latina: destaque às experiências, brasileira e peruana**. 2015. Tese (Doutorado em Política Social), Universidade de Brasília, 2015.

CALGARO, Cleide. **Atores e Políticas Públicas na Reconfiguração do Estado Contemporâneo: Análise dos programas de transferência de renda**. 2013. Tese (Doutorado em Ciências Sociais), Universidade do Vale do Rio dos Sinos, 2013.

CARLOMAGNO, Márcio C.; ROCHA, Leonardo Caetano da. **Como Criar e Classificar Categorias para Fazer Análise de Conteúdo: Uma questão metodológica**. Revista Eletrônica de Ciência Política, vol. 7, n. 1, 2016. < <https://revistas.ufpr.br/politica/article/view/45771>> Acessado em 12/12/2019.

CASTRO, Josué de. **Geografia da Fome: o dilema brasileiro – pão ou aço**. RJ: Edições Antares, 1984. (1946)

CATALOGO DE DISSERTAÇÕES E TESES CAPES. <<https://catalogodeteses.capes.gov.br/catalogo-teses/#/>> Acessado em 2018.

_____. **Homens e Caranguejos** (1967). SP: Editora Civilização Brasileira, 2001.

CENTRO JOSUÉ DE CASTRO. Disponível em: <<http://www.josuedecastro.org.br/index.php>> Acessado em 01/05/2018.

CHEMAMA, Roland. **Dicionário de Psicanálise Larousse**. Porto Alegre: Artes Médicas, [1993?].

CRISPIM, Francisca Aline dos Santos. **Programa Bolsa Família: Ampliação dos Direitos Sociais de Cidadania?** 2013. Dissertação (Mestrado em Políticas Públicas e Sociedade) - Centro de Estudos Sociais Aplicados, Universidade Estadual do Ceará, 2013.

CUNHA, Cinthia de Oliveira. **Programa Bolsa Família e as Representações de Pobreza na Visão das Beneficiárias**. 2016. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais), Universidade Federal de São Paulo, 2016.

ELIA, Luciano. **O Conceito de Sujeito**. 3º Ed. RJ: Jorge Zahar Ed., 2010. (Coleção Psicanálise Passo-a-Passo).

FAO y OPS. **Panorama de la Seguridad Alimentaria y Nutricional en América Latina y el Caribe**. Publicado por la Organización de las Naciones Unidas para la Alimentación y la Agricultura y la Organización Panamericana de la Salud Santiago de Chile, 2017.

FERREIRA, Norma Sandra de Almeida. **As Pesquisas Denominadas “Estado da Arte”**. Educação & Sociedade, ano XXIII, nº 79, Agosto/2002. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/es/v23n79/10857.pdf>> Acessado em 27/05/2018.

FOLHA DE SÃO PAULO. **A Economia do Voto**. <<http://arte.folha.uol.com.br/poder/2014/10/27/a-economia-do-voto/>> Acessado em novembro, 2019.

FOUCAULT, Michel. **Aula de 17 de Março de 1976**. Em Defesa da Sociedade. Curso no Collège de France (1975-1976). SP: Martins Fontes, 2005.

_____. **Direito de Morte e Poder Sobre a Vida**. História da Sexualidade I: A vontade de saber. RJ. Graal Ltda, 1993.

_____. **Tecnologías del yo y otros textos afines**. 1ª ed. Buenos Aires: Paidós, 2008.

FREUD, Sigmund. **O Mal Estar na Civilização**. (1930) v. XXI. In: ____ Edição Eletrônica Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Freud. RJ: Imago [200?]

FREUD, Sigmund. **Linhas de Progresso na Terapia Psicanalítica**. (1918). v. XVII. In: ____ Obras Completas Psicológicas Completas de Freud. RJ: Imago, 1996.

GALVÃO, Adilma Pinto. **O Programa Bolsa Família: Um estudo sobre os efeitos do descumprimento das condicionalidades em Presidente Dutra-BA.** 2016. Dissertação (Mestrado em Políticas Sociais e Cidadania), Universidade Católica de Salvador, 2016.

GAY, Peter. **Freud: Uma vida para nosso tempo.** SP: Companhia das Letras, 1989.

GIL, A.C. **Como Elaborar Projetos de Pesquisa.** São Paulo: Atlas, 2010.

GOES, Luciane Fernandes de.; FERNANDEZ, Carmen. **Reflexões metodológicas sobre pesquisas do tipo estado da arte: investigando o conhecimento pedagógico do conteúdo.** Revista Electrónica de Enseñanza de las Ciencias Vol. 17, Nº 1, 94-118 (2018). <http://reec.uvigo.es/volumenes/volumen17/REEC_17_1_5_ex1117.pdf> Acessado em 2019.

INSTITUTO DE ESTUDOS AVANÇADOS DA UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO – IEA. **Avanços e Retrocessos na Trajetória das Políticas de Combate à Fome no Brasil.** Expositora: Anna Peliano (Ipea); Coordenadora: Ana Lydia Sawaya (Unifesp e IEA). Organização: Grupo de Pesquisa Nutrição e Pobreza. Apoio: IPEA - Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. Disponível em: <<http://www.iea.usp.br/midiатеca/video/videos-2011/avancos-e-retrocessos-na-trajetoria-das-politicas-de-combate-a-fome-no-brasil>> Acessado em 01/05/2018.

IPEA. **Livro avalia conquistas e desafios do Bolsa Família,** 29 de out. de 2013. Disponível em: http://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=20391 Acesso nov. de 2019.

LACAN, Jacques. **O Seminário, Livro 11: Os Quatro Conceitos Fundamentais da Psicanálise (1964) – 2º ed. – RJ: Jorge Zahar Ed., 1998.**

LONGO, Leila. **Linguagem e Psicanálise.** RJ: Jorge Zahar Ed. 2006.

MBEMBE, Achille. **As Formas Africanas de Auto-Inscrição.** Revista Estudos Afro-Asiáticos, [online]. Vol. 23, nº 1. 2001, pp.171-209. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0101-546X2001000100007&script=sci_abstract&tlng=pt> Acessado em 26 de abril de 2019.

_____. **Afropolitanismo.** Revista Áskesis, v. 4, n. 2, julho/dezembro, 2015. Disponível em: <www.revistaaskesis.ufscar.br/index.php/askesis/article/download/74/pdf_1> Acessado em: 26 de abril de 2019.

MANUAL DO PESQUISADOR – PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA. 1ª EDIÇÃO 29/01/2018. MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL (MDS);

SECRETARIA DE AVALIAÇÃO E GESTÃO DA INFORMAÇÃO (SAGI);
SECRETARIA NACIONAL DE RENDA DE CIDADANIA (SENARC).

MARANHÃO, Joyce Hilario., VIEIRA, Camilla Lopes Araújo. **Reflexões Sobre os Conceitos de Cidadania e Sujeito em Psicanálise na Atenção Psicossocial**. Estud. pesqui. psicol., Rio de Janeiro, v. 19, n. 3, p. 753-771, 2019. < <https://pesquisa.bvsalud.org/portal/resource/pt/biblio-1046077>> Acessado em 20/02/2020.

MARQUES, Mario Osorio. **Escrever é Preciso: O princípio da pesquisa**. Ijuí. Unijuí, 2006.

MEIRELES, Carmem Lúcia de Araújo. **Programa Bolsa Família e a Trajetória de Vida dos Beneficiários: Inclusão Social e Autonomia são Possíveis?** 2015. Dissertação (Mestrado em Serviço Social), Universidade Federal da Paraíba, 2015.

MELO, Regina Conrado. **O Mito da Coerência Decisória: Sociologia Política do Programa Fome Zero**. 2014. Tese (Doutorado em Ciências Sociais), Universidade Estadual de Campinas, 2014.

MUNOZ, Claudio Baradit. **Práticas discursivas e modos de subjetivação de mulheres beneficiárias do Programa Bolsa Família (PBF) em contextos rurais. O caso da Zona da Mata Pernambucana**. 2016. Dissertação (Mestre em Psicologia), Universidade Federal de Pernambuco, 2016.

NORONHA, Clarissa Aguiar. **Bolsa Família e Possíveis Reconfigurações da Pobreza**. 2013. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais), 2013.

OLIVEIRA, Gustavo Moura de. **A Economia Solidária na Inclusão Produtiva de Mulheres do Programa Bolsa Família no Município de Canoas-RS: Articulação políticas e efeitos na superação da pobreza**. 2016. Dissertação (Mestre em Ciências Sociais), Universidade do Vale do Rio dos Sinos, 2016.

ONU-Brasil. **Relatório da ONU pede continuidade de políticas de combate à fome no Brasil**. Disponível em: <<https://nacoesunidas.org/relatorio-da-onu-pede-continuidade-de-politicas-de-combate-a-fome-no-brasil/>> Acessado em 01/05/2018.

ONU-BR – Nações Unidas no Brasil. **Transformando Nosso Mundo: A Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável**. Disponível em: <<https://nacoesunidas.org/pos2015/agenda2030/>> Acessado em 01/05/2018.

PELIANO, Ana Maria T. M. **Mapa da Fome: Subsídios à Formulação de uma Política de Segurança Alimentar**. (Coord.). Vol. 1. Brasília: Ipea, 1993. Disponível em: <<http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/o-mapa-da-fome-vol1.pdf>> ou <http://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=28913&Itemid=1> Acessado em 01/05/2018.

PEREIRA, Thiago Fernandes dos Santos. **Ação da Cidadania: Betinho e sua Concepção de Democracia**. 2015. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais), Universidade Católica do Rio de Janeiro, 2015.

PEREIRA, Beatriz Patriota. **Subjetividade, Poder e Estruturação: Elias, Foucault e Bourdieu**. Revista Sem Aspas, v.5, nº1, jan./jun. (2016). Disponível em: <<https://periodicos.fclar.unesp.br/semaspas/article/view/8148/6435>> Acessado em 16/06/2018.

PICHON-REVIÈRE, Enrique. **O Processo Grupal**. SP: Martins Fontes, 2005.

PLATÃO. **O Banquete**. Virtual Books Online M&M Editores Ltda. Versão eletrônica do livro - Créditos da digitalização: Membros do grupo de discussão Acrópolis (Filosofia). <<http://br.egroups.com/group/acropolis/>> Acessado em 28.02.2020.

POLI, Maria Cristina. **Clínica da Exclusão: A construção do fantasma e o sujeito adolescente**. São Paulo. Casa do Psicólogo, 2005.

QUINET, Antonio. **Os Outros em Lacan**. RJ: Jorge Zahar Editor, 2012. (Coleção Psicanálise Passo-a-Passo).

RAMOS, CLÁUDIA MIRELLA PEREIRA. **Chinelos, Mochilas e Artesanatos: Percepções sobre a contribuição do programa bolsa família em Comunidades indígenas pataxó do município de Porto Seguro/BA**. 2016. Dissertação (Mestre em Ciências Sociais), Universidade Federal da Bahia, 2016.

RAMOS, Graciliano. **Vidas Secas**. 123^o ed. – RJ: Record, 2013.

REGO, Walquiria Leão; PINZANI, Alessandro. **Vozes do Bolsa Família: Autonomia, dinheiro e cidadania**. SP. Unesp. 2014.

ROUDINESCO, Elizabeth. **Por que a Psicanálise?** RJ: Jorge Zahar Ed. 2000.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **A Gramática do Tempo: para uma nova cultura política**. São Paulo: Cortêz, 2008.

SEN, Amartya. **Desenvolvimento como liberdade**. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

SILVA, André Ricardo Fonsêca da. **Impacto do programa bolsa família na luta fundiária da comunidade quilombola da caiana dos crioulos: um estudo sobre cidadania**. 2015. Tese (Doutorado em Políticas Públicas e Formação Humana) Universidade do Estado do Rio de Janeiro. 2015.

SILVA, José Graziano da.; GROSSI, Mauro Eduardo Del.; FRANÇA, Caio Galvão de. **Fome Zero: A experiência brasileira**. Brasília: MDA, 2010. (Série NEAD Especial 12).

SÍNTESE DE INDICADORES SOCIAIS: UMA ANÁLISE DAS CONDIÇÕES DE VIDA DA POPULAÇÃO BRASILEIRA: 2017. IBGE, Coordenação de População e Indicadores Sociais. Rio de Janeiro: IBGE, 2017, 147p. - (Estudos e pesquisas. Informação demográfica e socioeconômica, ISSN 1516-3296 ; nº 37)

SCHEEFFER, F. **O Papel das Políticas Públicas: uma questão controversa.** In: VIII Encontro de Economia Catarinense, 2014, Rio do Sul. Anais dos resumos do VIII Encontro de Economia Catarinense, 2014. v. 1. p. 49-50. Acesso em: 02/02/2019. Disponível em: http://www.apec.unesc.net/VIII_EEC/sesoes_tematicas/6%20-%20Eco%20Social%20PPs/Pol%C3%ADticas%20p%C3%ABlicas.pdf

SOLYMOS, Gisela Maria Bernardes. Sofrimento, Pobreza e Desnutrição. In: **Desnutrição, Pobreza e Sofrimento Psíquico.** Org. Ana Lydia Sawaya. SP: Editora da Universidade de São Paulo, 2011.

SOUSA, Tázya Coelho. **Transferências de Renda e Políticas Ativas para o Mercado de Trabalho: Do merecimento por destituição a destituição de direitos.** (2014). Dissertação (Mestrado em Serviço Social), Universidade de Brasília, 2014.

SOUSA, Ivana Augusta Brito de. **Bolsa Família em Ananindeua: Estudo de caso de “devolução” do benefício.** 2014. Dissertação (Mestrado em Serviço Social), Universidade Federal do Pará, 2014.

SOUZA, Celina. **Políticas Públicas: Uma revisão de literatura.** Sociologias, Porto Alegre, ano 8, nº16, jul/dez 2006.

ATECHI, Tatiana de Oliveira. **O Programa Bolsa Família e suas Condicionais: Entre o direito e o dever.** 2015. Dissertação (Mestrado em Serviço Social), Universidade Estadual de Londrina, 2015.

VIÑAR, Marcelo. **Humano – Inumano: Os Limites do Humano.** Jornal de Psicanálise, SP, v. 43 (78): 211-216, 2010.

_____. **¿Qué puede decir un psicoanalista: Sobre exclusión social?** Fepal – XXVI Congresso Latinoamericano de Psicoanálisis “El legado de Freud a 150 años de su nacimiento”. Lima, Perú – Octubre, 2006.

YAZBEK, Maria Carmelita. **Fome Zero: uma política social em questão.** Saúde Soc. [online]. 2003, vol.12, n.1. ISSN 0104-1290. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/S0104-12902003000100007> Acessado em 24/05/2018.

BIBLIOGRAFIA DE APOIO

BRASIL. **Medida provisória nº. 132** de 20 de outubro de 2003, 2003. Cria o Bolsa Família, 2003.

_____. Presidência da República. **Lei 10.836** de 9 de janeiro de 2004. Institui o Programa Bolsa Família, 2004.

_____. Presidência da República. **Decreto 5.209** de 17 de setembro de 2004. Regulamenta o Programa Bolsa Família, 2004.

_____. Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS). **Perguntas e respostas sobre o Bolsa Família. Brasília.** 2005, disponível em: <www.mds.gov.br> Acessado em 07/05/2018.

_____. **Relatório de Governo de Transição sobre os Programas Sociais.** Brasília, 2002.

CADERNOS DO TERCEIRO MUNDO. (Fome e Seca: A luta desigual dos subdesenvolvidos). Rio de Janeiro: **Terceiro Mundo**, ano 7, n. 78, maio 1985. Disponível em: <<http://repositorio.im.ufrj.br:8080/jspui/handle/1235813/681>> Acessado em 23/06/2018.

CAMPELLO, Tereza. NERI, Marcelo Côrtes (Org.). **Programa Bolsa Família: uma década de inclusão e cidadania.** Brasília: Ipea, 2013.

CARVALHO, José Murilo de. **Cidadania no Brasil: O longo caminho.** 3ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

COHN, Amélia. **Políticas sociais e pobreza no Brasil.** Planejamento e Políticas Públicas. nº 12, jun./dez. 1996. Brasília. Disponível em: <http://www.en.ipea.gov.br/ppp/index.php/PPP/article/view/138/140>. Acessado em: 07/05/2018.

ENRIQUEZ, Eugène. **Psicanálise e Ciências Sociais.** Revista Ágora. RJ. v. VIII nº 2 jul/dez, 2005.

FREUD, Sigmund. **Uma Nota Sobre o Inconsciente na Psicanálise – (1911-1913) v. XII.** In: ____ Edição Eletrônica Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Freud. RJ: Imago [200?]

_____. **As Pulsões e suas Vicissitudes (Os Destinos das Pulsões) – 1915 v. XIV.** In: ____ Edição Eletrônica Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Freud. RJ: Imago [200?]

_____. **Além do Princípio de Prazer – 1920 v. XVIII.** In: ____ Edição Eletrônica Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Freud. RJ: Imago [200?]

GARCIA-ROZA, L.A. **Introdução à Metapsicologia Freudiana**. 3º ed., RJ: Zahar, 1995.

GUARESCHI, Neuza M.F.; HUNING, Simone M. (org.). **Foucault e a Psicologia**. Porto Alegre: Abrapso Sul, 2005.

JERUSALINSKY, Alfredo. **Psicanálise e Desenvolvimento Infantil**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1989.

KEHL, Maria Rita. **O Tempo e o Cão: A atualidade das depressões**. SP: Boitempo, 2009.

LACAN, Jacques. **O Seminário, Livro 4: A Relação de Objeto (1956-1957)** – 2º ed. – RJ: Jorge Zahar Ed., 1998.

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE À FOME. **Manual de Gestão de Condicionalidades**. 1ª Edição. Brasília – DF., 2006.

NASIO, Juan David. **Cinco Lições Sobre a Teoria de Jacques Lacan**. RJ: Jorge Zahar Editor, 1993.

_____. **Lições Sobre Os 7 Conceitos Cruciais da Psicanálise**. RJ: Jorge Zahar Editor, [1996?]

POMMIER, Gerard. **A Neurose Infantil da Psicanálise**. RJ: Jorge Zahar Editor, 1992. (Coleção Transmissão da Psicanálise).

PROGRAMA NACIONAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR (PNAE) - **Histórico**. Disponível em: <http://www.fnde.gov.br/programas/programas-suplementares/pnae-sobre-o-programa/pnae-historico> Acessado em: 26/06/2018.

ROUDINESCO, Elizabeth. **Esboço de uma vida, história de um sistema de pensamento**. Tradução: Paulo Neves. SP: Companhia das Letras, 2008.

SAS/DAB. **Coordenação-Geral de Alimentação e Nutrição**. Disponível em: http://bolsafamilia.datasus.gov.br/w3c/bfa_documentos.asp Acessado em: 04/05/2018.

SAWAYA, Ana Lydia. (Org.) [et. al.]. **Desnutrição. Pobreza e Sofrimento Psíquico**. SP: Edusp, 2011.

ANEXO 1.

QUADRO DISSERTAÇÕES E TESES – TODAS :

Segue quadro estruturado com campos relativos ao ano da produção, nome e sobrenome dos autores, tipo de documento (dissertação ou tese), título do trabalho e uma breve descrição do resumo e palavras-chave.

Ano	Autor	Tipo/IES	Título	Objetivo
2013	CRISPIM, FRANCISCA ALINE DOS SANTOS.	Mestrado em Sociologia. Universidade Estadual do Ceará.	Programa Bolsa Família: ampliação dos direitos sociais de cidadania?	Compreender, interpretar e analisar criticamente as percepções e os significados do Programa Bolsa Família para os seus beneficiários; em que medida o Programa tem contribuído para a ampliação dos direitos sociais básicos; quem são os beneficiários do Programa Bolsa Família em Fortaleza- CE; como os sujeitos moradores da comunidade Couto Fernandes se percebem na condição de “beneficiários”; Compreender como os interlocutores da pesquisa significam as categorias analíticas pobreza e cidadania/direitos e o Programa Bolsa Família. Palavras-chave: Pobreza; Cidadania/Direitos; Programa Bolsa Família.

2013	CALGARO, CLEIDE.	Doutorado em Ciências Sociais. Universidade do Vale do Rio dos Sinos/UNISINOS.	Atores e Políticas Públicas na Reconfiguração do Estado Contemporâneo: Análise dos Programas de Transferência de Renda.	Investiga se os programas de transferência de renda efetivados pelo governo federal minimizam ou não a pobreza no Brasil e elevam as pessoas à condição de cidadãos que gozam de direitos plenos na sociedade. Palavras-chave: Cidadania ; Inclusão social; Estado; Políticas públicas; Pobreza; Programas de transferência de renda;
2013	CABRAL, HELEN DO SOCORRO BARBOSA.	Mestrado em Serviço Social. Universidade Federal do Pará.	Política de Segurança Alimentar e Nutricional Face à Fome e à Desnutrição no Arquipélago do Marajó: Análise da Realidade do Consad-Arari.	Identifica como se desenvolveu a Política de Segurança Alimentar e Nutricional no Brasil, seus programas, projetos e ações em nível nacional e regional dando destaque ao arquipélago do Marajó, região com grandes riquezas naturais e elevadas taxas de vulnerabilidades sociais. Analisa o Consórcio de Segurança Alimentar e Desenvolvimento Local – CONSAD-Arari, (um dos programas vinculados ao Fome Zero). Palavras-chave: Alimentação; Segurança alimentar; Política de segurança alimentar e nutricional.

2013	NORONHA, CLARISSA AGUIAR.	Mestrado em Ciências Sociais. Universidade Federal de São Paulo/UNIFESP.	Bolsa Família e possíveis reconfigurações da pobreza.	<p>A pesquisa realizada procurou demonstrar de que forma o recebimento do Bolsa Família impacta sobre a figuração social da pobreza, reconfigurando a forma como ela é compreendida pelas beneficiárias do programa. Conceitua pobreza e exclusão social. Trata das privações materiais, as privações culturais e políticas. Conclui que quem está excluído tem sua cidadania negada na medida em que suas experiências de privações e de busca por inserção social via mercado de trabalho os afastam do debate público. Além disso faz com que os indivíduos percam a capacidade de organização e reconhecimento de grupo, levando ao não acesso a direitos sociais por um sentimento de inferioridade frente aos demais cidadãos, os "incluídos".</p> <p>Palavras-chave: Pobreza; Bolsa família; Figuração social da pobreza; Cidadania ampliada.</p>
2013	BETIOLI, ANGELICA CRISTINA.	Mestrado em Serviço Social e Política Social. Universidade Estadual de Londrina.	Características da Gestão do Programa Bolsa Família em Municípios Com Até 5.000 Habitantes da Região Alta Noroeste/SP.	Formatos de gestão do Programa Bolsa Família de acordo com a relação estabelecida com a Política de Assistência Social, a saber: a) quando gestores do PBF assumem também a gestão da PAS; b)

				quando a gestão do PBF subordina-se à direção da PAS e c) quando a gestão do PBF é realizada paralelamente à da PAS.
2014	LIMA, KARINE FABIANE DE.	Mestrado em Ciências Sociais Aplicadas. Universidade Estadual de Ponta Grossa.	A Centralidade dos Programas de Transferência de Renda na Agenda Social do Mercosul Ponta Grossa 2014.	Analisa as características dos programas de transferência de rendas nos países do bloco, a forma de operacionalização e cobertura, e a sua inclusão ou não dentro do campo da seguridade social. O objetivo geral avalia a centralidade dos programas de transferência de rendas dentro da Agenda Social do MERCOSUL e sua articulação com as medidas adotadas pelo Governo Brasileiro. Palavras-chave: Agenda social; pobreza; MERCOSUL
2014	SOUSA, TAZYA COELHO.	Mestrado em Política Social. UNB.	Transferências de Renda e Políticas Ativas para o Mercado de Trabalho do Merecimento por Destituição a Destituição de Direitos.	Analise três programas de transferência de renda brasileiros - Bolsa Família, Seguro Desemprego e Previdência Rural. Variação e legitimidades perante a opinião pública. Analisa categorias como o mérito pessoal e competitivo, a política social contemporânea, o ideário neoliberal. Conclui que os direitos sociais vêm sendo rechaçados, por serem incompatíveis com a ética capitalista do trabalho e por não contribuírem com o

				<p>fortalecimento da lógica da rentabilidade econômica privada. Resultou que esta política deixou de funcionar como um colchão de segurança contra a pobreza absoluta, para se transformar em um trampolim com o objetivo de lançar os pobres no trabalho assalariado.</p> <p>Palavras-chave: Transferência de Renda, Assistência Social, Trabalho, Direito, Mérito e Ativação.</p>
2014	PAIVA, MARIA CECILIA SOBRAL DE.	Mestrado em Política Social. UNB.	<p>Insegurança Alimentar e os assentamentos como espaços de resistência aos descaminhos da alimentação da produção ao consumo: A ação do MST no DF e Entorno.</p> <p>MILITANTISMO</p>	<p>Expõem as dificuldades e os entraves vivenciados pelo movimento social no combate efetivo à insegurança alimentar e, ao mesmo tempo, sem desconsiderar os esforços de lutas desses camponeses, revelando a urgência da realização de uma reforma agrária ampla e popular.</p> <p>Palavras-chave: Insegurança Alimentar. Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra. Questão Agrária. Reforma Agrária.</p>
2014	MELO, REGINA CONRADO.	Doutorado em Ciências Sociais. UNICAMP.	O mito da coerência decisória: sociologia política do Programa Fome Zero.	O projeto analisa a influência das ideias na formulação de políticas de redução de pobreza e da fome, no Brasil, no primeiro governo de Luiz Inácio Lula da Silva. A análise abrange o período de 1990, época

				<p>de criação do Movimento Ética na Política e da Ação da Cidadania contra a Miséria e pela Vida, a 2004, momento de criação do Programa Bolsa Família. Tendo como referência teórica o modelo cognitivo das políticas públicas, buscase resgatar ideias, valores e princípios normativos, compartilhados pelos atores sociais que contribuíram para o referencial do Fome Zero.</p> <p>Palavras-chave: Políticas públicas, ideias, referencial, modelo cognitivo, Fome Zero.</p>
2014	NETO, ARMANDO PINHEIRO.	Mestrado em História. UFRJ.	De Curral da Fome a Campo Santo: O Campo de Concentração de Retirantes na Seca de 1915 em Fortaleza.	<p>Análise histórica sobre a grande seca de 1915 em que milhares de sertanejos migraram para a capital do estado do Ceará fugindo da seca e em busca de socorro. O governo do estado, como forma de proteger a cidade de saques, prostituição, mendicância e de possíveis epidemias optou pelo confinamento de alguns milhares de pessoas num terreno na periferia de Fortaleza, cercado, vigiado, ao qual se deu o nome de Campo de Concentração do Alagadiço. Dentre as principais questões analisadas estão a construção de uma ordem burguesa na cidade de Fortaleza, a seca e seus agravantes</p>

				<p>não-climáticos, a consolidação do campo de atuação da medicina, o racismo científico e as migrações.</p> <p>Palavras Chaves: Seca, migração, campo de concentração, fome, varíola, racismo.</p>
2014	SOUSA, IVANA AUGUSTA BRITO DE.	<p>Mestrado em Serviço Social.</p> <p>Universidade Federal do Pará.</p>	<p>Bolsa Família em Ananindeua: estudo de caso de "devolução" do benefício.</p>	<p>O presente estudo objetiva compreender o fenômeno da devolução voluntária à transferência de renda condicionada "Bolsa Família". Tal estudo tem como base a teoria crítico-dialética, utiliza as categorias de Política social, Assistência social, emancipação/autonomia, cidadania, transferência de renda e pobreza.</p> <p>Palavras-chave: Assistência social; Cidadania; Programa Bolsa Família; Programa de Transferência de Renda; Ananindeua – PA ; Pará – Estado Amazônia brasileira.</p>
2015	TEIXEIRA, LEILE SILVIA CANDIDO.	<p>Doutorado em Serviço Social.</p> <p>UFRJ.</p>	<p>O valor da fome no Brasil: Entre as necessidades humanas e a reprodução do capital.</p>	<p>(Não encontrado)</p>
2015	PEREIRA, THIAGO FERNANDES DOS SANTOS.	<p>Mestrado em Ciências Sociais.</p> <p>PUC/RJ.</p>	<p>Ação da Cidadania: Betinho e sua concepção de democracia.</p>	<p>Analisa a Campanha da Ação da Cidadania Contra a Fome, a Miséria e Pela Vida, examina para além do combate à fome, forma pela qual ficou</p>

				<p>majoritariamente conhecida no imaginário coletivo.</p> <p>Analisa o discurso da Campanha - o inconformismo com a fome e a miséria - quanto sua forma de organização, realizada pela sociedade, fora das instituições tradicionais. Analisa conceitos como a importância da sociedade civil, de uma democracia que esteja baseada em princípios como solidariedade e participação social.</p> <p>Palavras chave: Ação da cidadania; democracia</p>
2015	SILVA, ANDRE RICARDO FONSECA DA.	Doutorado em Políticas Públicas e Formação Humana. UERJ	Impacto do programa bolsa família na luta fundiária da comunidade quilombola da caiana dos crioulos: um estudo sobre cidadania	<p>A tese concluiu que a regularização fundiária definitiva junto com a concretização de políticas públicas específicas são o caminho para construção da cidadania quilombola, pois permitirá que haja uma segurança jurídica para os quilombolas. E apenas o programa bolsa família não pode ser um propiciador da quebra do ciclo intergeracional da pobreza que muito marca a história dos povos quilombolas, precisando ser pensado de forma interdisciplinar as portas de saída da pobreza, daí a necessidade de capabilities para que o quilombola possa usufruir de uma cidadania plena.</p>

				Palavras-chave: Programa bolsa família. Quilombolas. Cidadania.
2015	PINHO, JOSE RICARDO MORENO.	Doutorado em História. UFF	AÇAMBARCADORES E FAMÉLICOS: FOME, CARESTIA, E CONFLITOS, EM SALVADOR (1858 a 1878).	Em um registro histórico fundamental para entender a luta por conquistas sociais na cidade do Salvador, Açambarcadores e Famélicos - Fome, carestia e conflitos em Salvador (1858 a 1878) conta e interpreta eventos que levaram a revolta de consumidores em Salvador devido a exploração de comerciantes e atravessadores, que ditavam preços de alimentos na região portuária. Há ainda a descrição do fundamental papel da Câmara Municipal em todo processo. (Virou Livro)
2015	GONCALVES, MARILENE PARENTE.	Doutorado em Sociologia Política. Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro.	Bolsa Família em Campos dos Goytacazes: Uma Análise Sociopolítica das Condições de sua Efetivação na Proteção Social Básica.	(Não encontrado)

				do município de São Paulo.
2015	GONCALVES, ALINE CHIESA.	Mestrado em Política Social. Universidade Católica de Pelotas.	A Influência do Programa Bolsa Família na Educação Escolarizada - Olhares e Vivências.	A Dissertação concluiu que o ingresso no programa não desencadeou transformações nas relações entre escola, alunos e famílias, não contribuindo, portanto, no processo de construção de cidadania, como preconizam as diretrizes do Programa. A avaliação do programa é negativa em relação ao seu desenho político, pois embora as beneficiárias reconheçam a necessidade do benefício, reconhecem, também, que ele é insuficiente para dar conta de todos os percalços relacionados ao cotidiano das crianças, sendo assim prefeririam ter seus direitos trabalhistas garantidos em vez de cumprirem condicionalidades deslocadas de suas realidades por um valor ínfimo em relação aos gastos familiares. A análise evidenciou que o PBF, apesar de seu potencial germinativo para a construção de uma política garantidora de cidadania, em

				decorrência da transversalidade com outras políticas, ainda não foi efetivo na construção de um espaço de protagonismo para os beneficiários. (VIROU LIVRO)
2015	CABRERA, CECILIA JANETTE CORREA.	Doutorado em Política Social. UNB.	Características e tendências dos Programas de Transferência de Renda na América Latina: destaque às experiências, brasileira e peruana.	A TESE apresenta os avanços e projeções de Programas de Transferência de Renda (PTR) no Brasil (Programa Bolsa Família) e no Peru (Programa Juntos), tomando como base a realização de seus objetivos a curto e logo prazo e as situações sociais que pretendem ser combatidas, a partir do cumprimento de condicionalidades. Os programas de natureza assistencial, tiveram crescimento e apogeu desde o ano 2000 na América Latina alcançando hoje a todos os países da região. Promoverem o consumo e satisfação de necessidades imediatas, além de conterem estratégias de inclusão às políticas de saúde, educação, trabalho e outras, buscando, assim, gerar mudanças na rotina dos beneficiados e promover o acesso a direitos sociais. O objetivo consistiu em identificar as características assumidas por tais programas, bem como o papel dos organismos

				internacionais na orientação de políticas de caráter focalizado e condicionado. Palavras chaves: Transferência de Renda, Desenvolvimento Humano, Necessidades Básicas e Focalização.
2015	STECHEI, TATIANA DE OLIVEIRA.	Mestrado em Serviço Social e Política Social. Universidade Estadual de Londrina.	O Programa Bolsa Família e suas condicionalidades: Entre o direito e o dever.	As conclusões da dissertação indicaram perspectiva familista; a meritocracia; direito e dever como sendo sinônimos; insuficiência e precarização das políticas públicas de saúde, educação e assistência social; dificuldades na intersectorialidade entre as políticas; acompanhamento técnico realizado de forma esporádica e pontual; dificuldades no acompanhamento devido a burocracia, alta demanda, falta de estrutura e equipe; motivos que levam ao descumprimento são ocasionados por aspectos multicausais; as condicionalidades exigidas pelo PBF já são práticas adotadas pelas famílias antes mesmo de receberem o benefício; as condicionalidades não garantem maior acesso aos beneficiários; o bloqueio do benefício repentinamente incide diretamente na renda familiar dos (as) beneficiários (as); estigmatização e

				<p>preconceito do beneficiário (a) por PBF.</p> <p>Palavras-chave: Proteção social. Programa Bolsa Família. Condicionalidades. Política social.</p>
2015	MEIRELES, CARMEN LUCIA DE ARAUJO.	<p>Mestrado em Serviço Social.</p> <p>Universidade Federal da Paraíba/UFPB.</p>	<p>Programa Bolsa Família e a Trajetória de Vida dos Beneficiários: Inclusão Social e Autonomia são possíveis?</p>	<p>O trabalho dissertativo buscou compreender, através da literatura e dos próprios envolvidos - os beneficiários - se o referido programa propiciou ou propicia, de fato, Inclusão Social e Autonomia.</p> <p>Concluiu que a referida Inclusão Social se expressa através da garantia do depósito mensal que viabiliza o acesso ao consumo, enquanto que a Autonomia caracteriza-se pela possibilidade de aquisição de bens voltados para a sobrevivência, sobretudo, o acesso à alimentação e vestuário, aspectos até então ausentes na trajetória desses sujeitos sociais.</p> <p>Palavras-chave: Pobreza; Transferência de Renda; Proteção Social.</p>

2016	ALVIM, DANIEL HORTA.	Doutorado em História. UFF.	Mobilizações Contra a Fome no Brasil:1978-1988.	A tese investiga as mobilizações sociais entre os anos de 1978 – 1988, as quais contribuíram para que a questão da fome assumisse relevância nos debates e movimentos que impulsionaram a redemocratização do Brasil. Palavras-chave: Fome; Ditadura Militar Brasileira; Redemocratização Brasileira; Movimentos Sociais; Saques
2016	LIRA, AUGUSTO CESAR GOMES DE.	Mestrado em História. UFPE.	Da Fome à Estética: Itinerário Cinematográfico da ASCOFAM e o Nordeste do Brasil.	Aborda o uso do cinema como instrumento de difusão ideológica e propaganda institucional, em 1957/58, da Associação Mundial de Luta Contra a Fome (ASCOFAM), sobretudo a participação dos italianos Cesare Zavattini e Roberto Rossellini, conhecidos realizadores do chamado “cinema neorrealista” italiano. (Não consegui abrir, o autor é meio que famoso no Cinema, com produções sobre Josué de Castro, Milton Santos, etc... Dissertação fechada é preciso de autorização do autor para acessá-la).
2016	GALVAO, ADILMA PINTO.	Mestrado em Políticas Sociais e Cidadania. Universidade	O Programa Bolsa Família: Um Estudo sobre os efeitos do Descumprimento das Condicionalidades em Presidente Dutra-Ba.	Destaca que o descumprimento das condicionalidades se pauta no pensamento de raiz liberal/neoliberal de responsabilização das

		Católica de Salvador.		<p>famílias pela sua superação da pobreza. Tal pensamento reforça a ideia de que as condicionalidades previstas no Programa se constituem como instrumento de garantia ao acesso dos direitos de educação e saúde e, paradoxalmente, pelo caminho oposto, de ampliação de fatores de vulnerabilização daquelas famílias que não cumprem com regularidade as regras do Programa.</p> <p>Palavras-chave: Pobreza. Políticas Sociais. Programa Bolsa Família. Condicionalidades.</p>
2016	OLIVEIRA, GUSTAVO MOURA DE.	<p>Mestrado em Ciências Sociais.</p> <p>Universidade Do Vale Do Rio Dos Sinos/UNISINOS.</p>	<p>A Economia Solidária na Inclusão produtiva de Mulheres do Programa Bolsa Família no Município de Canoas (RS): Articulações políticas e efeitos na superação da pobreza.</p>	<p>A economia solidária passou a fazer parte das estratégias institucionais brasileiras de enfrentamento à pobreza em 2011, com a implementação do Plano Brasil sem Miséria (BSM) pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS).</p> <p>Os resultados evidenciam a inexistência de articulação entre as ações de economia solidária (promovidas pela Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico) e de inclusão produtiva promovidas pela assistência social (mesmo quando essas</p>

				<p>se aproximam dos princípios e práticas econômicas solidárias). A ampla maioria das mulheres apontou melhoras nas condições materiais de vida após a entrada na economia solidária, mas sem obter autonomia financeira. Foram também identificados avanços ligados especialmente à socialização, autoestima e saúde. Contudo, a falta de articulação e diálogo contribui para que a economia solidária tenha uma função apenas complementar na superação da pobreza multidimensional de mulheres do PBF e inseridas em ações de inclusão produtiva.</p> <p>PALAVRAS CHAVE?</p>
2016	FERREIRA, SEBASTIAO CEZAR.	<p>Mestrado em Ciências Sociais.</p> <p>Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro/UFRRJ.</p>	<p>Estado, Família e Proteção Social: Um estudo sobre o Programa Bolsa Família no Município de Viçosa/Mg.</p>	<p>(Não consegui acesso)</p>
2016	CUNHA, CINTHIA DE OLIVEIRA.	<p>Mestrado em Ciências Sociais.</p> <p>Universidade Federal de São Paulo/UNIFESP.</p>	<p>O Programa Bolsa Família e as representações de pobreza na visão das beneficiárias.</p>	<p>O objetivo da pesquisa foi compreender se o Programa Bolsa Família (PBF) tem proporcionado mudanças na representação da pobreza para suas beneficiárias. De maneira específica, apreender como as privações são</p>

				<p>vivenciadas pelas participantes do PBF em suas realidades cotidianas.</p> <p>Desenvolvendo uma discussão sobre o fenômeno da pobreza que procuramos avaliar se o PBF possibilitou as suas beneficiárias serem vistas e percebidas pelos outros e por elas mesmas enquanto sujeitos dignos de direitos, e não como indivíduos pertencentes a uma paisagem naturalizada no cenário brasileiro.</p> <p>Palavras – chave: Políticas Públicas. Programa Bolsa Família. Pobreza. Campinas.</p>
2016	RAMOS, CLAUDIA MIRELLA PEREIRA.	<p>Mestrado em Ciências Sociais.</p> <p>Universidade Federal da Bahia.</p>	<p>Chinelos, mochilas e artesanatos: Percepções sobre a contribuição do Programa Bolsa Família em comunidades Indígenas Pataxó do Município de Porto Seguro/Ba.</p>	<p>Tal investigação teve o propósito de analisar as percepções que as indígenas beneficiadas têm sobre este mesmo programa, e, sobretudo, averiguar como se desenvolve o acompanhamento socioassistencial dentro da aldeia. Do total de benefícios da população indígena, 84,8% estão no nome das mulheres, conforme as regras do Programa Bolsa Família. A utilização do benefício é destinado para compra de materiais escolares, gêneros alimentícios, medicamentos, vestuário, chinelos, mochilas e, sobretudo, no deslocamento para sacar o benefício. Quanto ao cumprimento</p>

				<p>das condicionalidades, questões de cancelamento/bloqueio acontecem de maneira limitada dentro da aldeia. Por fim, a questão da redução da pobreza deve ser vista com cautela uma vez que, se utilizam linhas da pobreza e indigência minimalistas que não conseguem medir adequadamente o fenômeno. Ademais, a saída da pobreza é extremamente precária, dependendo de políticas e programas governamentais, que não responde ao problema da segurança alimentar e de renda em longo prazo, pode-se dizer tão somente o de curto prazo —amortecer a pobreza—. Ou seja, não se percebe porta de saída eficaz para que as comunidades indígenas saiam da situação de vulnerabilidade social.</p> <p>Palavras-chave: pobreza, focalização, bolsa família e comunidades indígenas.</p>
2016	MUNOZ, CLAUDIO ANDRES BARADIT.	Mestrado em Psicologia. Universidade Federal de Pernambuco.	Práticas discursivas e modos de subjetivação de mulheres beneficiárias do Programa Bolsa Família (PBF) em contextos rurais. O caso da Zona da Mata Pernambucana.	A fundamentação teórica baseada no enfoque da governamentalidade, nas críticas feministas ao PBF e no enfoque da subjetividade proposto por Nikolas Rose. Nota-se através dos resultados da pesquisa que na articulação de diversas práticas discursivas no agenciamento da

				<p>ruralidade várias “normas” são incorporadas nas subjetividades das mulheres, entre elas a da família nuclear burguesa, a da maternidade, uma versão fragilizada de “self empreendedor” e as normas “pobre/miserável” e da “humildade”. A incorporação destas normatividades permite tanto o autogoverno como o governo dos outros. Concluiu-se que o PBF exerce uma função “reforçadora” de diversos modos de subjetivação “hegemônicos”. Neste contexto o PBF, ao mesmo tempo em que traz benefícios para as famílias, atua recriando condições de insegurança próprias das sociedades modernas. A partir desta análise observa-se uma situação de “inclusão social fragilizada” das famílias beneficiárias, condição que caracteriza a situação de pobreza em contexto rural.</p> <p>Palavras-Chave: Pobreza; Programa Bolsa Família (PBF); Governamentalidade Neoliberal; Gênero; Ruralidade</p>
--	--	--	--	---